



# Relatório de Gestão & Documento de Prestação de Contas 2018

7 de junho de 2019

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E SEPARADAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e separadas anexas da Intercement Portugal, S.A. ("Entidade") e suas subsidiárias ("Grupo"), que compreendem as demonstrações consolidada e separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidenciam um total de 3.781.518 milhares de Euros e 1.617.327 milhares de Euros, respetivamente e um total de capital próprio consolidado de 672.934 milhares de Euros e individual de 1.426.241 milhares de Euros, incluindo um resultado consolidado líquido negativo atribuível aos acionistas de 222.604 milhares de Euros e um resultado individual líquido negativo de 462.214 milhares de Euros), as demonstrações consolidada e separada do resultado e de outro rendimento integral, as demonstrações consolidada e separada das alterações no capital próprio e as demonstrações consolidada e separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas e separadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada e separada da Intercement Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados e separados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas e separadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação e o seu desempenho financeiro consolidado e separado e os seus fluxos de caixa consolidados e separados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade e do Grupo em se manterem em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade e do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade e do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 7 de junho de 2019

---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz, ROC

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### **Aos Acionistas da Intercement Portugal, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas e separadas da Intercement Portugal, S.A. ("Entidade") e suas subsidiárias ("Grupo"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Entidade, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade e das principais empresas englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações consolidada e separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações consolidada e separada do resultado e de outro rendimento integral, as demonstrações consolidada e separada das alterações no capital próprio e as demonstrações consolidada e separada dos fluxos de caixa do ano findo naquela data e correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2018 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas e separadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 7 de junho de 2019

---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz, ROC

## Conteúdos

<b>1. Nota Introdutória.....</b>	<b>3</b>
<b>2. Destaques de 2018.....</b>	<b>3</b>
<b>3. Uma Visão Geral da InterCement Portugal, S.A. ....</b>	<b>6</b>
<b>4. Desempenho em 2018 .....</b>	<b>7</b>
4.1. Novo Ciclo focado na América do Sul e África.....	7
4.2. Resultados Financeiros Consolidados .....	7
4.3. Desempenho por País.....	12
<b>5. Estrutura de Financiamento .....</b>	<b>18</b>
5.1. Melhoria da Estrutura de Financiamento.....	18
<b>6. Governação .....</b>	<b>19</b>
6.1. Filosofia da governança .....	19
6.2. Compliance .....	19
6.3. Gestão de Risco .....	20
<b>7. Perspetivas.....</b>	<b>22</b>
<b>8. Atividades e Eventos Societários mais relevantes na Sociedade.....</b>	<b>25</b>
<b>9. Notas Subsequentes .....</b>	<b>26</b>
<b>10. Proposta de Aplicação de Resultados .....</b>	<b>27</b>
<b>11. Outras Informações Societárias .....</b>	<b>28</b>
10.1 Lista dos Titulares de Participações Qualificadas <sup>1</sup> .....	28
<b>12. Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>29</b>

## 1. Nota Introdutória

A InterCement Portugal, S.A. (anteriormente designada por Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.) ("InterCement Portugal" ou "Empresa"), constituída em 26 de março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., sofreu diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo empresarial que em 31 de dezembro de 2018 detinha atividades em 8 países: Portugal, Egito, Paraguai, Brasil, Moçambique, África do Sul, Argentina e Cabo Verde ("Grupo").

## 2. Destaques de 2018

Em 2018 a InterCement Portugal, S.A. continuou focada no plano de desalavancagem que visa reforçar a estrutura de capital e preparar a Empresa para um novo ciclo de crescimento. Em outubro, a Empresa concluiu mais um importante passo neste processo, assinando um acordo para vender as operações de Portugal e Cabo Verde. A transação só foi concluída no início de 2019 após a autorização da autoridade da concorrência, não impactando assim o perfil de dívida de 2018.

De acordo com o IFRS 5, os ativos e operações de Portugal e Cabo Verde são apresentados como "Operações descontinuadas". Nesse sentido, itens relacionados a essas operações são apresentados em linhas separadas das demonstrações consolidadas de resultados (também re-expressa para o período comparativo) e do Balanço.

Além disso, as demonstrações financeiras da InterCement Portugal, S.A. de 2018 refletem a categorização da Argentina como uma economia hiperinflacionária em conformidade com as IAS 29 (país com uma inflação acumulada de três anos acima dos 100%). Consequentemente os resultados de 2018 foram reexpressos ajustando a variação de poder de compra em moeda local, usando índices oficiais.

Principais Indicadores (Base Integral)			
	2018	2017	Var. %
Venda de Cimento e Clínquer (Milhares de ton)	23 587	24 115	-2,2
Volume de Negócios (Milhões de Euros)	1 687	1 885	-10,5
EBITDA (Milhões de Euros)	332	299	11,0
EBITDA Ajustado	338	364	-7,0
Fluxo de Caixa p/ Empresa (Milhões de Euros)	-189	-69	173,1
Dívida Líquida a Dez. (Milhões de Euros)	1 816	1 610	12,8

Em termos operacionais, o desempenho global da Empresa foi afetado pelo cenário macroeconómico na Argentina e no Brasil e pela tendência negativa na evolução cambial.

O Brasil experimentou um ano de transição com o mercado a estabilizar após quatro anos de declínio, mas enfrentando custos crescentes e pressão na margem operacional. A Loma Negra

alavancou a sua posição de liderança no mercado local para aumentar a margem EBITDA num cenário macroeconómico adverso e contração da procura. O Paraguai manteve o desempenho positivo preservando uma margem EBITDA acima de 40%. Em África, a contribuição positiva do Egito e Moçambique equilibraram o desempenho da África do Sul.

### **Iniciativas de desalavancagem alcançadas**

Em 2018, o programa estratégico para fortalecer a estrutura de capital da InterCement Portugal, S.A. prosseguiu, combinando o aumento da eficiência nas operações, disciplina de investimento, monetização de ativos não estratégicos e alienações:

#### **Alienação de Portugal e Cabo Verde**

Como anunciado publicamente, a 26 de outubro de 2018, a InterCement assinou um acordo definitivo para vender suas operações em Portugal e Cabo Verde. O acordo faz parte da reestruturação em curso, com os recursos a serem usados principalmente para a redução da dívida.

#### **Loma Negra IPO**

O sucesso Oferta Pública Inicial (“IPO”) da Loma Negra em 2017, representou um marco no mercado de capitais internacional e um passo significativo no desenvolvimento estratégico da Empresa. Este foi o maior IPO na história recente da indústria do cimento e o segundo maior na Argentina – 48,4% do capital da Loma Negra entrou para o mercado pelo montante de 1.097 milhões de dólares.

#### **Conclusão da alienação de ativos de energia**

Nos três anos anteriores a InterCement Portugal, S.A. vendeu parte da participação na Central Hidroelétrica de Estreito, Barra Grande (BAESA) e Machadinho. A fase final do processo de alienação de participações minoritárias dos ativos de energia ocorreu em 2018.

#### **Programa de IC-TURN**

Com o objetivo de atingir uma melhoria visível e sustentável no desempenho dos negócios da InterCement Portugal, S.A., reforçando uma organização e posicionamento vencedor para os próximos anos, a InterCement aliou-se à BCG, uma das líderes globais de consultoria de empresas, para a criação de um programa de transformação para a Empresa. Como resultado, depois de um processo de 6 meses de diagnóstico e planeamento, foi lançado o projeto “IC TURN” – um programa de centenas de iniciativas projetadas para permitir que a Empresa atinja o seu potencial pleno, aproveitando todas as oportunidades possíveis para ganhos adicionais em todas as áreas funcionais. Estas oportunidades variam de novas abordagens comerciais até melhoria dos processos industriais e de compras, para serem capturados nos próximos 3 anos. De 2019 em diante, este programa irá evoluir da fase de



implementação, sob um modo de execução disciplinada que se destina a garantir que os resultados planeados são alcançados e novas iniciativas são mapeadas e adicionadas ao programa.

### 3. Uma Visão Geral da InterCement Portugal, S.A.

A InterCement Portugal, S.A. é um produtor de cimento internacional (de acordo com a capacidade instalada), contando atualmente com 38 milhões de toneladas de capacidade e 35 instalações de produção de cimento, localizadas na América Latina e África. A venda das operações de Portugal e Cabo Verde tem como impacto a redução de 9 milhões de toneladas de capacidade com origem em 5 instalações industriais.

A InterCement Portugal, S.A. tem como seu acionista maioritário a InterCement Austria Holding GmbH, a qual é por sua vez detida pela InterCement Participações, S.A., uma Empresa privada, com sede na cidade de São Paulo, no Brasil. A InterCement Portugal, S.A. através das suas subsidiárias é líder no mercado do cimento em Portugal, Argentina, Moçambique e Cabo Verde, o segundo maior player do setor no Brasil e no Paraguai e é ainda detentora de uma posição de liderança regional na África do Sul e Egito.

A InterCement Portugal, S.A. produz e distribui cimento, cimento para alvenaria, agregados, betão e cal para os distribuidores B2C, produtores de cimento e ainda clientes industriais, entre outros. Além disso, a Empresa produz ainda todos os sacos de papel adaptados para os seus produtos.

## 4. Desempenho em 2018

### 4.1. Novo Ciclo focado na América do Sul e Africa

As estatísticas atuais em relação a 2018 mostram crescimento económico nas geografias em que InterCement Portugal, S.A. opera, consolidando a tendência iniciada em 2017. Com exceção da Argentina, todos os países beneficiaram de contextos económicos positivos. No entanto, em alguns casos, a indústria da construção e do cimento permaneceu sob pressão. O portefólio equilibrado e o desafio contínuo para melhorar a eficiência permitiram atenuar impactos adversos.

O novo portefólio focado na América do Sul e África irá beneficiar de um cenário mais favorável no Brasil, recuperação da Argentina e os ativos africanos continuaram a entregar resultados.

### 4.2. Resultados Financeiros Consolidados

#### Base Integral (Operações Descontinuadas e Continuadas)

Em 2018, as vendas de cimento e clínquer atingiram 24 milhões de toneladas, número alinhado com a performance de 2016 e 2017. O volume total teve uma redução de 2,2% relacionado principalmente com a redução das exportações de Portugal. A desaceleração do mercado Argentino e Egípcio foi compensado pelo desempenho positivo no Brasil, Portugal e Moçambique.

Principais Indicadores (Base Integral)			
	2018	2017	Var. %
Venda de Cimento e Clínquer (Milhares de ton)	23 587	24 115	-2,2
Volume de Negócios (Milhões de Euros)	1 687	1 885	-10,5
EBITDA (Milhões de Euros)	332	299	11,0
EBITDA Ajustado	338	364	-7,0

No base integral as vendas caíram 10,5%, refletindo o impacto de *forex* em Euros, já que, em moeda local, todas as geografias apresentaram crescimento das vendas. O aumento do EBITDA atingiu 11,0% para 332,4 milhões de euros, mas a comparação é distorcida pelo programa extraordinário de ajuste de 64 milhões de euros com impacto negativo nos resultados de 2017. Excluindo estes impactos em ambos os períodos, o EBITDA ajustado atingiu 363,8 milhões de euros em 2017 e 338,5 milhões de euros em 2018, 7,0% abaixo da cifra de 2017. No entanto, a margem de EBITDA ajustado aumentou de 19,3% para 20,1% em 2018.

O Resultado Líquido total foi negativo em 189,9 milhões de euros, sendo que o lucro líquido das operações descontinuadas ascendeu a 22,1 milhões de euros.

Demonstração de Resultados			
(Milhões de Euros)	2018	2017	Var. %
<b>Volume de Negócios</b>	<b>1 439,5</b>	<b>1 678,7</b>	<b>-14,2%</b>
Cash Costs Operacionais Líq.	1 167,4	1 426,7	-18,2%
<b>Cash Flow Operacional (EBITDA)</b>	<b>272,1</b>	<b>252,0</b>	<b>8,0%</b>
Amortizações, Provisões e Imparidade:	221,8	386,2	-42,6%
<b>Resultados Operacionais (EBIT)</b>	<b>50,3</b>	<b>-134,3</b>	<b>-137,5%</b>
Resultados Financeiros	-242,7	-171,9	41,2%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>-192,4</b>	<b>-306,2</b>	<b>-37,2%</b>
Impostos sobre o Rendimento	19,7	133,5	-85,2%
Res. Líq. Operações Continuadas	-212,1	-439,7	-51,8%
Res. Líq. Operações Descontinuadas	22,1	0,4	s.s.
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-189,9</b>	<b>-439,3</b>	<b>-56,8%</b>
Atribuível a:			
Detentores de Capital	-222,6	-490,3	-54,6%
Interesses não Controlados	32,7	51,0	-35,9%

### Operações em Continuação

Os volumes vendidos de cimento e clínquer caíram 0,8%, atingindo 20 milhões de toneladas, com o Brasil, Moçambique e África do Sul, a compensarem as vendas mais fracas na Argentina. Vendas em Euros diminuíram 14,2%, refletindo as depreciações do Peso argentino (76%) e do Real brasileiro (19%). Excluindo o efeito de *forex*, as vendas aumentaram 17,7%. Apesar dos volumes vendidos se manterem inalterados em 2018, o foco da Empresa na inovação de produtos e soluções de valor para os clientes permitiu um aumento das vendas em moeda local em todas as regiões geográficas. O preço médio do cimento subiu (+20,4%), reagindo ao aumento dos custos de produção.

Principais Indicadores (Operações em Continuação)			
	2018	2017	Var. %
Venda de Cimento e Clínquer (Milhares de ton)	20 498	20 666	-0,8
Volume de Negócios (Milhões de Euros)	1 440	1 679	-14,2
EBITDA (Milhões de Euros)	272	252	8,0
EBITDA Ajustado	268	308	-13,3

Os resultados no Brasil e na África do Sul refletem o ambiente de negócios difícil nestes países marcado por um contexto de custos de produção crescentes num mercado pouco dinâmico. Argentina e Egito ultrapassaram as condições de mercado e a inflação de custos com rápidos aumentos de preço e reforço da estratégia comercial. Moçambique beneficiou de condições mais favoráveis, combinadas com uma estratégia de liderança proativa da Empresa no mercado local.

O EBITDA apresentou um crescimento de 8,0% em comparação com 2017 que incluía eventos não recorrentes. Excluindo esses impactos em ambos os períodos, o EBITDA ajustado atingiu 268

milhões de euros, 13,3% abaixo da cifra de 2017 de 308 milhões de euros. Estes resultados refletem a depreciação ARS e BRL contra o euro e o aumento geral da energia e dos custos logísticos. Desconsiderando o impacto do *forex* o EBITDA teria aumentado por 23,6% contra 2017. A Empresa manteve o foco na melhoria de desempenho operacional, demonstrando um crescimento das margens e atingindo 20,1%.

Depreciações, amortizações e provisões de 222 milhões de euros foram 43% abaixo de 2017. Em 2018 as imparidades totais foram de 64 milhões de euros enquanto em 2017 atingiram 246 milhões de euros, com destaque para as relacionadas com projetos de aumento de capacidade adiados devido à racionalização da rede de fábricas, principalmente no Brasil.

Os Resultados financeiros agravaram 71 milhões de euros face a 2017. Por um lado, beneficiaram do menor custo com juros relacionado com a execução do plano de gestão da dívida do ano anterior, resultando na redução de 128 milhões de euros entre os dois períodos. Por outro lado, as diferenças de câmbio e o desarme de derivados teve um impacto negativo de 217 milhões de euros, relacionado em grande parte com a já mencionada depreciação do ARS e do BRL, quando o ano de 2017 beneficiou do efeito positivo da depreciação do USD na dívida.

Os Impostos em 2018 tiveram uma redução de 114 milhões de euros face ao ano anterior. Os Impostos de 2017, foram afetados pelos ajustes no 4º trimestre relativos a impostos diferidos, principalmente no Brasil.

O Lucro Líquido total apresentou uma recuperação de 57% face a 2017, somando uma perda de 189,9 milhões de euros e a perda líquida de 222,6 milhões de euros para os acionistas.

Mapa de Geração de Caixa		
(Milhões de Euros)	Jan-Dez	
	2018	2017
EBITDA Ajustado	338	364
Var. Fundo de Maneio	-116	72
Outros	-18	-79
<b>Fluxo de Caixa Operacional</b>	<b>204</b>	<b>357</b>
Pagamento de Juros	-157	-245
Impostos	-58	-51
<b>Fluxo de Caixa antes de Investimentos</b>	<b>-11</b>	<b>61</b>
CAPEX	-190	-146
Vendas Ativos / Outros	12	16
<b>Fluxo de Caixa Disponível</b>	<b>-189</b>	<b>-69</b>
Novos Empréstimos	115	298
Pagamento Empréstimos	-699	-1 416
Liquidação derivados	-23	204
Aumento de capital e Prestações acessórias	0	700
Dividendos	1	0
Outras Atividades de Fin. e Invest.	35	924
Variação de caixa e Equivalentes	-759	641
Efeito das dif. Câmbio	-36	-74
Caixa e equivalentes no fim do exercício	299	1 094

### Base Integral (Operações Continuadas e Descontinuadas)

Em 2018, fluxo de caixa livre da InterCement Portugal, S.A. foi negativo em 189 milhões de euros, explicado em grande parte pela variação negativa no fundo de maneio e aumento do CAPEX.

As atividades operacionais de 204 milhões de euros foram penalizadas pelo impacto negativo do fundo de maneio por três razões principais: i) iniciativas extraordinárias em contas a receber e inventário em 2017; ii) maior peso com fornecedores de Capex do projeto L'Amalí entre 2017 a 2018; iii) ações de final do ano de 2018 (como venda de créditos) foram congelados durante as negociações de venda das operações de Portugal e Cabo Verde.

Na sequência da execução do plano de “Liability Management” da Empresa os juros pagos diminuíram de 245 milhões euros em 2017 para 157 milhões euros no ano em curso.

No que diz respeito a atividades de investimento em 2018, o destaque no “CAPEX” foi o projeto de expansão de capacidade na fábrica de L' Amalí na Argentina – provocou um adicional de 44 milhões euros em relação a 2017.

O desarme dos derivados teve um efeito negativo de cerca de 23 milhões euros em comparação com o impacto positivo no ano anterior de 204 milhões euros.

A rubrica ‘Outras Atividades de Fin. e Invest.’ em 2018 inclui recursos adicionais relacionados com a venda das centrais hidrelétricas de Barra Grande e Estreiro e em 2017 refletem a venda da participação minoritária na Loma Negra (IPO) que gerou recursos líquidos no montante de 876 milhões

de euros e parte da participação da InterCement Portugal, S.A. na Hidroelétrica de Estreito por cerca de 78 milhões de euros

Caixa e equivalentes de caixa no final do período ascendeu a 299 milhões euros, que se comparam a 1.094 milhões euros no final de 2017. Os recursos secundários do IPO permitiram o pré-pagamento e refinanciamento de dívida, reequilibrando a curva das maturidades da dívida e expandido a maturidade média.

Síntese do Balanço Consolidado			
(Milhões de Euros)	31 dez 2018	31 dez 2017	Var. %
<b>Ativo</b>			
Ativos não Correntes	2 734	2 719	0,5
Ativos Correntes			
Caixa, Bancos e Títulos Negociáveis	256	1 157	-77,9
Outros Ativos Correntes	448	523	-14,3
Ativos em descontinuação	344	0	
<b>Total do Ativo</b>	<b>3 782</b>	<b>4 398</b>	<b>-14,0</b>
<b>Capital Próprio atribuível a:</b>			
Detentores de Capital	387	458	-15,5
Interesses sem Controlo	286	184	55,7
<b>Total Capital Próprio</b>	<b>673</b>	<b>642</b>	<b>4,9</b>
<b>Passivo não correntes</b>			
Empréstimos e Locações Financeiras	1 505	2 140	-29,7
Provisões e Benefícios Pós-Emprego	70	136	-48,2
Outros Passivos	329	322	2,0
<b>Passivos Correntes</b>			
Empréstimos e Locações Financeiras	491	615	-20,1
Provisões e Benefícios Pós-Emprego	0	4	-93,4
Outros Passivos	429	540	-20,5
Passivos rel. Ativos em descontinuação	284	0	
<b>Total Passivo</b>	<b>3 109</b>	<b>3 756</b>	<b>-17,2</b>
<b>Total Passivo e Capital Próprio</b>	<b>3 782</b>	<b>4 398</b>	<b>-14,0</b>

### Base Integral (Operações Continuadas e Descontinuadas)

Em 31 de dezembro de 2018, o Total do Ativo totalizou 3.782 mil milhões de euros, de 14,0% abaixo dos valores registrados um ano antes, revelando a execução do plano de gestão de desalavancagem na sequência da entrada de recursos em 2017, nomeadamente pagamentos antecipados e amortizações com impacto nas linhas de caixa, empréstimos e obrigações.

Dívida líquida no final do ano atingiu 1.816 milhões de euros, 12,8% acima de 31 de dezembro de 2017. O processo de desalavancagem prosseguirá após a conclusão do processo de venda das operações de Portugal e Cabo Verde.

### Ativos e Passivos detidos para Venda

Em 31 de dezembro, os ativos classificados como detidos para venda (ativos de Portugal e Cabo Verde) totalizaram 344 milhões euros, enquanto os passivos associados aos ativos classificados como detidos para venda ascendiam a 284 milhões euros.

Como mencionado antes, a 17 de janeiro de 2019, foi assinado o memorando de entendimento que completa o processo de venda das operações em Portugal e Cabo Verde para a "Ordu Yardimlasma Kurumu" (grupo OYAK) da Turquia. Com um preço de referência de 707 milhões euros, o preço final para a transação será determinado considerando a dívida líquida de fecho, os saldos entre as partes relacionadas, as mudanças no fundo de maneiio desde 30 de junho de 2018, num processo que está em curso. Na mesma data, foi recebido um montante de cerca de 626 milhões euros, recursos esses que serão utilizados principalmente para reduzir o nível de dívida do Grupo, e até à presente data, um montante aproximado de 410 milhões euros já foram amortizados, incluindo a dívida nas entidades vendidas.

### 4.3. Desempenho por País

#### Brasil

No Brasil, a economia iniciou o processo de crescimento, mas o trajeto de recuperação tem sido lento e o impacto na indústria do cimento ainda é superficial. De acordo com o SNIC a diminuição do consumo de cimento foi contida a 1,2% em 2018, acumulando uma quebra de 26,2% nos últimos quatro anos. O último trimestre de 2018 revelou uma inversão nesta tendência antecipando o cenário de 2019 em que se espera um aumento das vendas totais nacionais.

Neste cenário, a InterCement Portugal, S.A. adotou uma estratégia comercial mais assertiva para a atração e retenção da lealdade do consumidor, melhorando o seu programa de segmentação de clientes de acordo com o seu perfil e necessidades, redefinindo o posicionamento a longo prazo do portfólio das marcas, sem negligenciar a garantia de margem da sua atividade local. Como resultado, em 2018, os volumes de cimento e clínquer vendidos pela Empresa no Brasil foram 2,1% superiores aos de 2017, apesar da contração do mercado e do contexto de alta ociosidade da capacidade local instalada.

Em 2018, a matriz de custos da indústria foi particularmente afetada pelo aumento de custos com transporte, matérias-primas e tarifas de energia. A Empresa prosseguiu várias iniciativas para melhorar a produtividade e controlar os custos para minimizar esses impactos. Projetos para otimizar o mix de matérias-primas, renegociação de contratos de logística e fretes e consumo de energia receberam especial atenção.

O EBITDA subiu de 1,5 para 25 milhões euros, impactado pelo reconhecimento a favor da Empresa de um dos litígios de tributação de receitas judiciais em curso (PIS COFINS). O EBITDA ajustado de eventos não recorrentes – incluindo o crédito tributário – foi de 18,9 milhões euros, 48% abaixo do valor comparável de 2017 devido ao impacto do frete e dos custos de energia mais elevados.

A Empresa continuou o programa de racionalização de estrutura industrial para alcançar a rede de fábricas mais adequada para atender ao nível de procura atual. Este programa inclui: ajustes de stocks, provisões relacionadas com a exploração das pedreiras, registro de imparidades após a desativação de unidades e suspensão de investimentos para expansão de capacidade.



## Argentina

O ano 2018 começou por apresentar um mercado muito robusto e uma economia que mostrava indicadores sólidos e consistentes de crescimento, no entanto, a partir do mês de abril todos esses indicadores começaram a deteriorar-se, devido a incertezas na economia local e contexto financeiro internacional adverso. De forma a reagir a esta crise, o governo argentino acordou com o FMI um programa que inclui um processo de consolidação mais rápido e uma política monetária restritiva que limita o crescimento no curto prazo, mas permitirá restabelecer a confiança e reduzir os desequilíbrios das contas públicas. Neste contexto, a subsidiária na Argentina concentrou esforços no controlo de custos e melhoria contínua dos processos logísticos e industriais, o que permitiu a geração de resultados sólidos, aumentar as margens operacionais e mitigar a situação adversa do país em 2018.

O avanço do plano governamental em infraestrutura, estradas, aeroportos, ferrovias e portos, entre outros, promoveu o crescimento de 2,6% do volume de cimento a granel, permitindo que esse segmento ganhasse relevância, representando aproximadamente 42% do volume total e, ao mesmo tempo, permitindo que o segmento do betão (Lomax) atingisse o maior volume vendido de sempre, superando 1 milhão de metros cúbicos. Apesar deste aumento no granel, a queda na ordem de 5,9% do segmento do saco provocou uma redução de 2,6% no volume total da indústria em relação a 2017. O volume total de vendas de cimento, alvenaria e calcário diminuiu 4,7% em relação ao ano anterior, refletindo a fraca procura no mercado.

Apesar das condições adversas do mercado o ambiente favorável para o preço permitiu um aumento das vendas de 33,6% em moeda local. Em 2018, o ARS depreciou 76% versus o EUR pressionando as vendas consolidadas em euros para 566 milhões, 24% abaixo do ano anterior.

A depreciação do peso também teve um impacto negativo na estrutura de custos da Empresa, principalmente nos custos da energia térmica e elétrica, impulsionando a otimização de custos e a racionalização logística.

Após três anos com uma taxa de inflação cumulativa de superior a 100%, a Argentina foi categorizada como um país altamente inflacionário de acordo com as IFRS. Consequentemente, a partir de 1 de julho de 2018, a Empresa reporta os resultados aplicando a norma IAS 29. A IAS 29 exige que os resultados das operações em economias hiperinflacionárias sejam reportados como se essas economias fossem altamente inflacionárias a partir de 1 de janeiro de 2018, e, assim, para tornar resultados comparáveis no período acumulado, devem ser reajustados para a mudança no poder de compra geral da moeda local, utilizando índices oficiais.

Apesar do ambiente macroeconómico desfavorável e da procura mais fraca. A margem EBITDA aumentou 1,2 p.p. atingindo 26,0% em 2018.

A expansão da planta L' Amalí continua a ser um elemento-chave da estratégia de crescimento a longo prazo da Empresa, pois permitirá otimizar a estrutura de produção, proporcionando a capacidade necessária para quando o mercado recuperar.

## Paraguai

No ano de 2018, a economia paraguaia cresceu 4%, impulsionada principalmente pelos setores primário e secundário. O país continua com uma dinâmica positiva crescendo em média 4,5% desde 2004, mais rapidamente do que a maioria de seus pares regionais.

A indústria do cimento manteve o nível do ano precedente. A redução do mercado total é quase inexistente em relação ao ano anterior e os volumes da Empresa permaneceram relativamente estáveis também.

A abordagem comercial da Empresa para o mercado incluiu aumento de preços, permitindo aumento em moeda local nas vendas de 4,5% e de 3,0% no EBITDA. A depreciação do Guarani contra o Euro colocou os resultados em Euros de 2018 abaixo de 2017. Uma vez mais, a operação no Paraguai continua com o status de benchmarking com uma margem EBITDA acima de 40%.

## Argentina e Paraguai

O EBITDA do segmento de negócios da Argentina e Paraguai atingiu 169,6 milhões euros, uma redução de 19,5% em relação a 2017. O resultado é afetado em grande parte pela depreciação do Peso Argentino contra o Euro que representou mais de 108 milhões euros.

## Egito

A atividade económica no Egito melhorou em 2017 e 2018, com o PIB a crescer neste último ano 5% em reflexo das reformas implementadas desde meados de 2016.

Apesar do desempenho da economia, estima-se que o consumo de cimento tenha caído em 5%, provocando um decréscimo de aproximadamente 3,5% nos volumes vendidos da InterCement Portugal, S.A.. Num contexto de menor procura, a sobre capacidade do mercado aumentou com a entrada no mercado da fábrica de Beni Suef (12Mt).

O forte posicionamento da Empresa no mercado local permitiu proteger as nossas vendas que aumentaram 10,3% para 115 milhões euros. Beneficiando da nossa marca Premium, os esforços para adaptar rapidamente a estratégia comercial às condições do mercado alavancaram o aumento de preços.

O aumento acentuado nos preços da eletricidade e combustíveis, bem como o aumento do imposto sobre a argila foram compensados com o aumento do coprocessamento e iniciativas de redução de custos.

Como consequência, o EBITDA de 2018 aumentou e a margem EBITDA numa base comparável registrou um aumento de 3,4 p.p. atingindo 16,9%.

## Moçambique

O cenário macroeconómico em Moçambique ainda reflete a crise política e orçamental iniciada em 2016. O crescimento estimado do PIB em 2018 é de 3,5%, o menor em quase duas décadas, que teve um crescimento económico médio de 7%.

O mercado de cimento cresceu em 6% alavancado no desempenho positivo do primeiro trimestre, estagnando na restante parte do ano. As vendas de cimento e clínquer da InterCement Portugal, S.A. seguiram a tendência do mercado que, combinado com o aumento de preços, elevou as vendas em 11,3% para 107 milhões euros.

A Empresa implementou com sucesso diversas iniciativas para controlar custos (principalmente aumento dos custos energéticos) e alavancar a posição de liderança da Empresa para melhorar a margem operacional. Como resultado, o EBITDA 2018 cresceu em base comparável, incluindo a melhoria da margem para 25,4%.

### África do Sul

A economia sul africana teve um crescimento inferior a 1%, após um primeiro semestre da recessão. As vendas da indústria de cimento mantiveram-se estáveis, limitadas pela incapacidade do governo em estimular a economia. No entanto, a dinâmica comercial da Empresa expandiu a base de clientes com crescimento de 1,5% no volume vendido de cimento e clínquer consolidando uma quota de mercado de 12%.

As vendas permaneceram no mesmo patamar de 2017 - 136 milhões de euros – refletindo a pressão de importação na região de KwaZulu-Natal nos preços e impacto negativo do Forex.

As margens operacionais foram afetadas pelo aumento de custos acima da inflação principalmente na eletricidade e nas matérias-primas. Os custos de manutenção também penalizaram o desempenho da geração de EBITDA de 2018.

### África

O EBITDA da África registou um aumento de 84,1%, principalmente devido aos efeitos do programa extraordinário de ajustamento nos resultados de 2017. Excluindo esse impacto, o EBITDA recorrente foi de 78,2 milhões de euros, 21,4% acima do ano anterior. Os resultados positivos no Egito e em Moçambique, incluindo crescimento de margem compensam a menor atividade na África do Sul.

## Operações Descontinuadas

### Portugal

Em 2018 o mercado doméstico Português apresentou crescimento pelo segundo ano consecutivo embora a uma taxa inferior. O volume de cimento e clínquer vendido no mercado interno cresceu 6,9%, acima do mercado local, mantendo com sucesso o foco comercial na atração e retenção de clientes. Por outro lado, as exportações caíram 24,0% como reflexo da estratégia que privilegia margens mais elevadas. Como consequência, as vendas cresceram apenas 1,3% mas a melhoria da margem EBITDA atinge 4,7 p.p. alcançando 22,3%.

### **Cabo Verde**

Apesar do país manter um trajeto de crescimento económico, o mercado do cimento contraiu pelo segundo ano consecutivo particularmente no primeiro trimestre do ano. Os volumes vendidos de cimento e clínquer caíram cerca de 2%, mas as Vendas aumentaram 3,2% suportadas pelo desempenho positivo da atividade do betão.

### **Trading**

A atividade de Trading de Cimento e clínquer em 2018, registou 2,1 milhões de toneladas, dos quais 1,9 milhões foram para terceiros, atingindo um montante de Receitas de 141 milhões de euros.

As exportações de Portugal concentraram-se em clientes e geografias de maior margem, equilibrando o portefólio de produto e mercados destino. Em relação à negociação de combustíveis, a InterCement Portugal, S.A. estabeleceu novas rotas, tirando proveito do know-how da Empresa e da rede de contatos internacionais.

Vendas de Cimento e Clínquer			
(Milhares de toneladas)	Jan - Dez		
	2018	2017	Var. %
Brasil	7 878	7 713	2,1%
Argentina	6 117	6 419	-4,7%
Paraguai	566	568	-0,4%
Portugal	3 099	3 448	-10,1%
Cabo Verde	183	187	-2,3%
Egito	3 097	3 209	-3,5%
Moçambique	1 203	1 145	5,1%
África do Sul	1 637	1 613	1,5%
<b>Sub-Total</b>	<b>23 780</b>	<b>24 301</b>	<b>-2,1%</b>
Eliminações Intra-Grupo	-193	-186	3,8%
<b>Total Consolidado</b>	<b>23 587</b>	<b>24 115</b>	<b>-2,2%</b>
Operações em Continuação	20 498	20 666	-0,8%
Operações Descontinuadas	3 099	3 448	-10,1%

Volume de Negócios			
(Milhões de Euros)	Jan - Dez		
	2018	2017	Var. %
Brasil	421	455	-7,5%
Argentina	566	750	-24,4%
Paraguai	60	61	-2,5%
Portugal	261	258	1,3%
Cabo Verde	31	30	3,2%
Egito	115	104	10,3%
Moçambique	107	96	11,3%
África do Sul	136	136	0,1%
Trading / Shipping	141	156	-9,6%
Outras	20	43	-53,8%
<b>Sub-Total</b>	<b>1 858,1</b>	<b>2 089,0</b>	<b>-11,1%</b>
Eliminações Intra-Grupo	-171	-204	-16,2%
<b>Total Consolidado</b>	<b>1 686,8</b>	<b>1 884,5</b>	<b>-10,5%</b>
Operações em Continuação	1 440	1 679	-14,2%
Operações Descontinuadas	247	206	20,1%

EBITDA			
(€ million)	Jan - Dez		
	2018	2017	Var. %
Brasil	25,0	1,5	1600,8%
Argentina e Paraguai	169,6	210,7	-19,5%
Portugal e Cabo Verde	60,3	47,4	27,2%
África	72,7	39,5	84,1%
Trading / Shipping e Outros	4,9	0,3	1307,5%
<b>Consolidado</b>	<b>332,4</b>	<b>299,4</b>	<b>11,0%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>19,7%</b>	<b>15,9%</b>	<b>3,8 p.p.</b>

## 5. Estrutura de Financiamento

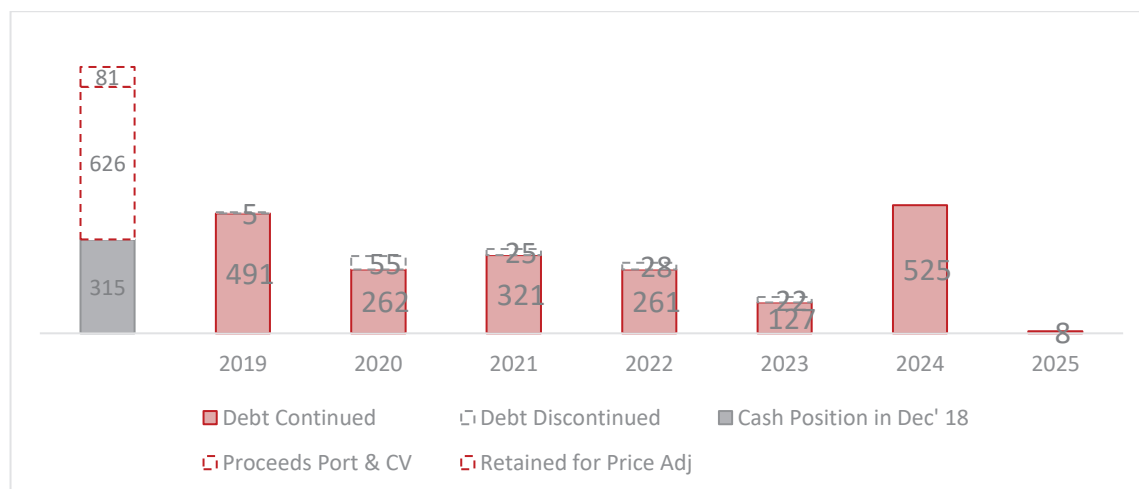
### 5.1. Melhoria da Estrutura de Financiamento

Após a realização do IPO da Loma Negra, subsidiária da InterCement Portugal, S.A. na Argentina, a Empresa reduziu e refinanciou o seu perfil de dívida, equilibrando o plano de amortização e evitando picos de vencimentos da dívida nos próximos anos. Até o final de 2018, a dívida bruta totalizava 1,8 bilhões de Euros, representando uma redução de 0,8 bilhões de Euros em comparação com o 4Q17 e uma redução de 1,5 bilhões de Euros em relação ao 4Q16.

Em 2018, a Empresa deu seguimento na sua política de financiamento, com foco na redução da alavancagem financeira e o ajuste do perfil da dívida. Englobando estes pontos, a InterCement Portugal, S.A. elaborou um plano de gestão de passivos com quatro pilares, com o objetivo de (i) fortalecer metas de crédito, (ii) balancear a dívida bancária, (iii) realizar operações de equity nas empresas subsidiárias e (iv) emitir novos Bonds. Até agora, foram realizados os três primeiros passos, permanecendo o último passo sujeito às condições de mercado.

De acordo com este plano, em janeiro de 2019, a Empresa concluiu a venda das operações em Portugal e Cabo Verde. A venda destes ativos permitirá uma redução significativa da dívida bruta e alcançar um cronograma de amortização mais longo. Até maio de 2019, 410 milhões de Euros dos recursos provenientes da venda já foram usados para reduzir e refinar a dívida.

Em dezembro de 2018, o cronograma de amortização apresentava a seguinte composição:



## 6. Governança

### 6.1. Filosofia da governança

Seguindo as orientações do acionista controlador, a filosofia de governança adotado na InterCement Portugal, S.A. e InterCement é impulsionada pelos objetivos de excelência e desenvolvimento sustentável, promovendo a transparência, compliance e respeito pelos padrões na luta contra a corrupção.

Focada na melhoria de processos e controlo interno, e visando maior autonomia para tomada de decisões local nos seis países onde a Empresa atua, a InterCement Portugal, S.A. desenvolve continuamente o seu modelo de governança.

### 6.2. Compliance

O conceito de Compliance abrange as práticas e disciplinas adotadas no cumprimento de leis, regulamentações, políticas, procedimentos e diretrizes de controlo. Numa lógica de atuação única e uníssona com a InterCement, a InterCement Portugal, S.A. e a InterCement têm um único programa de Compliance.

Embora seja um tópico que tenha recentemente recebido uma maior atenção por parte das empresas em todo o mundo, a InterCement tem tentado difundir o conceito e as práticas relacionados com Compliance a todos os níveis hierárquicos, pelo menos desde 2004, quando seu Código de Conduta foi publicado pela primeira vez. O Código de Ética da InterCement está constantemente a ser revisto, devendo a próxima revisão acontecer durante 2019.

Em 2018 o novo *Programa Comunicação de Compliance da InterCement*, que faz parte do Programa de Integridade da InterCement, subscrito pela InterCement Portugal, S.A., foi formalizado e apresentado em todas as geografias, e lançado para cobrir todos os processos de auditoria, riscos e Compliance, incluindo assim, Gestão de Riscos, Linha Ética, Compliance, Auditoria Interna (atualmente terceirizada), Auditoria Externa, Auditoria Contínua e Auditoria Forense.

Também em 2018, como parte do Programa de Integridade da InterCement, a pesquisa de ambiente de integridade foi lançada, a fim de avaliar a maturidade e percepção dos profissionais em matéria de integridade e conformidade na InterCement. Além disso, outras áreas foram desenvolvidas, tais como: conflito de interesses; prevenção e combate de atos ilícitos; linha de ética; presentes, cortesias, doação, patrocínio e marketing institucional. Como uma forma de reafirmar o compromisso de cada um dos profissionais da InterCement com o programa de *compliance* e integridade, uma carta de princípio foi distribuída e aceite.

No programa citado e ao longo do ano, a Empresa tem investido fortemente na comunicação de forma enfatizar e importância do Compliance (fazer a coisa certa) e dar visibilidade das políticas e normas internas da Empresa. Além do Código de Conduta, a InterCement Portugal, S.A. adotou

também uma norma Anticorrupção, uma norma de Concorrência e uma norma de *Compliance* Corporativa.

Além disso, a política de *Compliance* estabelece não apenas os procedimentos e mecanismos internos para garantir que *Compliance* é inequivocamente adotado e cuidadosamente monitorizado em toda a Empresa (prevenção, detecção e resposta), mas define também a abordagem da gestão de risco na InterCement Portugal, S.A.. O website da InterCement contém informação relevante relacionada com *Compliance* em <http://Compliance.Intercement.com/conduto.php>

A Academia de *Compliance* da InterCement é responsável pelo treino contínuo de *Compliance* dos empregados e administração da Empresa. Em 2018, a formação online nas áreas de anticorrupção e concorrência foi dirigido a todos os empregados da InterCement. Além disso, nos dois últimos anos, a Empresa garantiu que as equipas de gestão de nível médio e superior atingissem 100% na avaliação pós-treino da formação citada.

Na InterCement Portugal, S.A., todas as denúncias sobre desvios de conduta são recebidas pela Linha Ética da InterCement Portugal, S.A., um canal de comunicação disponível para empregados e stakeholders, que garante um canal de comunicação confidencial, independente e direto para lidar com reclamações, comentários, sugestões e denúncias de qualquer tipo (por exemplo, violações do Código de Conduta, da norma Anticorrupção ou outras). Disponível no site da InterCement, por telefone e email, em todos os países onde a Empresa tem unidades de negócio. O serviço é tratado por empresas independentes e especializadas que asseguram confidencialidade em todas as interações havendo um tratamento e resposta de 100%.

### 6.3. Gestão de Risco

Nos desafiantes anos recentes, a Empresa foi preparada para mitigar as adversidades graças a vários mecanismos, especialmente gestão de risco e sistemas de controlo, essenciais para agilizar a resposta da Empresa ao contexto circundante, muitos deles aplicados a par da InterCement.

Na InterCement Portugal, S.A., e na InterCement, essa gestão ganhou especial robustez em 2014, quando um esforço corporativo importante levou à criação da Matriz de Risco, que foi concluída após um processo de robusto mapeamento e reavaliação dos fatores mais relevantes dos riscos de processo e negócios.

Foi após a criação da Matriz de Risco que foram lançadas políticas corporativas na Gestão de Risco e Gestão de Crise. Desde então, estas ferramentas têm sido utilizadas por todos os níveis de gestão para identificar e avaliar dos cenários e fatores que podem afetar os resultados da Empresa, e têm também ajudado na preparação de propostas para ações de contingência por forma a mitigar repercussões negativas.

A metodologia adotada pela InterCement Portugal, S.A. inclui a identificação de Riscos de Negócios como aqueles que, se materializados, afetariam significativamente o EBITDA, a quota de



mercado, as cláusulas de dívida, a continuidade dos negócios, a reputação e a imagem. Não obstante o acompanhamento por parte da Comissão de Auditoria, ao nível da InterCement estes riscos são diretamente monitorizados pelo Comité Executivo, com o auxílio do Comité de Auditoria, Riscos e Compliance, e acompanhados pelo Conselho de Administração.

Por outro lado, os Riscos de Processo são aqueles associados às atividades operacionais e de suporte que, se materializados, afetariam as atividades operacionais. Esses riscos são monitorados no fluxo de processos de compliance, diretamente nas unidades de negócios, onde existe uma estrutura específica responsável por gerir tais riscos dentro da equipa global de Auditoria, Riscos e Compliance.

## 7. Perspetivas

Na previsão de janeiro de 2019, o Fundo Monetário Internacional (FMI) antevê a continuação do crescimento económico global. Prevê-se que a taxa de crescimento enfraqueça ligeiramente, de 3,7% em 2018 para 3,5% em 2019, principalmente devido às disputas comerciais entre EUA e China, bem como o recente arrefecimento na Europa. Os riscos que ameaçam este crescimento são uma nova escalada das disputas comerciais, crescimento da dívida pública e privada, Brexit desordenado e desaceleração económica da China acima do esperado. As perspetivas gerais para os países onde a InterCement Portugal, S.A. atua são positivas, com exceção da Argentina e da África do Sul. A Empresa espera capitalizar efeito das mudanças na gestão e crescimento da eficiência com maior margem e rentabilidade nos próximos anos.

As operações controladas pela InterCement Portugal, S.A. entram em 2019 com o compromisso de reforçar as relações com seus stakeholders e particularmente focadas no desenvolvimento de ações que aumentem o valor percebido pelo cliente.

A Empresa e suas controladas pretendem a ser a primeira opção em termos de necessidades de cimento, betão e outros produtos. Propõe-se a avaliar continuamente as necessidades e expectativas dos mercados locais para melhorar a resposta aos clientes, mas, também, com fornecedores e comunidades, dando continuidade ao seu programa de "Parcerias". A Empresa continuará a apostar na melhoria dos indicadores de produtividade, incorporando novas tecnologias e processos e investindo na formação dos seus profissionais. Prosseguindo a agenda de 2018, a Empresa manterá o foco no aperfeiçoamento dos seus processos e compliance, bem como aumentar a segurança das pessoas no âmbito da sua atividade.

Do ponto de vista ambiental, avançar em termos de redução de impactos da nossa indústria e expansão da atividade de co-processamento, reduzindo o uso de combustíveis e materiais fósseis. Tal como em 2018, a procura por fontes alternativas de energia e matérias-primas continuará em 2019, ocupando um lugar de destaque na visão de longo prazo da Empresa.

Quanto ao financiamento da sua atividade, a Empresa continuará a otimizar sua estrutura de capital, promovendo a redução do nível de alavancagem. Que será resultado da combinação de redução do capital investido, através da venda de ativos (incluindo Portugal e Cabo Verde) não-estratégicos e participações minoritárias, disciplina de CAPEX e aumento da atividade operacional com maior EBITDA e otimização do fundo de maneio. Uma maior agilidade e esforços de gestão devem facilitar os investimentos de capital e um CAPEX disciplinado deve permanecer em vigor, com foco na Argentina que mantem o plano para aumentar a sua capacidade instalada para lidar com o aumento da procura local de cimento.

Para abraçar este novo ciclo, a InterCement Portugal, S.A. está a aperfeiçoar se modelo de governação e a abordagem de gestão, simplificando processos, aumentando a transparência e a responsabilização para proporcionar uma melhor dinâmica de negócio melhor, voltada para a sustentabilidade e o desenvolvimento conjunto com os seus stakeholders.

## Brasil

No Brasil, espera-se um impulso no crescimento durante os anos de 2019 e 2020 suportado no aumento do consumo privado e melhorias no mercado de trabalho. O novo governo em funções deverá recuperar a confiança e a estabilidade política, no entanto, alguma incerteza em relação ao processo legislativo pode atrasar a execução das reformas e ameaçar a trajetória económica do Brasil.

Com os novos governos federais e regionais, o início de 2019 mostrou sinais positivos como aumento geral de confiança, tanto na distribuição, indústria, serviços e no sector da construção. A velocidade da aprovação das reformas será chave para a recuperação económica à medida que o investimento se torna mais forte.

O consumo de cimento fica geralmente aquém da recuperação económica, portanto, a tendência económica positiva terá um impacto gradual no crescimento da procura. O Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) prevê um aumento de 3% nas vendas de cimento para 2019 suportado no sector da habitação e reativação do investimento em infraestrutura pública.

Em 2019, a InterCement Portugal, S.A. deve garantir um maior progresso na eficiência de gestão, estrutura de custos e otimização de ativos após a reconfiguração da estrutura produtiva dos anos anteriores. Num contexto de alta pressão de custos sobre os custos de produção, a estratégia de parcerias com fornecedores e logística será fundamental. A mesma abordagem será seguida em relação à área comercial intensificando as parcerias com clientes.

Em resumo a geração de EBITDA esperada em 2019, será de crescimento suportado por condições de mercado mais favoráveis encerrando o ciclo negativo dos anos anteriores.

## Argentina e Paraguai

As previsões para a economia da Argentina mostram uma queda moderada do PIB em 2019. Para o segundo semestre, espera-se uma mudança de tendência com a regularização dos principais indicadores económicos, que terá impacto direto no sector da construção. Na indústria de cimento em particular, espera-se um comportamento semelhante à evolução económica do país estimando-se assim uma queda moderada nos volumes de expedição durante o ano, com uma tendência de recuperação no segundo semestre.

## África do Sul

A economia sul-africana crescerá 1,5% em 2019, de acordo com o Tesouro Nacional da África do Sul. As perspectivas de crescimento foram revistas negativamente devido ao percurso mais lento em 2018 com baixa melhoria na produção e no emprego e estabilização no comércio e investimento. A visão de médio prazo projeta um crescimento de 2,1% para 2021, baseado numa melhoria gradual na confiança, despesa em infraestrutura pública mais eficaz e melhores perspectivas de preços das *commodities*.

O consumo do cimento seguirá a tendência da economia nacional, mas enfrentando a pressão adicional das importações e do aumento de custo das matérias-primas. A InterCement Portugal, S.A.

vai prosseguir a sua estratégia de investimento na captação e na satisfação dos clientes, melhorando as condições e possibilidades de vendas, fortalecendo parcerias e pesquisas de mercado. Esta abordagem vai focar-se no fortalecimento da sua posição como líder na região e no aperfeiçoamento da eficiência operacional, perante uma maior utilização da capacidade de produção.

Neste contexto, 2019 será um ano desafiador, limitando as perspetivas de crescimento do EBITDA.

### Moçambique

O crescimento económico de Moçambique em 2019 deve manter-se praticamente inalterado em relação a 2018, conservando a trajetória positiva iniciada em 2016 após o compromisso com o FMI. A longo prazo, particularmente com o início da exploração dos depósitos de gás natural na bacia do Rovuma, a economia tenderá a crescer mais rapidamente, com uma previsão de 4,5% no período 2020/2022.

O mercado de cimento continuará a crescer abaixo da economia nacional penalizado pelo impacto dos problemas financeiros do país na confiança dos investidores. A Empresa conseguiu contrabalançar este fraco crescimento aprofundando as relações de parceria técnica e comercial com seus clientes.

O ciclone tropical Idai teve um grande impacto na região da Beira e a Empresa já desenvolveu um plano para mitigar a restrição no abastecimento da zona e assim participar ativamente da reconstrução da área afetada, indicando que a Empresa fortalecerá a presença local, alavancando a posição de liderança para melhorar os resultados.

### Egito

A economia de Egito deverá manter um crescimento acima de 5% em 2019, suportado pela recuperação da procura doméstica. O Egito tem vindo a estimular a sua economia nos últimos anos através de um programa de reformas económicas de controlo orçamental e redução de subsídios. A estabilidade política e a confiança crescente garantem apoio para a continuação das reformas políticas e económicas e sustentará o crescimento para o período 2019-23.

O mercado de cimento tem atravessado uma fase difícil, mas espera-se que os investimentos previstos em infraestrutura signifiquem o início da recuperação. A indústria enfrenta um período desafiador com baixa procura e taxas crescentes de capacidade de produção ociosa. A InterCement Portugal, S.A. acompanhará o ritmo do mercado, abordando um ambiente mais competitivo com sua marca de cimento *premium* e evitando a deterioração da rentabilidade. Num contexto de subida de custo com matérias-primas, combustíveis e taxas governamentais, o cenário competitivo global determinará a capacidade da indústria para aumentar os preços de venda.

## 8. Atividades e Eventos Societários mais relevantes na Sociedade

### Alienação dos ativos operacionais em Portugal e Cabo Verde

Em 26 de outubro de 2018, foi assinado um acordo para alienação ao Grupo OYAK da totalidade dos ativos operacionais em Portugal e Cabo Verde, pelo valor de referência de 707 milhões de euros. Já em 17 de janeiro de 2019, e após obtenção das autorizações formais para a conclusão da alienação, foi assinado o *Closing Memorandum* concretizando a alienação daqueles ativos.

### Aumento de capital

Em 20 de novembro de 2018, a Assembleia Geral de acionistas da sociedade deliberou sobre o aumento de capital da Sociedade, até € 1.559.130.628, mediante a emissão de até 2.609.207.729 novas ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal, incluindo duas tranches: (a) Tranche A – entrada em espécie, no montante de € 700.000.000, correspondente a 2.058.823.529 novas ações, a subscrever e realizar exclusivamente pela acionista InterCement Austria Holding GmbH; Tranche B – entradas em dinheiro, no montante máximo de € 187.130.628 correspondentes a 550.384.200 novas ações a subscrever e realizar pelos demais acionistas.

Como resultado o aumento do capital social realizado foi de € 700.078.779, perfazendo um total de capital social de € 1.372.078.778,68, mediante a emissão de 2.059.055.231 ações sem valor nominal, em duas tranches:

Tranche A: 2.058.823.529 ações, pelo acionista InterCement Austria Holding GmbH, realizada pela conversão das prestações acessórias efetuadas pelo acionista, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante € 700.000.000,00;

Tranche B: 231.702 ações, mediante entradas de dinheiro dos restantes acionistas no montante de € 78.778,68.

### Fusão com a Cimpor Serviços e alteração da denominação social

Em 12 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral de acionistas da Sociedade, deliberou a fusão por incorporação da Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. na Sociedade, a alteração da denominação social para InterCement Portugal, S.A., bem como a alteração integral dos estatutos da Sociedade.

## 9. Notas Subsequentes

### Venda das Operações de Portugal e Cabo Verde

Em 17 de janeiro de 2019, foi assinado o memorando de entendimento que completa a venda das operações em Portugal e Cabo Verde à "Ordu Yardimlasma Kurumu" (grupo OYAK) da Turquia. Com um preço de referência de 707 milhões euros, o preço final para a transação será determinado considerando a dívida líquida de fecho, os saldos entre as partes relacionadas, as mudanças no fundo de maneiio até 30 de junho de 2018, num processo que está em curso. Nesta data, foi recebido um montante de cerca de 676 milhões euros, recursos que serão utilizados principalmente para reduzir o nível de dívida do grupo, sendo que até agora cerca de 410 milhões euros já foram utilizados para amortizações, incluindo a dívida nas entidades vendidas.

## 10. Proposta de Aplicação de Resultados

“Considerando que o resultado líquido consolidado atribuível a detentores do capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi negativo em 222.603.540 euros, e que o resultado líquido em base individual foi negativo em 462.214.380 euros, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a transferência do Resultado Líquido negativo do Exercício de 2018 para Resultados Transitados. ”

## 11. Outras Informações Societárias

### 10.1 Lista dos Titulares de Participações Qualificadas <sup>1</sup>

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social <sup>(2)</sup>	% de Direitos de Voto <sup>(2)</sup>
<b>Participações Morro Vermelho</b>	<b>2 715 765 183</b>	<b>99,44%</b>	<b>99,44%</b>
Rosana Camargo de Arruda Botelho, Renata de Camargo Nascimento e Regina de Camargo Pres Oliveira Dias que controlam directamente em conjunto a sociedade RRRPN - Empreendimentos e Participações, S.A. e de forma isolada, respectivamente, as sociedades (a) RCABON Empreendimentos e Participações, S.A. e a RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A.; (b) RCNON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A.; e (c) RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A.	2 715 765 183	99,44%	99,44%
Através das sociedades RRRPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCABON Empreendimentos e Participações, S.A., RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNON Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A.	2 715 765 183	99,44%	99,44%
Através da sociedade, por si controlada directa e conjuntamente, Participações Morro Vermelho, S.A.	2 715 765 183	99,44%	99,44%
Através da sociedade Mover Participações por si integralmente controlada	2 715 765 183	99,44%	99,44%
Através da sociedade Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. por si integralmente detida	131 353 069	4,81%	4,81%
Através da sociedade InterCement Participações S.A. por si controlada	2 584 412 114	94,63%	94,63%
Através da InterCement Austria Holding GmbH por si integralmente detida	2 584 412 114	94,63%	94,63%
São imputáveis à InterCement Austria Holding GmbH, segundo o entendimento da CMVM perante a OPA lançada por esta sobre a Cmpor, o somatório dos direitos de voto inerentes às seguintes participações:			
Participação por si detida (5)	2 584 412 114	94,63%	94,63%
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. (sociedade do Grupo Camargo Corrêa acima referida) (4)	131 353 069	4,81%	4,81%

(1) Conforme Comunicados de Participações Qualificadas e outras informações recebidas pela sociedade.

(2) Com direito de voto

(3) Base de cálculo inclui totalidade de ações próprias, i.e. totalidade das ações com direitos de voto, não relevando para o mesmo a suspensão do respetivo exercício (conforme critério do artº 16º, nº3, b) do CVM)

(4) no entender da CMVM, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do Cód.VM

(5) à excepção da Participação Qualificada mencionada nesta linha, todas as restantes figuram neste quadro por forma a respeitar a alínea b) do n.º 1 do artigo 20º do Cód. VM  
check e replicar para ingles

### INFORMAÇÕES LEGAIS

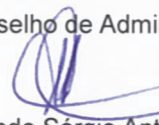
De acordo com as informações legais em vigor informa-se o seguinte:

- i) Não existem quaisquer dívidas em mora de impostos ou de contribuições para a Segurança Social;
- ii) Durante o ano de 2018 não ocorreram nenhuma transações com ações próprias. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa detinha em carteira 5.906.098 ações próprias;
- iii) Não se verificaram negócios entre a Empresa e os seus administradores.



Paulo Sérgio de Oliveira Diniz

O Conselho de Administração



Armando Sérgio Antunes da Silva



Paulo Eduardo Nigro



## 12. Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

do Resultado e de Outro Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Dezembro	
		2018	2017 Reexpresso
<b>Operações em continuação:</b>			
Vendas e prestações de serviços	7	1.439.539	1.678.690
Outros proveitos operacionais	8	67.667	36.939
Total de proveitos operacionais		1.507.206	1.715.629
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(336.568)	(382.675)
Fornecimentos e serviços externos		(661.818)	(731.516)
Custos com o pessoal	10	(197.016)	(263.644)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis	7, 16, 17 e 18	(219.743)	(385.383)
Provisões	7 e 36	(2.018)	(859)
Outros custos operacionais	11	(39.704)	(85.838)
Total de custos operacionais		(1.456.867)	(1.849.915)
<b>Resultado operacional</b>	7	50.339	(134.287)
Custos e proveitos financeiros, líquidos	7 e 12	(241.583)	(171.153)
Resultados relativos a empresas associadas	7 e 12	128	(611)
Resultados relativos a investimentos	7 e 12	(1.247)	(164)
<b>Resultado antes de impostos</b>	7	(192.363)	(306.215)
Impostos sobre o rendimento	7 e 13	(19.701)	(133.512)
<b>Resultado líquido dos exercícios das operações em continuação</b>	7	(212.064)	(439.727)
<b>Operações em descontinuação:</b>			
Resultado líquido dos exercícios das operações descontinuadas	5 e 7	22.126	441
<b>Resultado líquido dos exercícios</b>	7	(189.938)	(439.286)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio:			
Que não serão subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:			
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal	31 e 33	(4.772)	1.355
Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:			
Instrumentos financeiros de cobertura	31 e 33	9.597	15.238
Ativos financeiros disponíveis para venda		(255.183)	(225.414)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial		479.934	-
Efeito da adoção IAS29			
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio		229.577	(208.821)
<b>Rendimento integral consolidado dos exercícios</b>		39.638	(648.106)
Resultado líquido dos exercícios atribuível a:			
Detentores do capital	15	(222.604)	(490.259)
Interesses sem controlo	7 e 33	32.665	50.973
		(189.938)	(439.286)
Rendimento integral consolidado dos exercícios atribuível a:			
Detentores do capital		(77.657)	(685.817)
Interesses sem controlo		117.296	37.710
		39.638	(648.106)
Resultado por ação das operações em continuação e descontinuadas:			
Básico	15	(0,266)	(0,736)
Diluído	15	(0,266)	(0,736)
Resultado por ação das operações em continuação:			
Básico	15	(0,292)	(0,736)
Diluído	15	(0,292)	(0,736)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro 2018.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS**
**da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2018	2017
<b>Ativos não correntes:</b>			
Goodwill	16	952.136	916.186
Ativos intangíveis	17	136.938	36.547
Ativos fixos tangíveis	18	1.456.727	1.613.004
Propriedades de investimento	21	4.033	7.079
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	19	-	8.614
Outros investimentos	20	1.860	2.759
Outras dívidas de terceiros	22	34.926	21.816
Estado e outros entes públicos	23	78.690	24.855
Outros ativos não correntes	24	4.460	6.690
Ativos por impostos diferidos	25	63.847	81.230
Total de ativos não correntes		<u>2.733.616</u>	<u>2.718.780</u>
<b>Ativos correntes:</b>			
Existências	26	295.010	353.710
Clientes e adiantamentos a fornecedores	27	87.437	94.208
Outras dívidas de terceiros	22	15.876	22.586
Estado e outros entes públicos	23	42.132	40.863
Caixa, bancos e títulos negociáveis	46	255.942	1.156.596
Outros ativos correntes	24	7.555	11.362
		<u>703.951</u>	<u>1.679.325</u>
Ativos não correntes detidos para venda	5	343.950	-
Total de ativos correntes		<u>1.047.902</u>	<u>1.679.325</u>
Total do ativo	7	<u>3.781.518</u>	<u>4.398.105</u>
<b>Capital próprio:</b>			
Capital	28	1.372.079	672.000
Ações próprias	29	(27.216)	(27.216)
Prestações acessórias	31	-	700.000
Ajustamentos de conversão cambial	30	(1.116.531)	(1.256.651)
Outras reservas	31	1.250.628	1.240.178
Resultados transitados	32	(869.344)	(380.087)
Resultado líquido do exercício	15	(222.604)	(490.259)
Capital próprio atribuível a acionistas		<u>387.012</u>	<u>457.964</u>
Interesses sem controlo	33	285.921	183.660
Total de capital próprio	7	<u>672.934</u>	<u>641.624</u>
<b>Passivos não correntes:</b>			
Passivos por impostos diferidos	25	285.476	270.815
Benefícios pós-emprego	34	639	15.740
Provisões	36	69.591	119.835
Empréstimos	37	1.504.648	2.139.521
Outras dívidas a terceiros	41	38.822	22.191
Estado e outros entes públicos	23	4.060	12.684
Outros passivos não correntes	42	473	16.793
Total de passivos não correntes		<u>1.903.710</u>	<u>2.597.578</u>
<b>Passivos correntes:</b>			
Benefícios pós-emprego	34	38	773
Provisões	36	204	2.897
Empréstimos	37	491.310	615.140
Fornecedores e adiantamentos de clientes	43	200.809	264.920
Outras dívidas a terceiros	41	81.599	77.028
Estado e outros entes públicos	23	56.944	74.586
Outros passivos correntes	42	89.754	123.560
		<u>920.658</u>	<u>1.158.903</u>
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	5	284.216	-
Total de passivos correntes		<u>1.204.874</u>	<u>1.158.903</u>
Total do passivo	7	<u>3.108.584</u>	<u>3.756.481</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>3.781.518</u>	<u>4.398.105</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS**
**das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Prestações acessórias	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio atribuível a acionistas	Interesses sem controlo	Total do capital próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		672.000	(27.216)	-	(1.044.500)	334.206	407.608	(787.625)	(445.527)	36.595	(408.932)
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	-	(490.259)	(490.259)	50.973	(439.286)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio	30, 31 e 33	-	-	-	(212.151)	16.593	-	-	(195.558)	(13.263)	(208.821)
<b>Total do rendimento consolidado integral</b>		-	-	-	(212.151)	16.593	-	(490.259)	(685.817)	37.710	(648.106)
Aplicação do resultado consolidado de 2016:											
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	-	-	(787.625)	787.625	-	-	-
Dividendos distribuídos	33	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.437)	(15.437)
Prestações acessórias	31	-	-	700.000	-	-	-	-	700.000	-	700.000
Variações de participações financeiras e outros	31, 32 e 33	-	-	-	-	889.378	(70)	-	889.308	124.791	1.014.099
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		672.000	(27.216)	700.000	(1.256.651)	1.240.178	(380.087)	(490.259)	457.964	183.660	641.624
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	-	(222.604)	(222.604)	32.665	(189.938)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio	30, 31 e 33	-	-	-	(193.872)	4.825	-	-	(189.046)	(61.311)	(250.358)
Efeito da adoção IAS29	2.1	-	-	-	333.992	-	-	-	333.992	145.942	479.934
<b>Total do rendimento consolidado integral</b>		-	-	-	140.121	4.825	-	(222.604)	(77.657)	117.296	39.638
Aplicação do resultado consolidado de 2017:											
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	-	-	(490.259)	490.259	-	-	-
Dividendos distribuídos	33	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.663)	(15.663)
Prestações acessórias e aumento de capital	31	700.079	-	(700.000)	-	-	-	-	79	-	79
Variações de participações financeiras e outros	31, 32 e 33	-	-	-	-	5.625	1.001	-	6.627	629	7.255
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		1.372.079	(27.216)	-	(1.116.531)	1.250.628	(869.344)	(222.604)	387.012	285.921	672.934

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS**
**dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2018	2017 (Reexpresso - Nota 3)
<b>Atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		2.043.877	2.409.998
Pagamentos a fornecedores		(1.445.460)	(1.563.992)
Pagamentos ao pessoal		(237.967)	(297.145)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>360.450</b>	<b>548.862</b>
Recebimentos / (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(57.814)	(50.702)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(155.950)	(192.106)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>146.686</b>	<b>306.054</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Alterações de perímetro de consolidação por alienações	5	5.542	-
Fundos exclusivos e outros investimentos	46	52.905	33.349
Ativos fixos tangíveis		5.307	7.732
Juros e proveitos similares		15.830	4.213
Dividendos	19	833	850
Outros	46	1.049	8.921
		<b>81.465</b>	<b>55.064</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Alterações de perímetro de consolidação por aquisições	5	-	(14.642)
Fundos exclusivos e outros investimentos	46	(9.074)	(44.990)
Ativos fixos tangíveis		(187.992)	(128.903)
Ativos intangíveis		(1.676)	(2.437)
Outros		(1.071)	(1.476)
		<b>(199.814)</b>	<b>(192.448)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(118.348)</b>	<b>(137.384)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Empréstimos obtidos	46	114.941	298.469
Aumento de capital e prestações acessórias	28 e 46	79	700.000
Alienação de interesses sem controlo	46	11.444	953.685
Outros	46	62	209.004
		<b>126.525</b>	<b>2.161.158</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Empréstimos obtidos	46	(699.226)	(1.416.183)
Juros e custos similares		(173.063)	(254.358)
Outros	46	(42.008)	(18.068)
		<b>(914.297)</b>	<b>(1.688.610)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(787.771)</b>	<b>472.549</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>(759.433)</b>	<b>641.219</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias</b>		<b>(35.892)</b>	<b>(73.752)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	46	<b>1.094.469</b>	<b>527.002</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	46	<b>299.144</b>	<b>1.094.469</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018.

## DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS

### do Resultado e de Outro Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2018	2017
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Prestações de serviços	7	14.291	3.000
Outros proveitos operacionais	8 e 47	3.610	132
Total de proveitos operacionais		<u>17.901</u>	<u>3.132</u>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das vendas		(11)	-
Fornecimentos e serviços externos	11 e 47	(7.977)	(1.904)
Custos com o pessoal	10	(8.440)	(1.510)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis	17 e 18	(1.722)	(11)
Outros custos operacionais	11	(230)	(47)
Total de custos operacionais		<u>(18.380)</u>	<u>(3.473)</u>
<b>Resultado operacional</b>		<u>(479)</u>	<u>(341)</u>
Custos e proveitos financeiros, líquidos	12	(613)	(3.712)
Resultados relativos a investimentos	12	(461.651)	2.764
<b>Resultado antes de impostos</b>		<u>(462.743)</u>	<u>(1.289)</u>
Impostos sobre o rendimento	13	528	(10.022)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	15	<u>(462.214)</u>	<u>(11.311)</u>
<b>Resultado líquido por ação:</b>			
Básico	15	(0,552)	(0,017)
Diluído	15	(0,552)	(0,017)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2018.

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS**
**da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2018	2017
<b>Ativos não correntes:</b>			
Ativos intangíveis	17	2.202	-
Ativos fixos tangíveis	18	409	327
Investimentos em subsidiárias e associadas	19	1.070.856	2.081.929
Outros investimentos	20	103	87
Outras dívidas de terceiros	22	-	6.000
Ativos por impostos diferidos	25	414	5.090
Total de ativos não correntes		<u>1.073.984</u>	<u>2.093.433</u>
<b>Ativos correntes:</b>			
Clientes e adiantamentos a fornecedores	27	6.576	769
Outras dívidas de terceiros	22	10.402	1.011
Estado e outros entes públicos	23	2.200	3.373
Caixa e equivalentes de caixa	46	2.250	155
Outros ativos correntes	24	1.209	467
		<u>22.637</u>	<u>5.775</u>
Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	5	520.706	-
Total de ativos correntes		<u>543.343</u>	<u>5.775</u>
Total do ativo		<u>1.617.327</u>	<u>2.099.208</u>
<b>Capital próprio:</b>			
Capital	28	1.372.079	672.000
Ações próprias	29	(27.216)	(27.216)
Prestações acessórias	31	-	700.000
Reservas	31	310.938	306.732
Resultados transitados	32	232.654	243.965
Resultado líquido do exercício	15	(462.214)	(11.311)
Capital próprio atribuível a acionistas		<u>1.426.241</u>	<u>1.884.170</u>
Total de capital próprio		<u>1.426.241</u>	<u>1.884.170</u>
<b>Passivos não correntes:</b>			
Provisões	36	6.099	10.598
Empréstimos	37	35.000	35.000
Estado e outros entes públicos	23	-	1.103
Total de passivos não correntes		<u>41.099</u>	<u>46.702</u>
<b>Passivos correntes:</b>			
Provisões	36	204	200
Empréstimos	37	-	15.000
Fornecedores e adiantamentos de clientes	43	2.854	1.506
Outras dívidas a terceiros	41	143.572	145.880
Estado e outros entes públicos	23	1.447	3.529
Outros passivos correntes	42	1.910	2.221
Total de passivos correntes		<u>149.987</u>	<u>168.336</u>
Total do passivo		<u>191.086</u>	<u>215.037</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>1.617.327</u>	<u>2.099.208</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2018.

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS**
**das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Prestações acessórias	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		672.000	(27.216)	-	306.732	245.777	(1.812)	1.195.481
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	(11.311)	(11.311)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-
Total do rendimento integral		-	-	-	-	-	(11.311)	(11.311)
Aplicação do resultado de 2016:								
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	-	(1.812)	1.812	-
Prestações acessórias	14 e 32	-	-	700.000	-	-	-	700.000
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		672.000	(27.216)	700.000	306.732	243.965	(11.311)	1.884.170
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	(462.214)	(462.214)
Total do rendimento integral		-	-	-	-	-	(462.214)	(462.214)
Aplicação do resultado de 2017:								
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	-	(11.311)	11.311	-
Reserva de fusão por incorporação	31	-	-	-	4.206	-	-	4.206
Aumento de capital	28 e 31	700.079	-	(700.000)	-	-	-	79
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		1.372.079	(27.216)	-	310.938	232.654	(462.214)	1.426.241

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2018.

## DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS

### dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2018	2017
<b>Atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		19.210	4.382
Pagamentos a fornecedores		(18.002)	(1.444)
Pagamentos ao pessoal		(8.780)	(1.688)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>(7.572)</b>	<b>1.249</b>
Recebimentos / (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(2.675)	(5.638)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		31	(521)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>(10.216)</b>	<b>(4.909)</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros	46	2.270	60.274
Financiamentos concedidos	46	6.000	2.300
Ativos fixos tangíveis		29	9
Juros e proveitos similares		579	294
Dividendos	46	65	2.686
Efeito de fusão (Nota 5)	5	144	-
		<b>9.087</b>	<b>65.562</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Investimentos financeiros	19	(650)	(800.000)
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(2.930)	-
		<b>(3.580)</b>	<b>(800.000)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>5.507</b>	<b>(734.438)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Prestações acessórias	46	-	700.000
Aumento de capital		79	-
Financiamentos obtidos	46	33.700	40.000
		<b>33.779</b>	<b>740.000</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Empréstimos obtidos	46	(15.000)	-
Juros e custos similares		(3.975)	(1.406)
Financiamentos obtidos	46	(8.000)	-
		<b>(26.975)</b>	<b>(1.406)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>6.804</b>	<b>738.594</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>2.095</b>	<b>(753)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	46	<b>155</b>	<b>908</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	46	<b>2.250</b>	<b>155</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2018.



## Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

### Em 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em milhares de euros)

#### 1. Nota introdutória

A InterCement Portugal, S.A. (“InterCement Portugal” ou “Empresa”), anteriormente designada por Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., constituída em 26 de março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., sofreu diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo empresarial que em 31 de dezembro de 2018 detinha atividades em 8 países: Portugal, Egito, Paraguai, Brasil, Moçambique, África do Sul, Argentina e Cabo Verde (“Grupo”).

O fabrico e comercialização de cimento constituem o negócio nuclear do Grupo. Betões, agregados e argamassas são produzidos e comercializados numa ótica de integração vertical dos negócios.

O Grupo detém as suas participações concentradas essencialmente em duas sub-holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, agregados, argamassas, artefactos de betão, e atividades conexas, em Portugal; e, (ii) a Cimpor Trading e Inversiones, S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas fora de Portugal.

Em 26 de Outubro de 2018, o acionista maioritário InterCement Participações, S.A. anunciou a assinatura de um contrato definitivo de venda das operações em Portugal e Cabo Verde à empresa turca Ordu Yardımlaşma Kurumu (OYAK) (“Operações descontinuadas”), mediante a alienação da Cimpor Portugal, SGPS, S.A. e das suas participadas. Esta venda inclui 3 fábricas integradas de cimento, 2 moagens independentes, com uma capacidade anual de produção de 9.1 milhões de toneladas, 46 centrais de betão, 2 fábricas de argamassas, 17 pedreiras e uma fábrica ensacadora de cimento. A conclusão da transação (“closing date”) e a transferência do controlo ficaram dependentes da aprovação pelas autoridades da concorrência, o que em 31 de dezembro de 2018 não tinha sido obtido (Notas 5 e 48), e que viria a ocorrer em 17 de janeiro de 2019 com a assinatura do “Closing Memorandum”.

Assim sendo, o segmento de Portugal e Cabo Verde é apresentado nestas Demonstrações Financeiras como “Operações descontinuadas” ou “Ativos não correntes detidos para venda”, tal como requerido pela International Financial Reporting Standard 5 (“IFRS 5”) – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas.

Em Assembleia Geral de 12 de dezembro de 2018, foi deliberado o aumento de capital de 672.000 milhares de euros para 1.372.079 milhares de euros (Nota 28).

Em 21 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral de acionistas da Sociedade, deliberou a fusão por incorporação da Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. na Empresa, a alteração da

denominação social para InterCement Portugal, S.A., bem como a alteração integral dos estatutos da Empresa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, destacaram-se para as seguintes operações:

Em 5 de setembro de 2017 foi tornado público que entre as iniciativas realizadas pela Empresa para reduzir sua alavancagem, o conselho de administração da Empresa controlada na Argentina, Loma Negra, C.I.A.S.A. ("Loma Negra"), promoveu iniciativas para permitir que a Loma Negra estivesse em posição de realizar uma oferta de ações nos mercados de capital doméstico e internacional. A Oferta Pública Inicial ("IPO") da Loma Negra sobre parte do seu capital social ocorreu através de uma oferta de dupla listagem na NYSE (EUA) e na BYMA (Argentina), que fechou ao preço de US\$19,00 por American Depositary Shares ("ADSs").

Com esta transação, o Grupo arrecadou um valor bruto de US\$ 1.096.870 milhares, correspondentes a uma parcela de 48,43% do capital social da Loma Negra (876.317 milhares de euros, líquidos dos gastos associados – Nota 31), com as seguintes proveniências:

- Venda de 53.530.000 ADS na oferta internacional de 267.650.000 ações ordinárias, incluindo o pleno exercício da opção de compra de 7.750.000 ADS adicionais, pelos subscritores, representando um total bruto de 812.563 milhares de euros (correspondentes a 1.017.070 milhares de USD);
- Venda de 21.000.000 de ações ordinárias na oferta doméstica na Argentina, representando um total bruto de 63.754 milhares de euros (correspondentes a 79.800 milhares de USD).

Em 21 de junho de 2017, uma assembleia geral extraordinária de acionistas ("AGE") da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Cimpor") deliberou sobre a perda de qualidade de sociedade aberta, nos termos do artigo 27(1)(b) do Código de Valores Mobiliários (CVM), mediante uma proposta de resolução para o efeito apresentada pela InterCement Austria Holding GmbH, uma subsidiária totalmente controlada da InterCement Participações S.A., que possuía diretamente (antes do processo de perda de qualidade de sociedade aberta) 74,64% do capital social da empresa. A deliberação dos acionistas foi aprovada por uma maioria de 99,28% dos votos expressos correspondentes a 94,67% do capital social de votação da Cimpor.

Além da citada resolução e, na sequência do pedido da Cimpor, em 26 de setembro de 2017, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM") aprovou a referida perda de qualidade de sociedade aberta, nos termos dos artigos 27, 28 e 29 do CVM. Como consequência da decisão da CMVM, as ações da Cimpor foram excluídas da negociação na NYSE Euronext Lisboa.

## 2. Principais políticas contabilísticas

## 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e separadas (da Empresa) foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e na sede de cada uma das entidades referidas, ajustadas no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras separadas e consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2018. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo *IFRS Interpretation Committee* (“IFRIC”) e pelo *Standing Interpretation Committee* (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão aqui designadas genericamente por “IFRS”.

### Nota sobre a prática contabilística dos efeitos da inflação nas demonstrações financeiras da Loma Negra CIASA.

No decurso do exercício de 2018, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina ultrapassou 100%, não existindo a expectativa de uma redução significativa no curto prazo. Tal situação requereu a adoção, nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, das disposições da IAS 29 Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias (IAS 29) ao segmento da Argentina (operações cuja moeda funcional é o peso argentino).

A IAS 29 exige que as demonstrações financeiras relativas a operações cuja moeda funcional seja hiperinflacionária sejam ajustadas pela aplicação de um índice geral de preços e expressas na unidade de mensuração (a moeda hiperinflacionária) atual no final do período de relatório.

A adoção da IAS 29 teve como impactos ao nível das demonstrações financeiras consolidadas:

- Um aumento do capital próprio em 1 de janeiro de 2018 de 479.934 milhares de euros, «reportado em Ajustamentos de conversão cambial (Nota 30), principalmente decorrente da reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 17 e 18), e;
- Um aumento dos resultados financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de 5.355 milhares de euros (Nota 12).

2.2. Normas, interpretações, emendas e revisões

Que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2018:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	1-jan-18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IFRS 9 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1-jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.
Clarificações sobre a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-jan-18	Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.

<p>Emenda à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9, Instrumentos financeiros, com a IFRS 4, Contratos de seguros</p>	<p>1-jan-18</p>	<p>Esta emenda proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17.</p>
<p>Emenda à IFRS 2: Classificação e mensuração das transações de pagamentos em ações</p>	<p>1-jan-18</p>	<p>Esta emenda vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada.</p>
<p>Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)</p>	<p>1-jan-18 com exceção das alterações à IFRS 12, cuja data de aplicação é 1-jan-17</p>	<p>Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou <i>joint ventures</i> detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.</p>
<p>IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de ativos</p>	<p>1-jan-18</p>	<p>Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.</p>

Emenda à IAS 40: Transferências de propriedades de investimento	1-jan-18	Esta emenda clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo.
---	----------	---

---

### IFRS 9 – Instrumentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa aplicou a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e as correspondentes emendas efetivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para:

- 1) A classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros;
- 2) Imparidade de ativos financeiros; e
- 3) Contabilidade de cobertura.

A Empresa aplicou a IFRS 9 de acordo com as disposições transitórias nela definidas, conforme segue:

- (a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

A data de aplicação inicial (i.e. a data na qual a Empresa avaliou os ativos financeiros e passivos financeiros existentes nos termos dos requisitos da IFRS 9) foi 1 de janeiro de 2018. Em conformidade, a Empresa aplicou os requisitos da IFRS 9 a instrumentos existentes a 1 de janeiro de 2018 e não aplicou os mesmos a instrumentos já desreconhecidos a essa data.

A informação comparativa de períodos anteriores de montantes relativos a instrumentos que continuam a estar reconhecidos em 1 de janeiro de 2018 não foi reexpressa.

Todos os ativos financeiros reconhecidos e abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou ao justo valor na base do modelo de negócio da entidade para gerir os seus ativos financeiros e em função das características dos fluxos de caixa contratuais de cada ativo financeiro.

O Conselho de Administração reviu e avaliou os ativos financeiros existentes em 1 de janeiro de 2018, baseados nos factos e circunstâncias que existiam a essa data, e concluiu que a aplicação inicial da IFRS 9 não tinha impacto significativo na classificação e mensuração dos ativos financeiros. Em particular, os ativos financeiros respeitam essencialmente a créditos comerciais e outros créditos de terceiros que no âmbito da IAS 39 eram mensuradas ao custo amortizado, e que continuarão a ser mensuradas ao custo amortizado pela IFRS 9 uma vez que são detidas no âmbito do modelo de negócio da Empresa tendo em vista a sua normal cobrança nos termos contratualmente estabelecidos para os respetivos fluxos de caixa.

(b) Imparidade de ativos financeiros

No que respeita às imparidades de ativos financeiros, a IFRS 9 requer um modelo de perdas de crédito esperadas, por oposição ao modelo de perdas de crédito incorridas previsto na IAS 39.

O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Empresa contabilize as perdas de crédito esperadas e alterações nessas perdas esperadas em cada data de reporte para refletir alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Desta forma, deixou de ser necessário que ocorra um evento de crédito para que o reconhecimento de perdas por imparidade, sejam reconhecidas.

Especificamente, a IFRS 9 requer que a Empresa reconheça uma perda por imparidade para perdas de crédito esperadas para todos os ativos financeiros que, na Empresa, respeitam essencialmente a clientes e adiantamentos de fornecedores e outras dívidas de terceiros.

Em particular, a IFRS 9 requer que a Empresa mensure as perdas por imparidade para um instrumento financeiro num montante equivalente às perdas esperadas na vida do instrumento (lifetime) se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro respeita a um crédito em circunstâncias de imparidade no momento da sua constituição.

No entanto, se o risco de crédito não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial (exceto caso o crédito tenha sido originado ou adquirido já em circunstância de imparidade), a Empresa deve reconhecer a perda por imparidade para o respetivo instrumento por um montante equivalente às perdas esperadas no período de doze meses após o reporte financeiro (12-months).

A IFRS 9 prevê a existência de um modelo simplificado para mensurar as perdas esperadas por um montante equivalente às perdas lifetime para créditos comerciais e outros créditos a receber de terceiros, modelo esse que a Empresa adotou.

Uma vez que a Empresa elegeu não reexpressar comparativos, não foi necessário efetuar qualquer avaliação do risco de crédito dos ativos financeiros numa data diferente de 1 de janeiro de 2018.

De acordo com a análise efetuada, não existe um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa relativo ao reconhecimento de perdas por imparidade.

(c) Classificação e mensuração de passivos financeiros

Não ocorreram quaisquer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa relativos à classificação e mensuração de passivos financeiros.

IFRS 15 – Rébito de Contratos com Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa aplicou a IFRS 15 – Rébito de Contratos com Clientes, a qual se encontra efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A IFRS 15 introduz um modelo de 5 passos no reconhecimento do rébito.

As políticas contabilísticas da Empresa para o reconhecimento da receita encontram-se divulgadas na Nota 2.24 abaixo. A receita respeita essencialmente à venda de cimento, betões, argamassas e agregados. A receita é reconhecida quando ocorre a entrega dos produtos, quando se encontra concluída a transferência de controlo dos mesmos e não existem outras obrigações de desempenho ainda por cumprir. O momento em que obrigação de desempenho é cumprida ocorre numa data específica, o que não difere da anterior política.

Não ocorreram quaisquer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa decorrentes da implementação da IFRS 15.



Que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 16 – Locações	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que A IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 9: caraterísticas de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.

IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	1-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.
---	----------	---

---

A avaliação dos impactos destas alterações nas suas demonstrações financeiras ainda não está concluída. Espera-se que da adopção da IFRS 16 venham a ocorrer impactos nas demonstrações financeiras do Grupo, os quais continuam em análise, considerando a diversidade e especificidade das cláusulas dos contratos de locação nos países onde o Grupo opera.

Ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após
--------------------------	--

---

IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
--------------------------------	----------	--

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	1-jan-19	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação	1-jan-19	Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo.

Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-20	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	1-jan-20	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.
Emenda à IAS 1 e IAS 8– Definição de material	1-jan-20	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.

---

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (Empresa) no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas. (ou, se aplicável, descrever os impactos expectáveis da aplicação futura das normas).

### 2.3. Julgamentos críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração (“Administração”) formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Imparidade de ativos não correntes (excluindo *Goodwill*)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, unidades geradoras de caixa, fluxos de

caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, taxas de crescimento, vidas úteis e valores de transações.

- Imparidade do *goodwill*

O *goodwill* é sujeito a teste de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor, de acordo com a política indicada na Nota 2.4. c). Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* é afeto são determinados com base no maior de entre o valor de uso, apurado de acordo com os fluxos de caixa esperados, e o valor realizável líquido, de acordo com múltiplos de transações recentes. Na determinação do valor de uso são utilizadas estimativas por parte da Administração relativamente à evolução futura da atividade e às taxas de desconto consideradas.

- Vidas úteis dos ativos fixos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar, do seu valor residual e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

- Registo de provisões e divulgação de passivos contingentes

O Grupo analisa periodicamente eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação da realização dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho futuro.

- Benefícios de reforma e saúde

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e de saúde atribuídos aos colaboradores do Grupo é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Quaisquer alterações a estes pressupostos terão impacto no montante das responsabilidades por benefícios de reforma e saúde, sendo política do Grupo rever periodicamente estes pressupostos.

- Mensuração de instrumentos financeiros derivados

A mensuração de instrumentos financeiros derivados envolve um conjunto de estimativas e pressupostos sobre o comportamento de variáveis, nomeadamente o comportamento de taxas de juro e de câmbio, bem como estimativas sobre o risco de crédito do Grupo e das diversas contrapartes envolvidas, as quais poderão divergir daqueles que venham efetivamente a ocorrer.

#### 2.4. Princípios de consolidação

##### a) Empresas controladas (subsidiárias)

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o Grupo detém, cumulativamente, os seguintes elementos de controlo: i) a capacidade de gerir as atividades relevantes (atividades que afetam significativamente os resultados da investida); ii) a exposição ou direitos a resultados variáveis da investida; e iii) a capacidade de afetar esses resultados através do poder que exerce, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam

correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre uma entidade.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gasto nos períodos em que os custos são incorridos e os serviços são recebidos, com exceção dos custos da emissão de valores imobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IFRS 9.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como *Goodwill*, nos casos em que se verifica aquisição de controlo.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*Goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração do resultado e de outro rendimento integral na rubrica “Outros proveitos operacionais”.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando o preço de aquisição/atribuição é contingente à ocorrência de eventos específicos acordados com o vendedor/acionista (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos).

Quaisquer pagamentos contingentes a transferir pelo Grupo são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Caso a obrigação assumida constitua um passivo financeiro, as alterações subsequentes do justo valor são reconhecidas em resultados. Caso a obrigação assumida constitua um instrumento de capital não há lugar a alteração do valor estimado inicialmente.

Os valores de ativos e passivos adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais podem ser revistos durante um período que não pode exceder um ano após a data de aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiram na data de aquisição.

O Grupo reavalia o poder sobre uma subsidiária quando existam evidências de alterações em um ou mais elementos de controlo indicados anteriormente.



As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do resultado e de outro rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação. As subsidiárias foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada do resultado e de outro rendimento integral nas rubricas “Interesses sem controlo”.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e dos interesses sem controlo, mesmo que isso resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para garantir que as políticas contabilísticas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo. As transações, saldos e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 4.

#### b) Alterações nos interesses detidos em entidades controladas

Alterações nos interesses detidos pelo Grupo em entidades controladas que não resultem na perda de controlo sobre as mesmas são contabilizadas como transações de capital próprio. Os valores contabilísticos dos interesses detidos pelo Grupo e por interesses que não controlam são ajustados para refletir alterações dos seus interesses relativos (percentagem detida no controlo) detidos nas mesmas. Qualquer diferença entre o valor pelo qual os interesses que não controlam forem ajustados e o justo valor recebido ou pago é reconhecido diretamente em resultados transitados e atribuído aos detentores do Grupo.

Quando o Grupo perde controlo de uma entidade, um ganho ou uma perda são reconhecidos em resultados, calculados pela diferença entre (i) a soma do justo valor recebido e o justo valor de qualquer interesse retido na entidade e (ii) o valor líquido contabilístico dos ativos (incluindo goodwill)

e passivos daquela entidade e quaisquer interesses que não controlam. Todos os montantes previamente reconhecidos na demonstração dos rendimentos integrais em relação àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse abatido os correspondentes ativos ou passivos da subsidiária (i.e., reclassificando-os para resultados).

O justo valor de qualquer interesse retido na ex-subsidiária na data em que o controlo é perdido corresponde ao seu justo valor para efeitos do IFRS 9, o qual corresponde ao custo no reconhecimento inicial de um investimento numa associada não controlada pelo Grupo.

c) Investimentos em associadas, empreendimentos conjuntos e participadas

#### Associadas

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, normalmente quando detém entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em empresas associadas são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor da participação, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo e um aumento ou diminuição da participação.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como *goodwill*, o qual não é apresentado numa linha separada da demonstração da posição financeira. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração do resultado e de outro rendimento integral as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é registada ao valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se, posteriormente, a associada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

#### Empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) correspondem a acordos conjuntos pelo qual as partes detêm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo, através da vinculação por um acordo contratual que deverá conferir às partes controlo conjunto. Conceptualmente, o controlo conjunto consiste na partilha das decisões das atividades relevantes, sobre as quais é exigido o consentimento unânime das partes.

O reconhecimento e mensuração de um empreendimento conjunto nas demonstrações financeiras consolidadas é realizado pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas da *joint venture* é reconhecida na demonstração do resultado e de outro rendimento integral como resultado operacional e a quota parte nos movimentos de reservas da *joint venture*, caso ocorram, é reconhecida em reservas. Os ganhos e perdas não realizados em transações com empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na empresa conjuntamente controlada, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade.

As políticas contabilísticas das *joint ventures* são uniformizadas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### Participadas

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o Grupo não tem influência significativa nem controlo, normalmente quando detém menos de 20% do capital) são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição, nos casos em que não têm capital cotado e o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

As participações financeiras em empresas participadas são classificadas como ativos disponíveis para venda em conformidade com a IFRS 9, sendo apresentadas como ativos não correntes quando consideradas estratégicas para o Grupo.

#### c) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias acrescido do justo valor dos Interesses sem controlo e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como goodwill.

O goodwill é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Os valores de goodwill são expressos na moeda funcional da respetiva unidade geradora de caixa, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças de câmbio geradas nessa conversão são registadas no capital próprio na rubrica de “Ajustamentos de conversão cambial”.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registada como proveito na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

## 2.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, incluindo direitos e licenças adquiridas, encontrando-se registado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se forem por este controláveis e se o respetivo valor puder ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral quando incorridos, exceto nas situações em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros, caso em que são classificados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os ativos intangíveis se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado, conforme abaixo:

	<b>Anos de vida útil</b>
Gerados internamente	5 a 10
Licenças, direitos de uso e de software	até 5
Concessões (direitos de exploração e superfície)	10 a 35

## 2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicáveis.

Os ativos ligados à atividade cimenteira existentes em 1 de janeiro de 2004, foram reavaliados nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas de Relato Financeiro, assumindo-se o valor resultante como novo valor de custo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, exceto se outro método se mostrar mais adequado face ao respetivo uso, a partir da data em que se encontram disponíveis para ser utilizados no uso e local pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	7 – 30
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	2 – 14
Outros ativos fixos tangíveis	2 – 10

Os terrenos afetos à exploração de pedreiras e os recursos minerais são depreciados de forma linear, no período previsto de exploração, deduzido do respetivo valor residual, quando aplicável.

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui, quando determinável e significativo, o valor residual que se estima no final das respetivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos-valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

## 2.7. Investimentos em subsidiárias e associadas (demonstrações financeiras separadas)

Os investimentos em subsidiárias e associadas são reconhecidos ao custo de aquisição, exceto para os já existentes em 1 de janeiro de 2009, para os quais foi seguida a opção de contabilização pelo respetivo valor contabilístico àquela data (“custo considerado”), conforme opção prevista nas normas de transição para as IFRS. Os investimentos em subsidiárias e associadas são sujeitos a testes de imparidade sempre que existam indícios de que o seu valor contabilístico é inferior ao seu valor de recuperação considerando o mais alto de entre o valor de uso ou venda.

## 2.8. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, numa base linear durante o período do contrato de locação.

De acordo com a IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação, caso um acordo estabelecido contenha, em substância, uma locação, incluindo transações que transmitam o direito de usar o ativo ou, caso o cumprimento do acordo esteja dependente do uso de um ativo específico, o Grupo procede à sua análise a fim de avaliar se tais acordos incluem uma locação e se as prescrições da IAS 17 – Locações devem ser aplicadas.

## 2.9. Imparidade de ativos não correntes, excluindo Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indicie que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera fluxos de caixa de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral na rubrica “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis”.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral na rubrica “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## 2.10. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas, que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.



As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”), em particular:

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio (“IAS 21”), e desde que cumpram o critério de eficácia estabelecido na IFRS 9 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (“IFRS 9”).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da demonstração da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas das demonstrações consolidadas do resultado e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão são registados como rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial” para as empresas subsidiárias e em rubrica específica de “Reservas - Ajustamentos de partes de capital em associadas” para as empresas associadas, sendo transferidos para Resultados financeiros - Resultados relativos a investimentos, aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De acordo com a IAS 21, o goodwill e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais assim geradas são registadas como rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”), exceto quando os mesmos configuram uma operação descontinuada, nos termos estabelecidos na Nota 2.14., situação em que são incluídos como Resultado líquido de operações descontinuadas.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura.

Conforme mencionado na Nota 2.1 foram aplicadas as disposições da IAS 29 às operações cuja moeda funcional é o peso argentino, decorrente da designação da economia argentina como hiperinflacionária.

#### 2.11. Custos de financiamento

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos que requerem um período substancial de tempo para atingir a sua condição de uso ou venda (“ativos qualificáveis”) são acrescidos ao custo desses ativos durante aquele período de tempo.

Os rendimentos obtidos com a aplicação temporária dos empréstimos contraídos para financiamento de ativos qualificáveis são deduzidos aos encargos a serem capitalizados.

#### 2.12. Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se irão cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos em resultado líquido do período, em simultâneo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” ou deduzidos ao custo de aquisição do ativo e são transferidos para resultados do período, de forma consistente e proporcional das depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

#### 2.13. Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

Sempre que o valor realizável líquido seja inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor das existências, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

#### 2.14. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Ativos não correntes (ou grupo para alienação) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou grupo para alienação) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda, e são apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira.

Uma operação descontinuada é um componente de uma entidade que, ou foi alienado, ou está classificado como detido para venda e:

- Representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- Faz parte de um plano único coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- É uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os montantes incluídos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral e na demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos a essas operações descontinuadas são apresentados separadamente para o período corrente e para todos os períodos anteriores que sejam apresentados nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos relacionados com operações descontinuadas (ainda não alienadas) são apresentados em linhas autónomas para o último exercício apresentado, sem reajuste dos anos anteriores.

### 2.15. Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- a) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
- b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- c) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão providenciado ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade.

A Empresa identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais o Conselho de Administração, sendo este que revê a informação interna preparada de forma a avaliar o desempenho das atividades do Grupo e a afetação de recursos.

O Grupo encontra-se organizado em segmentos geográficos.

### 2.16. Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data do balanço.

### 2.17. Resultado operacional

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com ativos fixos tangíveis e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos-valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, exceto nos casos em que as mesmas configurem operações descontinuadas (tal como referido na Nota 2.14), situação em que os efeitos

decorrentes são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral como “Resultado líquido das operações descontinuadas”. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

#### 2.18. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando uma das condições descritas não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são, por norma, objeto de divulgação.

##### a) Provisões para reestruturação

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

##### b) Reconstituição ambiental

Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras são sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determináveis, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são registadas em simultâneo com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo aquele acréscimo reconhecido em resultados na medida da depreciação dos ativos.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

## 2.19. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

### a) Caixa, bancos e títulos negociáveis

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa, bancos e títulos negociáveis” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento a curto prazo (três meses ou menos), altamente líquidos, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Outros empréstimos”.

### b) Contas a receber

As contas a receber e outros ativos correntes são reconhecidos ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva ou ao seu valor nominal que se entende corresponder ao custo amortizado, na medida em que se espere o seu recebimento no curto prazo e que este não difere materialmente do seu justo valor à data da contratação, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

### c) Investimentos em ativos financeiros

Os investimentos em ativos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que respeita ao justo valor do preço pago incluindo despesas de transação e considerados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos em ativos financeiros são reavaliados pelo seu justo valor, por referência ao seu valor de mercado à data de reporte, por contrapartida de resultados. Nas situações em que aqueles ativos respeitem a instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não seja possível estimar, com fiabilidade, o seu justo

valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

Para os instrumentos híbridos emitidos, que possuem características de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, esses componentes são classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais estão mensurados a custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos estão ao valor justo por meio do resultado.

e) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, são mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os juros corridos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Outros passivos correntes – Juros a pagar”.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são registadas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas e aprovadas pela Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

#### Instrumentos de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IFRS 9, nomeadamente, quanto à respetiva documentação e avaliação de efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “justo valor”, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do período.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de “cash-flow” são registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Outras reservas”) na sua componente eficaz e em resultados financeiros na sua componente ineficaz. Os valores registados em “Outras reservas” são transferidos para resultados no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IFRS 9.

#### Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IFRS 9 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de



cobertura, as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral em resultados financeiros do período em que ocorrem.

#### h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados em capital próprio.

#### i) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado da seguinte forma:

- Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

#### 2.20. Imparidade de ativos financeiros

A perda por imparidade destes ativos é registada em função das perdas por imparidade esperadas (“expected credit losses”) daqueles ativos financeiros. O montante de perdas esperadas é atualizado em cada data de reporte para refletir alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que tal situação ocorra.

De acordo com a abordagem simplificada prevista, o Grupo reconhece as perdas por imparidade esperadas para a vida económica das contas a receber de clientes, outras contas a receber e outros ativos correntes (“lifetime”). As perdas esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perdas por imparidade do Grupo, afetada por fatores específicos dos devedores, pelas condições económicas gerais e por uma

avaliação das circunstâncias atuais e perspetivadas à data de reporte financeiro, incluindo o valor temporal do dinheiro, quando apropriado.

Para os restantes instrumentos financeiros onde não é adotada a abordagem simplificada referida, o Grupo reconhece imparidades esperadas lifetime quando existe um aumento significativo do respetivo risco de crédito após o reconhecimento inicial. Contudo, e nomeadamente no que respeita a contas a receber de partes relacionadas, se não ocorrer qualquer aumento do risco de crédito do respetivo instrumento financeiro, o Grupo mensura a perda por imparidade daquele instrumento por um montante equivalente às perdas esperadas no período de doze meses (“12 months expected credit losses”).

As perdas esperadas lifetime representam as perdas por imparidade que resultam de todos os eventos de default possíveis na vida esperada do instrumento financeiro. Em contraste, as perdas esperadas 12-months expected credit losses representam a parte das perdas lifetime que são esperadas resultar de eventos de default no instrumento financeiro e que são considerados possíveis de ocorrer doze meses após a data de reporte financeiro.

#### Mensuração e reconhecimento das expected credit losses

A mensuração das perdas por imparidade esperadas reflete a probabilidade estimada de default, a probabilidade de perda devido a esse default (i.e. a magnitude da perda caso ocorra um default) e a exposição real do Grupo a esse default.

A avaliação da probabilidade de default e de perda devido a esse default é baseada na informação histórica existente, ajustada de informação previsional futura conforme acima descrito.

Quanto à exposição ao default, para ativos financeiros, a mesma é representada pelo valor contabilístico bruto dos ativos em cada data de reporte. Para ativos financeiros, a perda por imparidade esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos ao Grupo em conformidade com o acordado entre as partes e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

Se o Grupo mensurou uma perda por imparidade para um instrumento financeiro por um montante equivalente às perdas por imparidade lifetime no período de reporte anterior, mas determina no período de reporte atual que as condições para essa mensuração pelo período de vida do instrumento

já não são aplicáveis, o Grupo mensura as perdas por imparidade por um valor equivalente aos 12-months, exceto para ativos para os quais a abordagem simplificada foi utilizada.

O Grupo reconhece ganhos e perdas relativos às imparidades na demonstração dos resultados para todos os instrumentos financeiros, com os correspondentes ajustamentos ao seu valor contabilístico através da rubrica de perdas por imparidade acumulada na demonstração da posição financeira.

#### 2.21. Benefícios pós-emprego - pensões

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na IAS 19 – Benefícios dos empregados (“IAS 19”).

##### Planos de benefício definido

Os custos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período, de acordo com o método das “unidades de crédito projetadas”. As responsabilidades, assim estimadas, são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar na demonstração consolidada da posição financeira.

Os custos com pensões são registados na rubrica “Custos com o pessoal”, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período e o custo líquido dos juros, o qual resulta da aplicação da taxa de desconto sobre a responsabilidade líquida no início do período. Os ganhos e perdas atuariais são registados como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio.

##### Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registadas como custo na data em que são devidas.

#### 2.22. Benefícios pós-emprego - saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime, quando aplicável, são registadas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica de “Custos com pessoal – Benefícios de saúde”.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes de forma a determinar as responsabilidades a essa data. Os ganhos e perdas atuariais são registados diretamente como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio.

#### 2.23. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente é: (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos; ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a quantia da obrigação não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no respetivo anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### 2.24. Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujos valores não sejam conhecidos são estimados. As principais receitas do grupo são as seguintes:

## Vendas

O Grupo considera que as suas vendas incorporam uma obrigação de desempenho única, que é cumprida no momento da entrega definitiva das mercadorias vendidas ao cliente. O timing de reconhecimento da obrigação de desempenho única daquelas transações ocorre num momento específico do tempo quando o controlo dos bens vendidos é transferido para o cliente.

As vendas referem-se, principalmente, à venda de cimento, betões e agregados e são reconhecidas na demonstração dos resultados, quando o controlo dos bens vendidos é transferido para o comprador. O Grupo considera que tal acontece quando os bens vendidos são entregues ao cliente nas condições contratadas com o respetivo cliente. Os descontos de quantidade concedidos são registados no período a que respeitam como uma redução do valor das vendas a que estão associados.

## Prestações de serviços

As prestações de serviços são reconhecidas em resultados quando efetuadas, período ao longo do qual o seu controlo é transferido para a contraparte.

Relativamente aos acordos que o Grupo celebra para a prestação de serviços continuados, com partes relacionadas ou entidades terceiras, o Grupo entende que as referidas obrigações são satisfeitas durante o período da sua prestação, ocorrendo o seu reconhecimento ao longo do tempo, sendo os respetivos critérios considerados pelo Grupo no reconhecimento destas receitas, ao abrigo do IFRS 15.

### 2.25. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais podem diferir dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor na jurisdição fiscal de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação e são registados na demonstração do resultado e do outro rendimento integral, salvo quando os mesmos se

relacionam com itens registados diretamente em outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, caso em que são igualmente registados naquelas rubricas.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respetivo desconto.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura. A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: i) exista um direito legal ou haja intenção de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; ii) tais ativos e passivos se relacionem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e iii) exista a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

#### 2.26. Resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa-mãe.

#### 2.27. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre situações existentes a essa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### 2.28. Licenças de emissão de CO<sub>2</sub> – Mercado de emissões

Algumas das unidades produtivas do Grupo em Portugal encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de emissões de gases com efeito de estufa. Enquanto não é definida pelo IASB uma política contabilística que enquadre o mecanismo de atribuição e transação de licenças de emissão, o Grupo adota a seguinte política:

- As licenças de emissão atribuídas a título gratuito, bem como as correspondentes emissões enquadráveis naquelas licenças, não dão origem ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo;
- Os ganhos decorrentes da venda de direitos de emissão são registados em Resultados operacionais;
- Quando se estima que as emissões anuais de CO<sub>2</sub> excedem as licenças anualmente atribuídas é reconhecido um passivo, por contrapartida de “Outros custos operacionais”, o qual é mensurado de acordo com a cotação do final do exercício;
- As licenças adquiridas são mensuradas ao seu custo de aquisição e reconhecidas como ativos intangíveis - “Propriedade industrial e outros direitos”.

#### 3. Alterações de políticas, estimativas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto no que respeita à adoção de normas ou interpretações novas, revistas ou emendadas mencionadas na Nota 2, as quais não tiveram impactos significativos na posição financeira ou no resultado integral, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos, com exceção da reexpressão da demonstração consolidada de fluxos de caixa, tal como se explica abaixo:

A demonstração consolidada dos fluxos de Caixa, integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente apresentado

comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, emitidas em 29 de maio de 2018, foram reexpressas de acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros e a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, por via da reclassificação de fluxos das atividades de investimento para fluxo das atividades de financiamento dos fluxos correspondentes à venda de interesses sem controlo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as transações de venda de interesses não controlados correspondentes a: i) IPO da subsidiária Loma Negra com um aumento patrimonial de 876.317 milhares de euros e ii) venda das ações preferenciais da subsidiária Estreito, equivalentes a 19.2% da percentagem de participação, pelo montante de 77.368 milhares de euros, foram classificadas como fluxo de atividades de investimento em vez de fluxo de caixa de atividades de financiamento.

A reexpressão, decidida pela Administração, foi como segue:

Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa	2017 original	Reclassificação	2017 (Reexpresso - Nota 3)
Fluxos das atividades operacionais	306.054	-	306.054
Fluxos das atividades de investimento	816.302	(953.685)	(137.384)
Fluxos das atividades de financiamento	(481.136)	953.685	472.549
Variação de caixa e seus equivalentes	641.219	-	641.219
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias	(73.752)	-	(73.752)

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.



## 4. Empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas

Empresas consolidadas pelo método integral e operações conjuntas

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, InterCement Portugal, S.A., e as seguintes subsidiárias nas quais existe controlo:

SIGLA	FIRMA	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2018	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2017
<b>SEGMENTO HOLDINGS, ENTIDADES DE SUORTE AO NEGÓCIO, CORPORATIVAS E TRADING</b>			
IC PORTUGAL	INTERCEMENT PORTUGAL, S.A.		
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR TRADING E INVERSIONES, S.A.	100,00	100,00
CTI EGYPT	CIMPOR TRADING E INVERSIONES EGYPT, S.A.	a) 100,00	-
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V.	100,00	100,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR SERVIÇOS	CIMPOR – SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE EMPRESAS, S.A.	a) -	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A.	b) -	100,00
INTERCEMENT AUSTRIA EQUITY	INTERCEMENT AUSTRIA EQUITY PARTICIPATIONS GMBH	100,00	100,00
CAUE AUSTRIA	CAUE AUSTRIA HOLDING GMBH	100,00	100,00
LOMA NEGRA HOLDING	LOMA NEGRA HOLDING GMBH	100,00	100,00
<b>SEGMENTO BRASIL</b>			
INTERCEMENT BRASIL	INTERCEMENT BRASIL, S.A.	100,00	100,00
CAUE FINANCE	CAUE FINANCE LIMITED	100,00	100,00
ECO-PROCESSA	ECO-PROCESSA – TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.	100,00	100,00
NEOGERA	NEOGERA INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO LTDA.	100,00	100,00
BARRA GRANDE	BARRA GRANDE PARTICIPAÇÕES, S.A.	c) 80,07	81,09
ESTREITO	ESTREITO PARTICIPAÇÕES	e) 80,82	80,80
MACHADINHO	MACHADINHO PARTICIPAÇÕES, S.A.	d) 80,15	81,30
CECC	CECC - INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS, LTDA.	100,00	100,00
<b>OPERAÇÕES CONJUNTAS:</b>			
<b>SEGMENTO BRASIL</b>			
BAESA	BAESA - ENERGÉTICA BARRA GRANDE, S.A.	7,21	7,30
CESTE	CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE	4,44	4,44
MACHADINHO	CONSÓRCIO MACHADINHO	4,23	4,29
<b>SEGMENTO ARGENTINA E PARAGUAI</b>			
LOMA NEGRA	LOMA NEGRA C.I.A., S.A.	51,04	51,04
COFESUR	COFESUR, S.A.	51,04	51,04
RECYCOMB	RECYCOMB, S.A.	51,04	51,04
FERROSUR ROCA	FERROSUR ROCA, S.A.	40,83	40,83
YGUAZU CEMENTOS	YGUAZU CEMENTOS, S.A.	26,03	26,03
<b>SEGMENTO EGÍPTO</b>			
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT COMPANY, S.A.E.	100,00	100,00
AMCC	AMREYAH CEMENT COMPANY, S.A.E.	99,14	99,14
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E.	99,36	99,36
CSC	CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E.	99,61	99,61
CIMPSAC	CIMPOR SACS MANUFACTURE COMPANY, S.A.E.	99,90	99,90
AMREYAH DEKHEILA	AMREYAH DEKHEILA TERMINAL COMPANY, S.A.E.	99,37	99,37
AMREYAH CIMPOR READY MIX	AMREYAH CIMPOR READY MIX COMPANY, S.A.E.	99,25	99,25
<b>SEGMENTO MOÇAMBIQUE</b>			
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.	f) 92,90	82,64
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.	f) 92,90	82,64
IMOPAR	IMOPAR - IMOBILIÁRIA DE MOÇAMBIQUE, S.A.	b) -	100,00
CINAC	CIMENTOS DE NACALA, S.A.	f) 92,94	82,72
<b>SEGMENTO ÁFRICA DO SUL</b>			
NPCC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD.	100,00	100,00
NPC	NPC - CIMPOR (PTY) LIMITED	74,00	74,00
SRT	SIMUMA REHABILITATION TRUST	33,30	33,30
CONCRETE	NPC CONCRETE (PTY) LTD.	74,00	100,00
S. C. STONE	SOUTH COAST STONE CRUSHERS (PTY) LTD.	55,00	55,00
STERKSPRUIT AGGREGATES	STERKSPRUIT AGGREGATES (PTY) LTD.	55,00	55,00
INTERCEMENT SA	INTERCEMENT SOUTH AFRICA (PTY) LTD.	100,00	100,00

SIGLA	FIRMA		PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2018	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2017
<b>SEGMENTO PORTUGAL E CABO VERDE</b>				
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A.	g)	100,00	100,00
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A.	g)	100,00	100,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, LDA.	g)	100,00	100,00
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A.	g)	98,50	98,50
AGREPOR	AGREPOR AGREGADOS - EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A.	g)	100,00	100,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO, S.A.	g)	50,00	50,00
SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A.	g)	100,00	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A.	g)	100,00	100,00
CTA	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A.	g)	100,00	100,00
CIMPOR CABO VERDE	CIMPOR CABO VERDE, S.A.	g)	98,13	98,13
NOVA CIMPOR	NOVA CIMPOR SERVIÇOS	a) g)	100,00	-

### Empresas associadas

As empresas associadas que, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 19), são as seguintes:

SIGLA	FIRMA		PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2018	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2017
<b>SEGMENTO PORTUGAL</b>				
AVE	AVE- GESTÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA, S.A.	g)	35,00	35,00
SETEFRETE	SETEFRETE, SGPS, S.A.	g)	25,00	25,00
<b>SEGMENTO BRASIL</b>				
COMICAN	COMPANHIA DE MINERAÇÃO CANDIOTA		48,00	48,00

- As alterações assinaladas resultam de operações de fusão e cisão não decorrendo das mesmas impactos nas demonstrações financeiras consolidadas;
- Alienação das participações financeiras à parte relacionada InterCement Austria Holding, constituindo uma saída do perímetro de consolidação (Nota 5);
- Em agosto de 2018, foram convertidas 653.405 ações ordinárias da Barra Grande em ações preferenciais. Em outubro de 2018 o Grupo alienou estas ações preferenciais da Barra Grande, equivalentes a 1,02% da percentagem de participação pelo valor de 25.927 milhares de BRL (alienação de interesses sem controlo), da qual resultou um ganho líquido de 3.440 milhares de euros (15.450 milhares de BRL, líquido de imposto sobre o rendimento) registado no capital próprio dos acionistas (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo detem 64.129.456 ações das quais 51.438.455 são ordinárias e 12.781.001 são preferenciais, totalmente subscritas e integralmente liquidadas. Os acionistas detentores de ações preferenciais, não têm direito de voto, mas têm prioridade na distribuição do dividendo equivalente a 75% do resultado líquido de cada ano fiscal;

- (d) Em 6 de setembro de 2018, foram convertidas 365.650 ações ordinárias da Machadinho em ações preferenciais. Em 9 de outubro de 2018 o Grupo alienou estas ações preferenciais da Machadinho, equivalentes a 1,15% da percentagem de participação pelo valor de 23.210 milhares de BRL (alienação de interesses sem controlo), da qual resultou um ganho líquido de 3.082 milhares de euros (13.953 milhares de BRL, líquido de imposto sobre o rendimento) registado no capital próprio dos acionistas (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo detem 31.795.658 ações das quais 25.484.220 são ordinárias e 6.311.438 são preferenciais, totalmente subscritas e integralmente liquidadas. Os acionistas detentores de ações preferenciais, não têm direito de voto, mas têm prioridade na distribuição do dividendo equivalente a 75% do resultado líquido de cada ano fiscal;

- (e) Em 24 de abril de 2017, todas as ações preferenciais da Estreito, equivalentes a 19,2% do capital, foram vendidas pelo valor aproximado de 78.000 milhares de euros (290.000 milhares de BRL), de que resultou em um ganho líquido de cerca de 39.000 milhares de euros (156.699 milhares de BRL), líquido de imposto sobre o rendimento, registado no capital próprio dos acionistas (alienação de interesses sem controlo).

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo detem 181.597.485 ações das quais 146.769.168 são ordinárias e 34.828.317 são preferenciais, totalmente subscritas e integralmente liquidadas. Os acionistas detentores de ações preferenciais, não têm direito de voto, mas têm prioridade na distribuição do dividendo equivalente a 75% do resultado líquido de cada ano fiscal;

- (f) O aumento de participação de 9,7% decorre de um aumento de capital na Cimentos de Moçambique;
- (g) Em 26 de outubro de 2018, foi anunciado a assinatura de contrato de venda definitivo das operações em Portugal e Cabo Verde à Ordu Yardımlaşma Kurumu (OYAK) da Turquia, passando as mesmas a ser consideradas como “Operações descontinuadas” nos termos da IFRS 5. A concretização da venda ocorreu em 16 de janeiro de 2019 (Notas 5 e 48).

## 5. Alterações no perímetro e operações descontinuadas

### 5.1 Demonstrações consolidadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as alterações no perímetro de consolidação resultaram da alienação da Cimpor Imobiliária e da sua subsidiária moçambicana, Imopar, pelo valor de 8.626 milhares de euros (5.542 milhares de euros líquido de caixa e equivalentes), da qual resultou uma mais valia, reconhecida em resultados operacionais das operações descontinuadas (Nota 47), no montante de 1.174 milhares de euros.

Adicionalmente, conforme explicado na Nota 4, decorrente do contrato de venda relativo às operações de Portugal e Cabo Verde passam a integrar um grupo para alienação e os correspondentes resultados (receitas e gastos) passaram a ser considerado como “Operações descontinuadas”. Nos termos da IFRS 5 – Ativos não Correntes e Operações Descontinuadas, as principais alterações nas demonstrações financeiras foram as seguintes:

- Os resultados dos exercícios das “Operações Descontinuadas” são apresentados numa única linha nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados, sob o título “Resultado líquido dos exercícios das operações descontinuadas”, procedendo-se igualmente à correspondente reexpressão da demonstração dos resultados do exercício de 2017;

- Os ativos e passivos relativos às “operações descontinuadas” são apresentados na demonstração da posição financeira de 31 de dezembro de 2018 numa única linha do ativo, como “Ativos não correntes detidos para venda” e “Passivos relacionados com ativos detidos para venda”, respetivamente;

- As notas explicativas foram ajustadas para apresentar o resultado, ativo e passivo das operações continuadas, ainda que, em alguns casos, sempre que considerado significativo para uma adequada compreensão dos efeitos, detalhes sobre as “Operações Descontinuadas” também sejam apresentados;

As operações descontinuadas correspondem aos negócios do Grupo nos países mencionados e são consistentes com os Segmentos geográficos operacionais do Grupo e, conseqüentemente, na Nota 7 - “Segmentos Operacionais” já não apresentados detalhadamente;

- Os critérios de avaliação usados para as “Operações descontinuadas” são consistentes com aqueles usados para as operações continuadas.

Detalhe dos resultados das Operações Descontinuadas

	2018	2017
<b>Proveitos operacionais:</b>		
Vendas e prestações de serviços	247.232	205.818
Outros proveitos operacionais	23.326	11.154
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>270.558</b>	<b>216.972</b>
<b>Custos operacionais:</b>		
Custo das vendas	(48.702)	(10.687)
Fornecimentos e serviços externos	(119.736)	(128.636)
Custos com o pessoal	(39.646)	(27.842)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis	(30.306)	(40.311)
Outros custos operacionais	(2.164)	(2.397)
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>(240.554)</b>	<b>(209.874)</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>30.005</b>	<b>7.098</b>
Custos e proveitos financeiros, líquidos	(7.588)	(9.429)
Resultados relativos a empresas associadas	1.003	949
Resultados relativos a investimentos	0	(5)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>23.419</b>	<b>(1.386)</b>
Impostos sobre o rendimento	(1.293)	1.827
<b>Resultado líquido dos exercícios das operações descontinuadas</b>	<b>22.126</b>	<b>441</b>
Resultado líquido dos exercícios atribuível a:		
Detentores do capital	21.929	50
Interesses sem controlo	197	391
	<b>22.126</b>	<b>441</b>

Detalhe dos ativos não correntes detidos para venda e dos passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda:

<b>Ativos não correntes:</b>	
Goodwill	18.461
Ativos intangíveis	4.061
Ativos fixos tangíveis	162.620
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	8.758
Outros investimentos	175
Ativos por impostos diferidos	12.104
<b>Total de ativos não correntes</b>	<b>206.179</b>

<b>Ativos correntes:</b>	
Existências	54.549
Clientes e adiantamentos a fornecedores	11.340
Outras dívidas de terceiros	9.100
Estado e outros entes públicos	3.493
Caixa, bancos e títulos negociáveis	58.700
Outros ativos correntes	588
<b>Total de ativos correntes</b>	<b>137.771</b>
<b>Total do ativo das demonstrações consolidadas da posição financeira</b>	<b>343.950</b>
Eliminações inter-segmentos (a)	113.746
<b>Total do ativo das operações descontinuadas</b>	<b>457.696</b>

<b>Passivos não correntes:</b>	
Passivos por impostos diferidos	17.452
Benefícios pós-emprego	21.246
Provisões	21.313
Empréstimos	3.696
Outras dívidas a terceiros	1.675
Outros passivos não correntes	11
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>65.394</b>

<b>Passivos correntes:</b>	
Benefícios pós-emprego	730
Provisões	2.215
Empréstimos	130.814
Fornecedores e adiantamentos de clientes	56.390
Outras dívidas a terceiros	9.798
Estado e outros entes públicos	8.766
Outros passivos correntes	10.110
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>218.822</b>
<b>Total do passivo das demonstrações consolidadas da posição financeira</b>	<b>284.216</b>
Eliminações inter-segmentos (a)	(97)
<b>Total do passivo das operações descontinuadas</b>	<b>284.119</b>

(a) Referem-se a operações intra-grupo com operações continuadas cujos saldos foram eliminados no processo de consolidação.

Os contributos dos fluxos de caixa das operações descontinuadas são os seguintes:

	2018	2017
Fluxos das atividades operacionais	34.999	42.877
Fluxos das atividades de investimento	(5.742)	(87.958)
Fluxos das atividades de financiamento	(54.460)	87.324
Varição de caixa e seus equivalentes	<u>(25.203)</u>	<u>42.243</u>
Caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	<u>58.700</u>	<u>-</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ocorreu a aquisição de 100% do capital social da CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda., pelo montante de 14.642 milhares de euros (48.782 milhares de BRL) (Nota 47).

## 5.2 Demonstrações separadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de salientar a reclassificação da participação na Cimpor Portugal S.G.P.S., S.A. para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, dado ser a entidade a alienar em 2019 no âmbito da venda dos ativos de Portugal e Cabo Verde (Nota 1).

Adicionalmente, na sequência da fusão por incorporação da Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2018, com efeito a 1 de janeiro de 2018, as principais alterações na posição financeira da Empresa são as seguintes:

	Notas	1 janeiro 2018
<b>Ativos não correntes:</b>		
Goodwill		
Ativos intangíveis	17	2.893
Ativos fixos tangíveis	18	238
Outros investimentos	20	13
Ativos por impostos diferidos	25	53
Total de ativos não correntes		<u>3.197</u>
<b>Ativos correntes:</b>		
Existências		11
Clientes e adiantamentos a fornecedores		5.780
Outras dívidas de terceiros		4.582
Estado e outros entes públicos		95
Caixa e equivalentes de caixa		144
Outros ativos correntes		315
Total de ativos correntes		<u>10.928</u>
Total do ativo		<u>14.124</u>
<b>Passivos não correntes:</b>		
Outras dívidas a terceiros		139
Total de passivos não correntes		<u>139</u>
<b>Passivos correntes:</b>		
Fornecedores e adiantamentos de clientes		1.262
Outras dívidas a terceiros		4.822
Estado e outros entes públicos		795
Total de passivos correntes		<u>6.879</u>
Total do passivo		<u>7.018</u>



## 6. Cotações

As cotações utilizadas na conversão, para euros, dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio fecho (EUR / Divisa)			Câmbio médio (EUR / Divisa)		
	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Var.% (a)	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Var.% (a)
USD Dólar americano	1,1456	1,1999	4,7	1,1792	1,1300	(4,2)
BRL Real brasileiro	4,4390	3,9693	(10,6)	4,3037	3,6243	(15,8)
MZN Novo metical moçambicano	70,2818	70,1166	(0,2)	69,3846	70,8681	2,1
CVE Escudo cabo verdiano	110,265	110,265	-	110,265	110,265	-
EGP Libra egípcia	20,4940	21,2717	3,8	21,0785	20,0497	(4,9)
ZAR Rand sul africano	16,4468	14,7558	(10,3)	15,5175	15,1088	(2,6)
ARS Peso argentino	43,1894	22,3783	(48,2)	43,1894	18,8533	(56,3)
PYG Guarani paraguaio	6.828,90	6.720,67	(1,6)	6.751,13	6.395,77	(5,3)

a) A variação é calculada com base no câmbio convertido moeda local / Euros.

## 7. Segmentos operacionais

A principal informação relativa aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, dos diversos segmentos operacionais, sendo estes correspondentes a cada uma das áreas geográficas onde o **Grupo** opera, é a seguinte:

	Dezembro 2018				Dezembro 2017			
	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais
	Clientes externos	Intersegmentais	Total		Clientes externos	Intersegmentais	Total	
Segmentos operacionais:								
Brasil	419.819	970	420.790	(106.173)	453.830	1.017	454.847	(308.725)
Argentina e Paraguai	626.000	-	626.000	109.940	810.820	-	810.820	161.806
Egito	114.762	-	114.762	3.115	104.027	-	104.027	(13.503)
Moçambique	107.325	-	107.325	15.856	96.420	-	96.420	2.195
África do Sul	133.583	2.613	136.196	26.483	133.695	2.386	136.081	26.313
Total	1.401.488	3.584	1.405.072	49.220	1.598.792	3.403	1.602.194	(131.914)
Não afetos a segmentos (a)	38.051	122.988	161.039	1.119	79.898	118.528	198.426	(2.373)
Eliminações	-	(126.571)	(126.571)	-	-	(121.931)	(121.931)	-
	<b>1.439.539</b>	<b>-</b>	<b>1.439.539</b>	<b>50.339</b>	<b>1.678.690</b>	<b>-</b>	<b>1.678.690</b>	<b>(134.287)</b>
Custos e proveitos financeiros, líquidos				(241.583)				(171.153)
Resultados relativos a empresas associadas				128				(611)
Resultados relativos a investimentos				(1.247)				(164)
Resultado antes de impostos				(192.363)				(306.215)
Impostos sobre o rendimento				(19.701)				(133.512)
Resultado líquido dos períodos das operações em continuação				(212.064)				(439.727)
Resultado líquido dos períodos das operações em descontinuação				22.126				441
<b>Resultado líquido do exercício</b>				<b>(189.938)</b>				<b>(439.286)</b>

(a) Esta rubrica inclui sociedades holdings e tradings não afetas a segmentos específicos.

O resultado líquido das operações em descontinuação no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 encontra-se influenciado pelo registo de um ganho líquido de 11.092 milhares de euros (4.041 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017), em resultado da alienação de

1.065.000 licenças de emissão de CO<sub>2</sub> (750.000 licenças de emissão de CO<sub>2</sub> em 31 de dezembro de 2017).

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a interesses sem controlo, a qual ascende aos seguintes valores:

	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Segmentos operacionais:		
Brasil	8.057	26.325
Argentina e Paraguai	23.853	21.083
Egito	(121)	(363)
Moçambique	272	3.301
África do Sul	407	236
	<b>32.468</b>	<b>50.582</b>
Segmentos operacionais em descontinuação	197	391
Resultado imputável aos interesses sem controlo	<b>32.665</b>	<b>50.973</b>

### Outras informações:

	Dezembro 2018			Dezembro 2017		
	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões
Segmentos operacionais:						
Brasil	39.542	131.143	-	44.497	310.193	-
Argentina e Paraguai	114.172	59.619	-	70.993	48.845	-
Egito	5.059	11.643	-	14.599	12.976	-
Moçambique	33.854	10.946	-	6.216	6.797	-
África do Sul	10.421	4.669	-	7.223	4.713	-
Não afetos a segmentos	3.251	1.723	2.018	1.800	1.859	859
	<b>206.298</b>	<b>219.743</b>	<b>2.018</b>	<b>145.328</b>	<b>385.383</b>	<b>859</b>
Segmentos operacionais em descontinuação	11.202	30.306	-	5.595	40.311	-
Total	<b>217.500</b>	<b>250.049</b>	<b>2.018</b>	<b>150.923</b>	<b>425.694</b>	<b>859</b>

(a) As perdas por imparidade incluídas nos valores indicados, quando aplicável, dizem respeito a perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidas perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis na área de negócios do Brasil no montante de 63.244 milhares de euros (Nota 18) e 1.621 milhares de euros (Nota 17). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidas perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis na área de negócios do Brasil no

montante, de 233.573 milhares de euros, na área de negócios do Egito, 3.714 milhares de euros, e na área de negócios de Portugal e Cabo Verde em ativos fixos tangíveis e intangíveis, nos montantes de 6.730 e 2.175 milhares de euros, respetivamente (Notas 17 e 18).

Os ativos e passivos por segmento operacional e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

	Dezembro 2018			Dezembro 2017		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Ativo	Passivo	Ativo líquido
Segmentos operacionais:						
Brasil	1.568.144	816.320	751.824	1.824.248	1.109.826	714.423
Argentina e Paraguai	1.163.923	419.049	744.874	805.178	424.834	380.344
Portugal e Cabo Verde	-	-	-	518.856	356.064	162.791
Egito	233.614	191.701	41.914	200.148	157.117	43.030
Moçambique	197.509	154.636	42.873	176.442	155.045	21.396
África do Sul	260.108	82.821	177.287	277.448	86.262	191.186
	<u>3.423.298</u>	<u>1.664.527</u>	<u>1.758.771</u>	<u>3.802.319</u>	<u>2.289.148</u>	<u>1.513.171</u>
Não afetos a segmentos	290.142	1.549.545	(1.259.403)	1.133.136	2.013.297	(880.160)
Eliminações	(268.933)	(268.933)	-	(545.964)	(545.964)	-
Investimentos em associadas	(11)	-	(11)	8.614	-	8.614
Total segmentos em continuação	<u>3.444.495</u>	<u>2.945.139</u>	<u>499.356</u>	<u>4.398.105</u>	<u>3.756.481</u>	<u>641.624</u>
Segmentos operacionais em descontinuação	462.001	288.424	173.577	-	-	-
Eliminações	(4.305)	(4.305)	-	-	-	-
Total segmentos em descontinuação	<u>457.696</u>	<u>284.119</u>	<u>173.577</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Eliminações inter-segmentais	(120.674)	(120.674)	-	-	-	-
Total consolidado	<u>3.781.518</u>	<u>3.108.584</u>	<u>672.934</u>	<u>4.398.105</u>	<u>3.756.481</u>	<u>641.624</u>

Os ativos e passivos não alocados a segmentos relatáveis incluem os ativos e passivos de sociedades holdings e tradings não afetas a segmentos específicos.

Na **Empresa**, as prestações de serviços, por mercados e naturezas, são as seguintes:

	2018	2017
Mercado interno	7.814	3.000
Mercado externo	6.477	-
	<u>14.291</u>	<u>3.000</u>

	2018	2017
Serviços técnicos	9.530	3.000
Serviços de administração e de gestão	4.761	-
	<u>14.291</u>	<u>3.000</u>

## 8. Outros proveitos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os outros proveitos operacionais tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2018	2017 Reexpresso	2018	2017
Proveitos suplementares	5.133	5.141	2.127	31
Ganhos obtidos na alienação de ativos (a)	6.157	13.736	869	3
Reversão de imparidades de saldos a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores	51	248	-	-
Trabalhos para a própria empresa	1.384	1.223	380	-
Reversão de imparidades em existências	5.117	20	-	-
Reversão de imparidades de outras dívidas a receber (Nota 22)	90	-	-	-
Restituição de impostos (b)	36.875	4.334	-	-
Outros	12.859	12.236	235	97
	<u>67.667</u>	<u>36.939</u>	<u>3.610</u>	<u>132</u>

(a) Os ganhos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluem o ganho proveniente da área de negócios do Brasil, com a alienação de ativos fixos tangíveis nos montantes de 5.959 milhares de euros e 12.225 milhares de euros, respetivamente. Os ganhos obtidos na Empresa incluem a mais valia apurada com a venda da participação da Nova Cimpor Serviços, no valor de 720 milhares de Euros

(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o ganho com restituição de impostos decorre da constituição do crédito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições de Pis e Cofins na área de negócio do Brasil.

## 9. Custo das vendas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o custo das vendas do **Grupo**, foi como segue:

	2018	2017 Reexpresso
	Mercadorias vendidas	131.547
Matérias consumidas	204.610	181.509
Perdas/ (Ganhos) em regularização de existências	411	1.544
	<u>336.568</u>	<u>382.675</u>

## 10. Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram como segue:

	Grupo		Empresa	
	2018	2017 Reexpresso	2018	2017
Remunerações	149.074	202.978	5.053	1.179
Prémios	6.812	11.095	624	61
Encargos com remunerações	14.135	17.953	1.199	178
Custos de ação social e outros (a)	21.908	22.881	529	18
Indemnizações e compensações (b)	4.366	7.476	718	45
Benefícios pós-emprego - pensões (Nota 34)	509	978	262	17
Benefícios pós-emprego - saúde (Nota 34)	76	78	-	-
Seguros	137	206	55	12
	<b>197.016</b>	<b>263.644</b>	<b>8.440</b>	<b>1.510</b>

(a) Os custos de ação social e outros incluem custos com medicina no trabalho e assistência na doença, formação profissional e subsídio de alimentação.

(b) Diz respeito a custos com indemnizações em resultado de processos de reestruturações em curso no Grupo, com particular relevo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nas Áreas de negócio do Egito, Argentina e Brasil.

O número médio de empregados do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018	2017
Portugal	-	794
Egito	429	440
Brasil	1.954	2.074
Moçambique	476	485
África do Sul	390	358
Cabo Verde	-	90
Argentina	3.266	3.144
Paraguai	125	118
	<b>6.640</b>	<b>7.502</b>
Não afetos a segmentos	169	176
	<b>6.809</b>	<b>7.678</b>

O número médio de empregados da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluído em “Não afetos a segmentos” do Grupo, foi de 93 e 6 respetivamente.

## 11. Fornecimentos e serviços externos e outros custos operacionais

Os outros custos operacionais no **Grupo** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	Grupo		Empresa	
	2018	2017 Reexpresso	2018	2017
Impostos (a)	23.964	36.128	38	5
Imparidades de saldos a receber de clientes	3.524	8.514	-	-
Quotizações	119	132	86	23
Imparidades em existências (b)	-	10.968	-	-
Perdas incorridas na alienação de ativos	2.568	10.871	6	3
Donativos	779	1.078	71	-
Multas e penalidades	51	1.000	-	11
Dívidas incobráveis	25	18	-	-
Imparidades de outras dívidas a receber (Nota 22)	308	615	-	-
Outros (c)	8.366	16.515	29	5
	<u>39.704</u>	<u>85.838</u>	<u>230</u>	<u>47</u>

(a) Incluem-se impostos associados ao volume de vendas e taxas de exploração de pedreiras.

(b) As imparidades em existências no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão relacionadas com unidades industriais cuja atividade foi suspensa.

(c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de “Outros” explica-se essencialmente por ajustes em rubricas de fundo de maneio, nomeadamente regularizações de ativos e reconhecimento de passivos.

Os fornecimentos e serviços na **Empresa** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Trabalhos especializados	3.679	1.148
Rendas e alugueres	2.340	139
Combustível	42	6
Deslocações e estadas	317	48
Comunicações	361	14
Seguros	198	174
Honorários	480	329
Conservação e reparação	155	6
Vigilância e segurança	131	0
Eletricidade	73	0
Limpeza, higiene e conforto	28	0
Outros	172	39
	<u>7.977</u>	<u>1.904</u>

## 12. Resultados financeiros, de empresas associadas e de investimentos

Os resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2018	2017 Reexpresso	2018	2017
<b>Custos financeiros:</b>				
Juros suportados (a)	140.700	256.140	1.582	1.558
Diferenças de câmbio desfavoráveis (b)	173.012	118.681	36	2.218
Variação de justo valor:				
Instrumentos financeiros derivados (c)	11.920	10.221	-	-
Outros custos financeiros (d)	34.696	43.021	47	176
	<u>360.327</u>	<u>428.064</u>	<u>1.665</u>	<u>3.953</u>
<b>Proveitos financeiros:</b>				
Juros obtidos	8.615	19.267	48	241
Diferenças de câmbio favoráveis (b)	73.410	223.022	631	-
Variação de justo valor:				
Instrumentos financeiros derivados (c)	-	7.562	-	-
Outros proveitos financeiros (e)	36.719	7.060	373	-
	<u>118.744</u>	<u>256.911</u>	<u>1.052</u>	<u>241</u>
<b>Custos e proveitos financeiros, líquidos</b>	<u>(241.583)</u>	<u>(171.153)</u>	<u>(613)</u>	<u>(3.712)</u>
<b>Resultados relativos a empresas associadas:</b>				
De equivalência patrimonial:				
Perdas em empresas associadas	(0)	(617)	-	-
Ganhos em empresas associadas	128	6	-	-
	<u>128</u>	<u>(611)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros				
	<u>128</u>	<u>(611)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultados relativos a investimentos:</b>				
Rendimentos de participação de capital	23	14	-	2.764
Ganhos/(Perdas) obtidos em investimentos (Nota 19)	(1.270)	(179)	(201.081)	-
Imparidades (Nota 19)	-	-	(260.570)	-
	<u>(1.247)</u>	<u>(164)</u>	<u>(461.651)</u>	<u>2.764</u>

(a) A redução ocorrida nesta rubrica está relacionada essencialmente com a redução média da dívida bruta verificada em 2018. Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estão igualmente incluídos a estimativa de juros de mora relacionados com o pagamento de uma licença industrial na área de negócio do Egito, nos montantes de cerca de 5.400 milhares de euros e de 21.000 milhares de euros, respetivamente (Nota 17).

(b) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as diferenças de câmbio estão significativamente influenciadas pelo efeito, respetivamente, da valorização e desvalorização de moedas funcionais das empresas do Grupo, essencialmente face ao USD e ao Euro, na conversão de ativos e passivos financeiros denominados naquelas moedas.

(c) Estas rubricas são compostas por variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados com a finalidade de cobrirem os riscos de taxa de juro e taxa de câmbio

(liquidados em 2018) e os derivados embutidos nas operações de alienação das participações na “Barra Grande”, “Machadinho” e “Estreito” (Nota 39);

(d) Nos outros custos financeiros do Grupo incluem-se os custos relativos à atualização financeira de ativos e passivos, incluindo o efeito da atualização financeira de provisões (Nota 36), e os custos com comissões, garantias e outras despesas bancárias em geral.

(e) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui o montante de 27.832 milhares de euros (119.780 milhares de BRL) referente à atualização monetária decorrente de decisão favorável em processos judiciais relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS de junho de 2005 a fevereiro de 2013. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica está também influenciada: i) pelo impacto da adoção da IAS29 na subsidiária Loma Negra, no montante de 5.355 milhares de euros (Nota 2.1) e ii) pela recompra das obrigações emitidas pela Cimpor Financial Operations, BV com valor nominal de 25.044 milhares de USD (Nota 37) que gerou um resultado financeiro no montante de 1.891 milhares de euros.



### 13. Impostos sobre o rendimento

#### Imposto sobre o rendimento do Grupo

As empresas do Grupo são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal das respetivas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade.

O imposto sobre o rendimento nas diversas geografias onde o Grupo atua determina-se de acordo com as seguintes condições:

País	Base do imposto sobre rendimento	Taxa de imposto	Prejuízos fiscais		Taxa de imposto
		Dezembro 2018	Prazo limite de reporte	Limitações à dedução Anual	Dezembro 2017
África do Sul		28,00%	N/A	N/A	28,00%
Argentina (c)		30,00%	5 anos	N/A	35,00%
Austria		25,00%	N/A	75% do Lucro Tributável	25,00%
Brasil		34,00%	N/A	30% do Lucro Tributável	34,00%
Cabo Verde	O imposto sobre rendimento incide sobre o lucro das sociedades, constituído pela soma algébrica do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não reflectidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos das legislações aplicáveis.	25,50%	7 anos	50% do Lucro Tributável	25,50%
Egito		22,50%	5 anos	N/A	22,50%
Espanha		25,00%	N/A	25% do Lucro Tributável	25,00%
Holanda	Adicionalmente poderão ainda existir benefícios fiscais, nomeadamente benefícios ao investimento e por despesas em I&D.	25,00%	Ano anterior e 9 anos após apuramento	N/A	25,00%
Luxemburgo		26,01%	17 anos (d)	N/A	27,08%
Moçambique		32,00%	5 anos	N/A	32,00%
Paraguai (a)		10,00%		N/A	10,00%
Portugal (b)		22,50%	5 anos	70% do Lucro Tributável	22,50%

N/A - Não aplicável

(a) No Paraguai não existe reporte de prejuízos;

(b) Os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 euros são ainda sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º - A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros;

(c) Na Argentina a taxa de imposto irá reduzir para 25% para os exercícios 2020 em diante;

(d) Para os prejuízos fiscais apurados antes de 31 de dezembro de 2016 não existe prazo limite de reporte.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O imposto sobre o rendimento do **Grupo** das operações em continuação reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi como segue:

	2018	2017 Reexpresso
Imposto corrente	42.385	65.527
Imposto diferido	(18.515)	57.614
Reforços / (Reversões) de provisões para impostos	(4.169)	10.371
Encargo do exercício	<u>19.701</u>	<u>133.512</u>

De modo a facilitar a compreensão e comparabilidade do encargo de imposto, a reconciliação da taxa de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não considera os resultados negativos (cerca de 108 milhões de euros e 2 milhões de euros, respetivamente), das entidades detentoras de dívida, sobre os quais não foram registados os correspondentes efeitos fiscais, por neste momento não existirem projeções que permitam antecipar a respetiva recuperação. A reconciliação, desconsiderando aquele efeito, é a seguinte:

	2018	2017 Reexpresso
Resultado antes de impostos	(192.363)	(306.215)
Resultados das entidades detentores de dívida	108.010	2.338
Resultado ajustado para efeito de reconciliação	(84.352)	(303.877)
Taxa de imposto aplicável em Portugal	22,50%	22,50%
Imposto teórico	(18.979)	(68.372)
Resultados operacionais e financeiros não tributados	53.820	109.077
Ajustes a impostos diferidos	15.774	105.133
Diferenças de taxas de tributação	(19.909)	(33.315)
Outros	(11.004)	20.989
Custo de imposto	<u>19.701</u>	<u>133.512</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os “Resultados operacionais e financeiros não tributados” estão significativamente influenciados pelos resultados negativos da área de negócios do Brasil, para os quais não foram constituídos os correspondentes impostos diferidos ativos.

A rubrica de “Ajustes a impostos diferidos” inclui, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a eliminação de impostos diferidos ativos em várias jurisdições devido à incerteza quanto à sua recuperação, sendo de realçar em 2017, este contributo proveniente da área de negócios do Brasil, no montante de 104 milhões de euros, e também o efeito positivo nos impostos diferidos da alteração de taxa, na área de negócio da Argentina, no montante de 5 milhões de euros.

A variação na rubrica de “Diferenças de taxas de tributação” reflete o impacto dos contributos positivos ou negativos dos resultados das empresas de jurisdições com taxas de imposto mais elevadas.

A rubrica de “Outros” inclui os encargos associados à tributação de dividendos bem como o efeito de ajustes de impostos correntes de exercícios anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, inclui ainda o encargo de imposto sobre o rendimento de cerca de 7 milhões de euros relacionado com o acordo de pagamento das liquidações adicionais efetuadas pela autoridade tributária a uma das nossas empresas no Egito, por referência ao ano de 2008. A Administração da empresa interpôs recurso judicial relativamente a tais liquidações e, suportada nos pareceres dos seus consultores, entende que não assiste razão à autoridade tributária quanto à manutenção do substancial de tais liquidações. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, também relativamente a subsidiárias da área de negócios do Egito, foram constituídas provisões para impostos dos exercícios de 2004 a 2014, no valor de aproximadamente 10 milhões de euros (Nota 36).

Adicionalmente ao encargo de imposto, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram registados no Grupo impostos diferidos diretamente em rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio de 3.800 milhares de euros e de 89.286 milhares de euros, respetivamente (Notas 25 e 31).

#### Imposto sobre o rendimento da Empresa

A Empresa é tributada de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), do qual fazem parte as empresas em que detém, em Portugal, direta ou indiretamente por entidades elegíveis, pelo menos 75% do seu capital e cumprem com os requisitos previstos na legislação. Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, nos termos das regras definidas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respetiva derrama apurada individualmente.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos.

À data deste relatório foram revistas as declarações fiscais da Empresa relativas a IRC até ao exercício de 2015. Encontram-se ainda sujeitos a revisão os exercícios fiscais de 2016 e 2018.

A Administração, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções com efeito significativo e que não estejam já refletidas nestas demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento da **Empresa** reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi como segue:

	2018	2017
Imposto corrente	(451)	(423)
Imposto diferido (Nota 25)	4.233	10.409
Reforços/reversões de provisões para impostos (Nota 36)	(4.309)	36
Encargo do exercício	(528)	10.022

A reconciliação entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e a taxa de imposto efetiva na **Empresa** pode ser apresentada do seguinte modo:

	2018	2017
Resultado antes de impostos	(462.743)	(1.289)
Taxa de imposto aplicável em Portugal	22,50%	22,50%
Imposto teórico	(104.117)	(290)
Resultados operacionais e financeiros não tributados	103.717	(576)
Reforços / (Reversões) de provisões para impostos	(4.309)	36
Ajustes a impostos diferidos	4.195	11.214
Outros	(14)	(363)
Custo de imposto	(528)	10.022

Os resultados operacionais e financeiros não tributados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, referem-se essencialmente às perdas reconhecidas em investimentos (Notas 12 e 19) e no

exercício findo em 31 de dezembro de 2017 referem-se, essencialmente, ao recebimento de dividendos das subsidiárias Cimpor Financial Operations BV e Cimpor Services Company.

Decorrente da alienação em 2019 das empresas detidas em Portugal (Nota 1), com a correspondente finalização do “RETGS”, a Empresa passará a partir desse exercício a ser tributada de forma individual.

#### 14. Dividendos

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de maio de 2018, foi proposta a não distribuição de dividendos para o exercício de 2017. O mesmo sucedeu na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 5 de abril de 2017 relativamente ao exercício de 2016.

#### 15. Resultados por ação

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	Grupo		Empresa	
	2018	2017 reexpresso	2018	2017
<b>Resultado por ação básico de operações em continuação e descontinuadas:</b>				
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	(222.604)	(490.259)	(462.214)	(11.311)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares) (a)	837.682	666.094	837.682	666.094
	<u>(0,266)</u>	<u>(0,736)</u>	<u>(0,552)</u>	<u>(0,017)</u>
<b>Resultado por ação básico de operações em continuação:</b>				
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	(244.532)	(490.308)	(462.214)	(11.311)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares) (a)	837.682	666.094	837.682	666.094
	<u>(0,292)</u>	<u>(0,736)</u>	<u>(0,552)</u>	<u>(0,017)</u>

(a) O número médio de ações encontra-se ponderado pelo número médio de ações próprias em cada um dos correspondentes exercícios.

Por não existirem efeitos diluidores, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

16. *Goodwill*

Durante os exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos valores de *goodwill*, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Portugal	Egito	Brasil	Moçambique	África do Sul	Cabo Verde e Outros	Argentina	Total
<b>Ativo bruto:</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.004	30.352	1.430.783	14.929	71.668	9.458	145.498	1.729.691
Efeito da conversão cambial	-	(3.261)	(191.370)	403	(1.470)	-	(36.501)	(232.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.004	27.091	1.239.413	15.332	70.198	9.458	108.997	1.497.492
Adopção do IAS 29	-	-	-	-	-	-	184.544	184.544
Efeito da conversão cambial	-	1.028	(126.587)	118	(7.218)	-	(52.521)	(185.179)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(27.004)	-	-	-	-	(9.458)	-	(36.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	28.119	1.112.827	15.450	62.980	-	241.020	1.460.395
<b>Perdas por imparidade acumuladas:</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.001	-	650.282	-	-	-	-	668.283
Efeito da conversão cambial	-	-	(86.976)	-	-	-	-	(86.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	18.001	-	563.306	-	-	-	-	581.306
Efeito da conversão cambial	-	-	(55.046)	-	-	-	-	(55.046)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(18.001)	-	-	-	-	-	-	(18.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	508.259	-	-	-	-	508.259
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>9.003</b>	<b>27.091</b>	<b>676.108</b>	<b>15.332</b>	<b>70.198</b>	<b>9.458</b>	<b>108.997</b>	<b>916.186</b>
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>28.119</b>	<b>604.568</b>	<b>15.450</b>	<b>62.980</b>	<b>-</b>	<b>241.020</b>	<b>952.136</b>

Imparidade de Ativos

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade anualmente ou sempre que se verifique a existência de indícios de possível imparidade, os quais têm por base a determinação do valor recuperável de cada um dos segmentos de negócio a que se encontram afectos (Nota 2.3).

Atendendo ao modelo de negócio e à estrutura de relato financeiro adotado, o goodwill é atribuído a cada segmento operacional, tendo em consideração a existência de sinergias entre as diversas unidades que integram cada segmento numa perspetiva de integração vertical dos negócios.

O valor recuperável de cada grupo de unidades geradoras de caixa integrantes dos referidos segmentos operacionais é comparado, nos testes realizados, com o correspondente valor reconhecido dos ativos e passivos que os integram ("*book value*"). O valor recuperável foi determinado com base nas projeções de fluxos de caixa que decorrem dos planos de negócio a medio e longo prazo, adicionados de uma perpetuidade. Os fluxos de caixa são descontados com base no custo médio ponderado do capital depois de impostos ("*WACC*"), ajustado pelos riscos específicos de cada mercado.

As Projeções de Fluxo de Caixa

O Grupo revê os pressupostos subjacentes à determinação da quantia recuperável dos ativos líquidos, anualmente ou quando há indicadores de imparidade, considerando a estimativa de fluxos de caixa futuros o que inclui, entre outros, um conjunto de estimativas relacionadas com o crescimento do mercado, a quota de mercado, investimentos e custos.

Em geral, os planos são projetados pela aplicação de taxas de crescimento dos mercados, considerando a procura esperada de materiais de construção e a evolução das respectivas economias.

Os volumes de vendas projetados baseiam-se no pressuposto do uso da capacidade e das quotas de mercado, de acordo com os níveis históricos. Relativamente aos custos variáveis, presume-se uma evolução de acordo com o desenvolvimento das vendas. Para os fluxos de caixa brasileiros e moçambicanos, a Empresa considerou, a melhoria nas margens operacionais através de alavancagem operacional (inerente ao aumento da utilização da capacidade), e economias obtidas por programas de redução de custos e iniciativas de recuperação de preços, esperando alcançar uma margem próxima no final do período de projeção, uma margem próxima à de referência histórica em ambos os mercados.

Determinação da taxa de desconto

São calculadas taxas de desconto para cada unidade geradora de caixa com base na taxa sem risco local pertinente ajustada pelo prêmio de risco do país, entre outros parâmetros.

A determinação do valor em uso foi baseada em fluxos de caixa descontados, calculados em moeda local, utilizando a respectivo WACC, conforme descrição a seguir:

Segmentos	Moeda	Dezembro 2018		Dezembro 2017	
		Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa "WACC" *	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa "WACC" *
Portugal e Cabo V	EUR/CVE	-	-	18.461	7,9% - 9,8%
Egito	EGP	28.119	22,24%	27.091	24,9%
Brasil	EUR	604.568	10,75%	676.108	10,6%
Moçambique	MZM	15.450	17,54%	15.332	19,0%
África do Sul	ZAR	62.980	12,71%	70.198	12,5%
Argentina	ARS	241.020	44,52%	108.997	(a)
		<u>952.136</u>		<u>916.186</u>	

(\*) Taxa de desconto calculada após impostos. Para as áreas de negócio do Egípto e Argentina, a taxa "WACC" indicada refere-se ao primeiro ano da projeção, e altera-se, posteriormente, de acordo com a variação da taxa de inflação.

(a) Para a área de negócio de Argentina e Paraguai, o teste de imparidade relativo ao exercício de 2017 foi realizado comparando o valor contabilístico dos ativos relacionados com o valor de mercado das ações da Loma Negra no mercado de ações no final do exercício de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo calculou o eventual impacto na avaliação de uma alteração de 0,5% na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação às projeções de todas as áreas de negócio, situação que não conduziria a quaisquer imparidades.

Alargando a análise acima para determinar imparidades adicionais, o que ocorreriam na área de negócios do Brasil com alteração de 100BP e 150BP na taxa de desconto, no montante de €20 milhões de euros e €105 milhões de euros, respetivamente.

Em resultado da adoção da IFRS 5, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, Goodwill relativo a "Operações descontinuadas", no montante de 18.461 milhares de euros, foram reclassificados para a rubrica "Ativos não correntes detidos para venda" (Nota 5).



## 17. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis no Grupo, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	67.884	748	68.632
Efeito da conversão cambial	(6.819)	42	(6.777)
Adições	16.491	116	16.607
Alienações	(115)	-	(115)
Abates	(22)	-	(22)
Transferências	6.252	(723)	5.529
Saldo em 31 de dezembro de 2017	83.671	183	83.854
Adopção do IAS 29	6.037	-	6.037
Efeito da conversão cambial	(10.112)	8	(10.104)
Adições	3.810	377	4.187
Transferências	146.483	(99)	146.384
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(16.760)	(175)	(16.935)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	213.128	295	213.423
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.829	-	38.829
Efeito da conversão cambial	(3.395)	-	(3.395)
Reforços	9.903	-	9.903
Reduções	(73)	-	(73)
Abates	(22)	-	(22)
Transferências	2.064	-	2.064
Saldo em 31 de dezembro de 2017	47.306	-	47.306
Adopção do IAS 29	2.457	-	2.457
Efeito da conversão cambial	(4.496)	-	(4.496)
Reforços	8.240	-	8.240
Transferências	35.852	-	35.852
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(12.874)	-	(12.874)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	76.485	-	76.485
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>36.364</b>	<b>183</b>	<b>36.547</b>
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>136.643</b>	<b>295</b>	<b>136.938</b>

Decorrente do acordo para a alienação das operações de Portugal e Cabo Verde (Nota 5), nos termos da IFRS 5, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os correspondentes “Ativos intangíveis” (incluindo as perdas por redução ao valor recuperável) no montante de 4.061 milhares de euros, foram reclassificados para a rubrica “Ativos não correntes detidos para venda”.

A rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui, essencialmente, direitos contratuais, de superfície e licenças, incluindo as de utilização de *software*. Destes, cerca de 4 milhões

de euros (3 milhões em 31 de dezembro de 2017) referem-se a desenvolvimentos em sistemas de informação do Grupo gerados internamente.

#### Adições

Não houve adições significativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no âmbito do processo de licenciamento industrial da empresa Amreyah Cimpor Cement, em anos anteriores a Industrial Development Authority (IDA), uma entidade do governo egípcio, reivindicou um pagamento no valor de 217 milhões de EGP (cerca de 10,3 milhões de euros). O Conselho de Administração, apoiado no entendimento dos assessores jurídicos da empresa, apresentou uma petição jurídica contestando tal entendimento, considerando não ser devido o pagamento. Considerando a rejeição da reclamação da empresa, foi registado um passivo relacionado com o pagamento desta reivindicação (bem como uma provisão da estimativa de juros de mora - Notas 12 e 36), estando aqui registado o montante estimado do custo da licença acima mencionado.

#### Transferências

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as transferências respeitam essencialmente à reclassificação, na área de negócios do Brasil, dos direitos de exploração das pedreiras (Nota 18).

#### Perdas por imparidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram registadas perdas por imparidade no montante de 1.621 milhares de euros relativos a direitos de concessão na área de negócios do Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registada uma perda por imparidade no montante de 2.175 milhares de euros, relacionada com os direitos de superfície do terreno onde se encontra instalada a moagem de Sines, na área de negócio de Portugal e Cabo Verde (Nota 7).

Os movimentos ocorridos na **Empresa** no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram os seguintes:

	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44	-	44
Efeito de fusão (Nota 5)	12.091	67	12.159
Adições	1.453	-	1.453
Alienações	(3.571)	(67)	(3.638)
Abates	(2.362)	-	(2.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.656	-	7.656
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44	-	44
Efeito de fusão (Nota 5)	9.266	-	9.266
Reforços	1.627	-	1.627
Reduções	(3.121)	-	(3.121)
Abates	(2.362)	-	(2.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.454	-	5.454
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2017</b>	-	-	-
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2018</b>	2.202	-	2.202

## 18. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis no Grupo, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto:</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	557.416	919.528	2.635.026	66.208	34.702	11.655	6.389	260.354	26.556	4.517.833
Alterações de perímetro (Nota 5)	14.642	3	7	-	5	-	-	-	-	14.658
Efeito da conversão cambial	(77.244)	(76.694)	(210.638)	(9.334)	(1.310)	(715)	(428)	(35.577)	(3.318)	(415.259)
Adições	21.628	1.322	20.729	160	487	37	87	89.749	118	134.317
Alienações	(9.909)	(5.002)	(7.759)	(7.549)	(216)	(174)	(54)	-	-	(30.663)
Abates	-	(152)	-	-	(197)	-	(1)	-	-	(350)
Transferências	9.308	8.151	53.093	11.042	338	413	(2.885)	(82.242)	(173)	(2.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	515.841	847.157	2.490.457	60.527	33.810	11.215	3.108	232.283	23.184	4.217.582
Adoção do IAS 29	162.495	196.073	292.479	61.562	14.394	2.347	-	10.514	-	739.885
Alterações de perímetro	(5.798)	(1.298)	(51)	(15)	(176)	(21)	(63)	-	-	(7.422)
Efeito da conversão cambial	(77.162)	(71.852)	(186.340)	(14.124)	(1.725)	(825)	(66)	(28.291)	(2.096)	(382.481)
Adições	8.066	8.917	46.628	330	434	421	-	148.972	1.166	214.835
Alienações	(1.734)	(1.569)	(7.503)	(5.029)	(194)	(15)	(3)	(653)	(25)	(16.725)
Abates	-	(2)	(134)	104	(75)	(25)	(7)	(3)	-	(143)
Transferências	(120.271)	14.105	35.727	4.857	(673)	(812)	-	(79.700)	(977)	(147.744)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(125.002)	(368.234)	(934.923)	(14.765)	(15.074)	(5.350)	(2.108)	(2.762)	(66)	(1.468.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	356.436	623.297	1.736.342	93.465	30.721	6.936	860	280.360	21.187	3.149.603
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	125.284	461.965	1.708.374	38.461	31.284	9.295	5.296	2.733	-	2.382.692
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	3	6	-	3	-	-	-	-	13
Efeito da conversão cambial	(16.902)	(22.955)	(99.290)	(2.737)	(966)	(368)	(392)	(18.504)	-	(162.114)
Reforços	39.582	34.695	115.682	6.032	1.095	556	85	212.886	-	410.614
Reduções	(3.587)	(4.558)	(7.347)	(7.282)	(201)	(171)	(54)	-	-	(23.181)
Abates	-	(62)	-	-	(197)	-	(1)	-	-	(259)
Transferências	(1.793)	590	623	(14)	(28)	(6)	(2.558)	-	-	(3.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	142.584	469.679	1.718.048	34.480	30.990	9.307	2.377	197.115	-	2.604.578
Adoção do IAS 29	44.285	120.672	151.571	42.746	13.842	2.008	-	-	-	375.124
Alterações de perímetro (Nota 5)	(4.234)	(475)	(51)	(15)	(177)	(21)	(62)	-	-	(5.035)
Efeito da conversão cambial	(22.201)	(23.238)	(89.752)	(4.085)	(1.334)	(417)	(191)	(19.486)	-	(160.704)
Reforços	31.696	58.319	141.181	7.679	1.056	604	525	748	-	241.809
Reduções	105	(716)	(7.264)	(4.761)	(186)	(15)	(7)	-	-	(12.843)
Abates	-	(1)	(111)	-	(75)	(25)	(7)	-	-	(219)
Transferências	(36.100)	14.468	17.271	(206)	(1.063)	(1.113)	1.550	(38.978)	-	(44.170)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(56.604)	(321.281)	(891.241)	(14.322)	(14.835)	(5.257)	(2.124)	-	-	(1.305.663)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	99.530	317.427	1.039.653	61.516	28.217	5.072	2.061	139.399	-	1.692.876
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>373.258</b>	<b>377.478</b>	<b>772.409</b>	<b>26.047</b>	<b>2.820</b>	<b>1.908</b>	<b>731</b>	<b>35.168</b>	<b>23.184</b>	<b>1.613.004</b>
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>256.906</b>	<b>305.869</b>	<b>696.689</b>	<b>31.949</b>	<b>2.504</b>	<b>1.864</b>	<b>(1.201)</b>	<b>140.961</b>	<b>21.187</b>	<b>1.456.727</b>

Decorrente do acordo para a alienação das operações de Portugal e Cabo Verde (Nota 5), nos termos da IFRS 5, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os ativos fixos tangíveis relativos aquelas operações, no montante de 162.620 milhares de euros, foram reclassificados para a rubrica "Ativos não correntes detidos para venda".

As rubricas Terrenos e recursos naturais e Equipamento básico incluem, nas áreas de negócio da Argentina e Paraguai e Brasil, ativos dados como garantia de empréstimos obtidos para a sua aquisição, no montante de cerca de 59.246 milhares de euros e 4.650 milhares de euros, respetivamente (62.940 milhares de euros e 3.020 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, na área de negócios do Brasil, duas fábricas de cimento foram dadas como garantia no âmbito do processo "CADE", como referido na Nota 35.

Os ativos tangíveis em curso e adiantamentos por conta de ativos tangíveis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem os valores incorridos com a construção e melhoria de instalações e equipamentos

afetos ao negócio de cimento em várias unidades produtivas, essencialmente nas áreas de negócios do Brasil, Argentina e Egito.

As adições já incluem dispêndios num total de 111 milhões de euros, na área de negócio da Argentina relacionados com o aumento da capacidade instalada em sua fábrica L'Amalí em 2,7 milhões de toneladas por ano. Esta expansão envolve um investimento de 296,8 milhões de euros (350 milhões de USD). A fase de execução da expansão da fábrica L'Amalí começou em agosto de 2017 com tempo de execução total estimado em 31 meses e conclusão prevista para o início de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo capitalizou encargos financeiros no valor de 1.348 milhares de euros relacionados com empréstimos concedidos para financiar ativos elegíveis (121 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017).

Os terrenos de exploração incluem o valor estimado das despesas futuras com a sua recuperação e reconstituição ambiental, as quais, na medida em que ainda não tenham sido incorridas, encontram-se refletidas no passivo (Nota 36).

As transferências, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, respeitam essencialmente à reclassificação, na área de negócios do Brasil, dos direitos de exploração das pedreiras (Nota 17).

#### Perdas por imparidade

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, dando sequência às decisões de gestão de concentrar os seus esforços em fábricas com melhores margens (ver abaixo), o Grupo registou uma imparidade adicional no valor de 62.749 milhares de euros, que pode ser revertida uma vez que as condições de mercado permitam a recuperação de tais operações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, na área de negócios do Brasil a acentuada deterioração da atividade empresarial teve como consequência o aumento da ociosidade e o encerramento de linhas de produção. Dado o contexto macroeconómico, que se refletiu na redução do consumo de cimento, o Grupo decidiu interromper alguns investimentos que estavam em curso em linhas de produção de cimento. O retomar desses investimentos será reavaliado quando a economia recuperar e dependendo das condições de mercado. Assim, não sendo previsível o momento em que esses investimentos podem ser retomados, e até que ponto os rendimentos respectivos serão concretizados, registou-se uma imparidade no montante de 228.396 milhares de euros na área de negócio do Brasil, em relação a ativos fixos tangíveis relativos a linhas de produção de cimento em curso, a qual é reversível com a retomada dos investimentos. Na área de negócio do

Egito foi registada uma imparidade relacionada com ativos fixos tangíveis em curso, no montante de 3.714 milhares de euros, e também foi registado um montante de 6.730 milhares de euros na área de negócio de Portugal e Cabo Verde.

Os movimentos ocorridos na **Empresa** no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram os seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	17	101	4.209	-	-	4.327
Alienações	-	-	-	(28)	-	-	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	17	101	4.181	-	-	4.300
Efeito de fusão (Nota 5)	295	65	-	1.669	1.225	42	3.296
Adições	-	-	8	-	-	-	8
Alienações	(290)	-	(274)	(527)	(1.026)	(42)	(2.158)
Abates	-	-	-	(686)	(75)	-	(762)
Transferências	-	-	348	-	-	-	348
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5	81	183	4.637	124	-	5.033
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	8	101	3.872	-	-	3.981
Reforços	-	1	-	10	-	-	11
Reduções	-	-	-	(20)	-	-	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	10	100	3.861	-	-	3.972
Efeito de fusão (Nota 5)	295	41	-	1.583	1.139	-	3.058
Reforços	-	12	1	56	26	-	95
Reduções	(290)	-	(274)	(503)	(1.022)	-	(2.089)
Abates	-	-	348	(686)	(75)	-	(414)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5	63	175	4.310	68	-	4.622
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2017</b>	-	7	-	320	-	-	327
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2018</b>	-	18	8	327	56	-	409

## 19. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

No Grupo, os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Partes de capital	Goodwill	Total
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.999	6.969	10.968
Efeito da conversão cambial	(5)	-	(5)
Efeitos da aplicação da equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados	865	-	865
Efeito em capital próprio	5	-	5
Dividendos recebidos	(834)	-	(834)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.031	6.969	11.000
Efeito da conversão cambial	11	-	11
Efeitos da aplicação da equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados	1.003	-	1.003
Efeito em capital próprio	(3)	-	(3)
Dividendos recebidos	(867)	-	(867)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(1.788)	(6.969)	(8.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.386	-	2.386
<b>Perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.386	-	2.386
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.386	-	2.386
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.386	-	2.386
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.645</b>	<b>6.969</b>	<b>8.614</b>
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo, respetivos valores de capital próprio em 31 de dezembro 2018 e 2017, e resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, eram os seguintes:

Denominação	2018							
	Segmento operacional	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido	Valor de balanço
								Investimentos em associadas (a)
Companhia de Mineração Candiota	Brasil	48%	3.246	(3.883)	(637)	4.834	268	(306)
								(306)
Denominação	2017							
	Segmento operacional	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido	Valor de balanço
								Investimentos em associadas (a)
Setefrete, SGPS, S.A.	Portugal e Cabo Verde	25%	6.230	(17)	6.213	103	3.213	3.786
Companhia de Mineração Candiota	Brasil	48%	3.530	(4.533)	(1.003)	14.738	(1.285)	(11)
AVE- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Não afeto a segmento	35%	3.710	(3.261)	449	10.241	388	4.839
								8.614

(a) Inclui, quando aplicável, o valor do *goodwill* apurado na respetiva aquisição.

Nas demonstrações financeiras separadas, os Investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se registados pelos correspondentes custos de aquisição.

O detalhe dos investimentos financeiros da **Empresa** em subsidiárias e associadas, respetivos valores de capital próprio em 31 de dezembro 2018 e 2017 e o resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, eram os seguintes:

Denominação	Sede	2018				2017			
		% detida	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço	% detida	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço
Cimpor Trading e Inversiones Egipto, S.L.	Espanha	100	169.750	-	155.540	-	-	-	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	-	-	-	-	100	174.706	(55.690)	560.706
Cimpor Reinsurance, S.A.	Luxemburgo	100	23.113	1.248	11.955	100	21.865	1.500	11.955
Cimpor - Serviços de Apoio e Gestão de Empresas, S.A.	Portugal	-	-	-	-	100	7.106	1.341	2.900
Cimpor Financial Operations, B.V.	Holanda	100	17.043	876	15.207	74,595	2.635	814	1.024
Cement Services Company, S.A.E.	Egipto	45	(2.094)	(1.619)	137	45	(414)	(565)	137
Cimpor Egypt For Cement Company, S.A.E.	Egipto	0,00188	117.734	12.787	7	0,00188	97.168	(6.767)	5
Cimpor Trading e Inversiones, S.A.	Espanha	100	579.950	(52.853)	888.011	100	796.690	(194.588)	1.505.202
					<u>1.070.856</u>				<u>2.081.929</u>

Os movimentos ocorridos na **Empresa** na rubrica dos investimentos em subsidiárias e associadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.238.845
Aumentos	903.358
Diminuições	(60.274)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.081.929
Aumentos	14.234
Transferências	(520.706)
Reembolsos de prestações suplementares	(40.000)
Perdas (Nota 12)	(201.081)
Imparidades (Nota 12)	(260.570)
Diminuições	(2.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.070.856</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os aumentos dizem respeito essencialmente à contribuição de capital realizada na Cimpor Financial Operations, B.V., com vista à recomposição do seu capital próprio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, há ainda a relevar: i) a cisão da Cimpor Trading e Inversiones, S.L. com a constituição da Cimpor Trading e Inversiones Egipto, S.L., contabilizada por 156.021 milhares de euros, tendo resultado uma perda de 201.081 milhares de euros; ii) a fusão por incorporação da Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. na Empresa (Nota 1) e; iii) a transferência para “Ativos não correntes detidos para venda” da participação na Cimpor Portugal S.G.P.S., S.A., entidade que agrega as atividades operacionais em Portugal e Cabo Verde, alienadas ao Grupo OYAK (Nota 1).



Decorrente dos testes de imparidade realizados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram registadas imparidades nas participações da Cimpor Trading e Inversiones, S.L. e da Cimpor Trading e Inversiones Egipto, S.L., nos montantes respetivamente de 260.089 milhares de euros e 481 milhares de euros.

As diminuições dizem respeito essencialmente ao desreconhecimento da participação na Cimpor - Serviços de Apoio e Gestão de Empresas, S.A. na sequência da fusão por incorporação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os aumentos diziam respeito, ao aumento de capital na empresa Cimpor Trading e Inversiones, S.L. no montante de 614.500 milhares de euros, à aquisição de uma participação de 9,48% da Cimpor Trading e Inversiones, S.L., no montante de 113.358 milhares de euros (dos quais, 10.000 milhares de euros foram liquidados em 2017) e ao aumento em 175.500 milhares de euros nas prestações acessórias da subsidiária Cimpor Portugal, SGPS, S.A..

As diminuições diziam respeito à redução do capital social da subsidiária Cimpor Portugal, SGPS, S.A. no montante de 60.274 milhares de euros, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Tendo em consideração que, conforme mencionado na Nota introdutória, a Cimpor Portugal S.G.P.S., S.A., Cimpor Trading e Inversiones, S.L. e Cimpor Trading Inversiones Egipto, S.L. constituem as três subholdings através das quais são detidas as participações no conjunto das participações nacionais e internacionais, os testes de imparidade foram efetuados de forma agregada para o conjunto do portfólio de participação detidas por cada uma.

Estes testes tiveram por referência, para as participações integrantes de cada segmento geográfico, o mesmo exercício de projeção de fluxos de caixa considerada nos testes de imparidade do goodwill, tal como descrito na Nota 16.

Decorrente desse exercício, para o conjunto do portfólio integrante de cada um daqueles investimentos, resultaram as perdas por imparidade acima referidas na Cimpor Trading e Inversiones, S.L. e Cimpor Trading Inversiones Egipto, S.L..

## 20. Outros investimentos

Os outros investimentos contabilizados ao abrigo da IFRS 9, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Grupo			Empresa	
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Total	Ativos financeiros disponíveis para venda
	Custo	Justo valor			Custo
<b>Investimento bruto:</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.757	700	2.928	12.386	4.138
Efeito da conversão cambial	(6)	-	(346)	(352)	-
Aumentos	11	-	-	11	-
Transferências	(3.963)	-	-	(3.963)	-
Alienações	-	(700)	(529)	(1.230)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.800	-	2.053	6.853	4.138
Adopção IAS29	49	-	-	49	-
Efeito de fusão (Nota 5)	-	-	-	-	13
Efeito da conversão cambial	(50)	-	(202)	(251)	-
Aumentos	72	-	-	72	3
Alienações	(34)	-	(515)	(549)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	(221)	-	-	(221)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.617	-	1.337	5.954	4.154
<b>Perdas por imparidade acumuladas:</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.094	-	-	4.094	4.051
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.094	-	-	4.094	4.051
Efeito da conversão cambial	(1)	-	-	(1)	-
Reforços	43	-	-	43	-
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	(43)	-	-	(43)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.094	-	-	4.094	4.051
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>706</b>	<b>-</b>	<b>2.053</b>	<b>2.759</b>	<b>87</b>
<b>Valor líquido a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>523</b>	<b>-</b>	<b>1.337</b>	<b>1.860</b>	<b>103</b>

Nesta rubrica estão incluídos: (i) os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados, quer ao justo valor, quer ao custo de aquisição ajustado face às perdas por imparidade estimadas, quando não tenham preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e (ii) os ativos financeiros ao justo valor por resultados, que respeitam, essencialmente, a uma carteira de fundos de investimento.

## 21. Propriedades de Investimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as propriedades de investimento dizem respeito a centrais de Betão arrendadas na área de negócios do Brasil.

## 22. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Grupo				Empresa			
	2018		2017		2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas subsidiárias, associadas e participadas (*)	10.570	991	5.976	1.499	10.015	-	891	6.000
Outros acionistas	283	-	283	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	298	17.855	114	740	-	-	-	-
Outros devedores	5.520	17.132	17.517	20.525	670	328	403	328
	<u>16.671</u>	<u>35.979</u>	<u>23.890</u>	<u>22.764</u>	<u>10.685</u>	<u>328</u>	<u>1.294</u>	<u>6.328</u>
Imparidades acumuladas	(796)	(1.053)	(1.304)	(948)	(283)	(328)	(283)	(328)
	<u>15.876</u>	<u>34.926</u>	<u>22.586</u>	<u>21.816</u>	<u>10.402</u>	<u>-</u>	<u>1.011</u>	<u>6.000</u>

(\*) A referência às empresas subsidiárias é aplicável apenas na perspetiva da Empresa.

Na sequência do acordo para a alienação das operações de Portugal e Cabo Verde, e consequente enquadramento ao abrigo da IFRS 5, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, Outras dívidas a terceiros relativas aquelas operações, no montante de 9.100 milhares de euros, foram reclassificados para a rubrica “Ativos não correntes detidos para venda” (Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos a receber apresentavam as seguintes antiguidades:

	Grupo				Empresa			
	2018		2017		2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldos não vencidos	9.295	29.596	19.042	16.953	10.402	-	1.011	6.000
Até 180 dias	3.682	554	2.155	1.074	-	-	-	-
De 181 a 360 dias	1.864	121	449	146	-	-	-	-
Mais de 361 dias	1.831	5.711	2.243	4.592	283	328	283	328
	<u>16.671</u>	<u>35.979</u>	<u>23.890</u>	<u>22.764</u>	<u>10.685</u>	<u>328</u>	<u>1.294</u>	<u>6.328</u>

### Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	<b>Grupo</b>	<b>Empresa</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.784	611
Efeito da conversão cambial	4	-
Reforços (Nota 11)	615	-
Utilizações	(151)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.252	611
Efeito de fusão	-	3
Efeito da conversão cambial	(63)	-
Reforços (Nota 11)	308	-
Reversões (Nota 8)	(90)	-
Utilizações	3	-
Transferências	416	-
Ativos não correntes detidos para venda	(977)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.849	614

Até 31 de dezembro de 2017, as perdas por imparidade em outras dívidas de terceiros foram estabelecidas com base nos montantes incobráveis estimados ou determinados de acordo com a experiência anterior e análise da capacidade de pagamento de cada cliente, tendo também em conta as garantias fornecidas por esse cliente. Com a adoção do IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2018 (Nota 2.2), o cálculo das perdas por imparidade também considera, desde o início, as perdas de crédito futuras esperadas, e não apenas aquelas que resultam de risco de crédito decorrente de eventos já observados. Como resultado das análises realizadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o impacto foi imaterial.

### 23. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos com estas entidades eram como segue:

	<b>Grupo</b>				<b>Empresa</b>	
	2018		2017		2018	2017
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
<b>Saldos devedores:</b>						
Imposto sobre o rendimento das sociedades	19.036	990	21.259	959	2.030	3.340
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	5.816	-	2.627	-	32	32
Imposto sobre o valor acrescentado e similares	16.118	60.455	13.842	4.870	137	1
Outros	1.162	17.245	3.135	19.026	0	-
	42.132	78.690	40.863	24.855	2.200	3.373
<b>Saldos credores:</b>						
Imposto sobre o rendimento das sociedades	3.591	-	23.964	1.215	1.145	3.325
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	5.979	-	8.519	-	181	31
Imposto sobre o valor acrescentado e similares	6.888	-	11.652	-	55	147
Contribuições para a Segurança Social	5.485	-	7.631	-	66	25
Outros	35.001	4.060	22.819	11.469	-	-
	56.944	4.060	74.586	12.684	1.447	3.529

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos do Grupo com Estado e outros entes públicos relativos às operações de Portugal e Cabo Verde, nos Ativos Correntes, no montante de 3.493 milhares de euros e nos Passivos Correntes no montante de 8.766 milhares de Euros, foram incluídos nas rubricas de “Ativos não correntes detidos para venda” e “Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda”, respetivamente (Nota 5).

Os saldos a receber e a pagar não correntes respeitam, essencialmente, a impostos da área de negócio Brasil cuja recuperação ou exigibilidade não ocorrerá no exercício de 2019.

Em conformidade com o previsto no Art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, declara-se que a **Empresa** não apresenta qualquer dívida em mora, quer à administração fiscal, quer à segurança social.

## 24. Outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2018		2017		2018	2017
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Juros a receber	1.204	-	1.099	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados (Notas 39 e 45)	-	3.362	3.856	6.690	-	-
Rendas e alugueres	767	-	403	-	-	-
Benefícios aos empregados (Nota 34)	-	-	17	-	-	-
Seguros	1.130	83	759	-	12	8
Outros custos diferidos e acréscimos de proveitos	4.454	1.014	5.228	-	1.197	459
	<b>7.555</b>	<b>4.460</b>	<b>11.362</b>	<b>6.690</b>	<b>1.209</b>	<b>467</b>

## 25. Impostos diferidos

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos no Grupo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram os seguintes:

	Ativos intangíveis	Goodwill	Ativos tangíveis	Prejuízos fiscais reportáveis	Provisões para riscos e encargos	Dívidas de cobrança duvidosa	Existências	Investimentos financeiros	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros	Total
<b>Ativos por impostos diferidos</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2016	520	-	1.767	76.417	26.616	4.293	647	2.656	-	57.448	170.365
Efeito da conversão cambial	(2)	-	138	(3.224)	(1.499)	(151)	(99)	7	-	(1.093)	(5.923)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(3)	-	(207)	(39.139)	(8.086)	(1.784)	3.651	(1.546)	-	(34.763)	(81.876)
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	1.055	(514)	-	-	-	-	(1.877)	(1.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	514	-	1.699	35.109	16.517	2.357	4.200	1.118	-	19.716	81.230
Efeito da conversão cambial	(1)	-	1.365	(8.614)	(406)	(50)	37	412	-	(660)	(7.917)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(0)	-	(1.294)	5.925	(1.348)	893	(1.283)	(1.519)	-	5.191	6.565
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	(3.427)	1.581	-	-	-	-	(1.954)	(3.800)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(501)	-	(1.739)	-	(8.348)	(261)	(315)	(9)	-	(931)	(12.104)
Alterações de perímetro	-	-	-	-	(6)	(10)	(98)	-	-	(14)	(127)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12	-	31	28.993	7.990	2.930	2.542	1	-	21.348	63.847
<b>Passivos por impostos diferidos</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	152.112	255.573	-	8.682	-	-	-	-	18.512	434.879
Efeito da conversão cambial	-	(9.368)	(35.587)	-	(0)	-	-	-	-	(1.944)	(46.899)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	-	(7.139)	(17.242)	-	(480)	-	-	-	-	(2.875)	(27.736)
Capital próprio (Nota 13)	-	(90.583)	-	-	(39)	-	-	-	-	-	(90.623)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.194	1.194
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	45.023	202.744	-	8.162	-	-	-	-	14.887	270.815
Efeito da conversão cambial	-	(2.812)	52.169	-	(0)	-	-	-	-	(1.707)	47.649
Imposto s/rendimento (Nota 13)	-	1.504	(24.146)	-	(376)	-	-	-	-	7.482	(15.536)
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	-	-	(16.345)	-	-	-	-	-	-	(1.107)	(17.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	43.714	214.421	-	7.786	-	-	-	-	19.555	285.476
<b>Impostos diferidos líquidos em 2017</b>	514	(45.023)	(201.045)	35.109	8.355	2.357	4.200	1.118	-	4.829	(189.585)
<b>Impostos diferidos líquidos em 2018</b>	12	(43.714)	(214.390)	28.993	204	2.930	2.542	1	-	1.794	(221.629)

Os impostos diferidos são registados em outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio sempre que as situações que os originam têm idêntico impacto, nomeadamente:

- Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a provisões na componente associada aos ganhos e perdas atuariais registados diretamente em reservas;
- Os ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com a componente de reserva de operações de cobertura na contabilização de coberturas de fluxos de caixa;

Destes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os relevados em “Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio” são os seguintes:

	Dezembro 2018				Dezembro 2017			
	Valor bruto	Imposto diferido	Capital próprio atribuível a acionistas	Total do capital próprio	Valor bruto	Imposto diferido	Capital próprio atribuível a acionistas	Total do capital próprio
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio:								
Que não serão subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:								
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal	(6.353)	1.581	(4.772)	(4.772)	1.829	(474)	1.355	1.355
Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:								
Instrumentos financeiros de cobertura	11.551	(1.954)	9.597	9.597	17.115	(1.877)	15.238	15.238

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, por referência às operações referidas na Nota introdutória, nomeadamente as operações da Barra Grande e Machadinho em 2018 e o IPO da Loma Negra em 2017, foram registados impostos diferidos por reservas no montante de 3.427 milhares de euros e 90.583 milhares de euros, respetivamente.

As diferenças temporárias que originam impostos diferidos estão influenciadas pela atribuição de justos valores, sem relevância fiscal, aos ativos e passivos adquiridos no âmbito de processos de concentração de atividades empresariais, com impacto relevante nos ativos fixos tangíveis e, para a generalidade das naturezas, por diferenças valorimétricas e de políticas contabilísticas entre a base contabilística dos ativos e passivos das empresas do Grupo e a correspondente base fiscal.

Os passivos por impostos diferidos relativos a Goodwill decorrem da existência de jurisdições nas quais algumas das diferenças de compra são amortizadas do ponto de vista fiscal.

Em 31 de dezembro de 2018, o **Grupo** tem por utilizar prejuízos fiscais de aproximadamente 2.164 milhões de euros (2.336 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) dedutíveis em lucros futuros, tendo sido registados ativos por impostos diferidos de 28.993 milhares de euros (35.109 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017). Não se encontram reconhecidos ativos por impostos diferidos por prejuízos no montante de aproximadamente 2.049 milhões de euros, devido à imprevisibilidade da sua recuperação (2.193 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, o detalhe por anos de geração e caducidade é o seguinte:

Ano de Geração	Montante prejuízo fiscal	Ano limite reporte	Montante prejuízo fiscal	Base de prejuízo fiscal ativada	Base de prejuízo fiscal não ativada
2007	-	2019	463	-	463
2008	63.778	2020	800	-	800
2009	16.298	2021	18.827	18.827	-
2010	5.488	2022	6.163	4.681	1.481
2011	43.393	2023	10.483	8.356	2.127
2012	654.963	2024	-	-	-
2013	32.934	2025	-	-	-
2014	22.436	2026	-	-	-
2015	84.126	2027	-	-	-
2016	216.542	2028	-	-	-
2017	216.356	2029	-	-	-
2018	807.465	-	2.127.044	83.221	2.043.823
	<b>2.163.780</b>		<b>2.163.780</b>	<b>115.084</b>	<b>2.048.696</b>

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais e as diferenças temporárias. Esta avaliação teve por base os planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados.

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos reconhecidos pela **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram os seguintes:

	Prejuízos fiscais reportáveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Outros	Total
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.108	255	211	15.574
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	(10.363)	-	(46)	(10.409)
Transferências	(75)	-	-	(75)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.670	255	164	5.090
Efeito de Fusão (Nota 5)	-	1	52	53
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	(4.175)	-	(58)	(4.233)
Transferências	(496)	-	-	(496)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	256	158	414

Os impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis na **Empresa** resultam da apropriação nesta dos resultados das sociedades incluídas no regime especial de tributação dos grupos de sociedades, referente aos exercícios fiscais de 2013 a 2017.

Tal como referido na Nota 13, a partir de 2019, a Empresa passa a ser tributada numa base individual pelo que os prejuízos apurados no âmbito do RETGS, no montante de 286.369 milhares de euros, apenas poderão ser utilizados para compensar resultados gerados até ao exercício de 2018, tendo assim sido revertidos os impostos diferidos que se encontravam registados relacionados com tais prejuízos.

Os prejuízos fiscais apurados na Empresa e nas subsidiárias que integram o consolidado fiscal em Portugal, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, resultam essencialmente, de perdas reconhecidas na alienação de participações financeiras.

As transferências dizem respeito aos prejuízos do consolidado fiscal do ano cujo imposto a pagar às sociedades pertencentes ao grupo fiscal está relevado como dívida corrente (Nota 41).

## 26. Existências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica no **Grupo** tinha a seguinte composição:

	2018	2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	211.074	246.206
Produtos e trabalhos em curso	66.818	87.235
Produtos acabados e intermédios	21.664	27.393
Mercadorias	632	5.802
Adiantamentos por conta de compras	2.004	423
	<u>302.192</u>	<u>367.060</u>
Imparidades acumuladas	<u>(7.183)</u>	<u>(13.351)</u>
	<u>295.010</u>	<u>353.710</u>

A redução verificada no saldo de existências é explicada essencialmente pela apresentação das existências das operações de Portugal e Cabo Verde como parte integrante dos Ativos não correntes detidos para venda, nos termos das disposições da IFRS 5, no montante de 54.549 milhares de euros (Nota 5).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a diminuição das imparidades acumuladas refere-se às perdas estimadas por obsolescência de existências, principalmente na provisão para peças de reposição.



### Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade acumuladas do **Grupo** foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.681
Efeito da conversão cambial	(409)
Reforços	11.161
Reversões	(20)
Utilizações	<u>(62)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.351
Adoção do IAS 29	496
Efeito da conversão cambial	(65)
Reforços	462
Reversões	(5.208)
Utilizações	(465)
Ativos não correntes detidos para venda	<u>(1.387)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>7.183</u></u>

### 27. Clientes e adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Clientes e adiantamentos a fornecedores” tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2018	2017	2018	2017
Clientes, conta corrente	87.910	94.672	6.576	769
Clientes, títulos a receber	8	35	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	7.287	22.306	2.170	2.146
Adiantamentos a fornecedores	14.228	11.878	-	-
	<u>109.433</u>	<u>128.891</u>	<u>8.746</u>	<u>2.914</u>
Imparidades acumuladas	<u>(21.996)</u>	<u>(34.683)</u>	<u>(2.170)</u>	<u>(2.146)</u>
	<u><u>87.437</u></u>	<u><u>94.208</u></u>	<u><u>6.576</u></u>	<u><u>769</u></u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram estabelecidos acordos de cessão de crédito com partes relacionadas, respectivamente, com a CCSA Finance, Ltda. e Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A., nos montantes de 21.567 milhares de euros e 23.816 milhares de euros e com a Mover Participações S.A. e CCSA Finance Ltd no valor de 51.557 milhares de euros. Adicionalmente em 2017, o Grupo também fez acordos de cessão de crédito com instituições financeiras no montante de 8.124 milhares de euros.

Até 31 de dezembro de 2017, as perdas por imparidade para contas de cobrança duvidosa foram estabelecidas com base nos montantes incobráveis estimados ou determinados de acordo com a experiência anterior e análise da capacidade de pagamento de cada cliente, tendo também em conta as garantias fornecidas por esse cliente. Com a adoção IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2018 (vide nota 2.2 acima), o cálculo das perdas por imparidade também considera desde o início, as perdas de crédito futuras esperadas, e não apenas aquelas que resultam de risco de inadimplência de créditos decorrente de eventos já observados. Como resultado das análises realizadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o impacto foi imaterial.

O Grupo não tem uma concentração significativa de risco de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

O valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

#### Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	<b>Grupo</b>	<b>Empresa</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	28.726	2.146
Efeito da conversão cambial	(1.527)	-
Reforços	8.883	-
Reversões	(459)	-
Utilizações	(965)	-
Transferências	24	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.683	2.146
Adoção do IAS 29	186	-
Efeito de fusão	-	24
Variação de perímetro	(133)	-
Efeito da conversão cambial	(1.744)	-
Reforços	4.106	-
Reversões	(255)	-
Utilizações	(733)	-
Transferências	(121)	-
Ativos não correntes detidos para venda	(13.992)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.996	2.170

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe por antiguidade dos saldos incluídos na rubrica “Clientes e adiantamentos a fornecedores” era o seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2018	2017	2018	2017
Saldos não vencidos	61.895	60.121	6.576	769
Saldos vencidos:		-		-
Até 180 dias	28.139	22.712	-	-
De 180 a 360 dias	10.993	1.439	-	-
Mais de 360 dias	8.406	44.619	2.170	2.146
	<u>109.433</u>	<u>128.891</u>	<u>8.746</u>	<u>2.914</u>

## 28. Capital

Em 31 de dezembro de 2017, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 ações, com o valor nominal de um euro cada.

Em 20 de novembro de 2018, a Assembleia Geral de acionistas da sociedade deliberou um aumento do capital social até 1.559.131 milhares de euros, mediante a emissão de 2.609.207.729 ações sem valor nominal. Até 31 de dezembro de 2018 foi realizado um aumento de capital social de 700.079 milhares de euros (perfazendo um capital social total de 1.372.079 milhares de euros), mediante a emissão de 2.059.055.231 ações sem valor nominal, em duas tranches:

- Tranche A: 2.058.823.529 ações, pelo acionista InterCement Austria Holding GmbH, realizada pela conversão das prestações acessórias efetuadas pela acionista, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante 700.000 milhares de euros;
- Tranche B: 231.702 ações, mediante entradas de dinheiro dos restantes acionistas no montante de 79 milhares de euros.

## 29. Ações próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações não forem alienadas (Nota 31). Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa detinha em carteira 5.906.098 ações próprias.

Não ocorreram movimentos nas ações próprias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

### 30. Ajustamentos de conversão cambial

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	Libra egípcia	Real brasileiro	Novo metical moçambicano	Rand sul africano	Peso argentino	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(189.827)	(191.786)	(32.730)	(125.023)	(507.371)	2.236	(1.044.500)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	(8.348)	(125.163)	(104)	1.895	(76.827)	(3.603)	(212.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(198.175)	(316.949)	(32.834)	(123.128)	(584.198)	(1.367)	(1.256.651)
Efeito da adoção IAS29	-	-	-	-	333.992	-	333.992
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	1.584	(76.349)	3.097	(18.450)	(89.814)	(13.940)	(193.872)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(196.591)	(393.299)	(29.737)	(141.578)	(340.020)	(15.308)	(1.116.531)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não se encontravam contratados quaisquer instrumentos financeiros derivados com a finalidade de efetuar coberturas de investimentos em entidades estrangeiras.

### 31. Prestações acessórias e outras reservas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2018	2017	2018	2017
Prestações acessórias	-	700.000	-	700.000
Reserva legal	134.400	134.400	134.400	134.400
Outras reservas	1.116.228	1.105.778	176.538	172.332
	1.250.628	1.940.178	310.938	1.006.732

Prestações acessórias: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, respeita às Prestações Acessórias, no montante de 700 milhões de euros, em condições semelhantes ao regime das Prestações Suplementares, concedidas pela acionista controladora InterCement Austria Holding (Nota 1), as quais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram utilizadas no aumento de capital (Nota 28).

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a **Empresa** é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital.

Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as “Outras reservas” incluem uma reserva indisponível de 27.216 milhares de euros, correspondente ao valor de aquisição das ações próprias (Nota 29).

Adicionalmente, as Outras Reservas do **Grupo**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluem, essencialmente:

- Reconhecimento de perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal, no montante líquido de 4.772 milhares de euros (1.355 milhares de euros de ganhos atuariais em responsabilidades com o pessoal no exercício findo em 31 de dezembro de 2017);
- Reconhecimento de ganhos com operações de cobertura no montante de 9.597 milhares de euros (15.238 milhares de euros de ganhos com operações de cobertura no exercício findo em 31 de dezembro de 2017);
- O montante líquido do efeito fiscal de 6.624 milhares de euros (7.001 milhares de euros incluindo interesses sem controlo), referente ao ganho com as operações da Barra Grande e Machadinho (no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante líquido do efeito fiscal de 39.478 milhares de euros (51.498 milhares de euros incluindo interesses sem controlo), referente ao ganho na venda das participações no Estreito) (Nota 4.1.).
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o efeito da alienação de uma participação minoritária (interesses sem controlo) da Loma Negra no montante de 966.900 milhares de euros, líquido de despesas e do efeito de impostos diferidos, dos quais 851.043 milhares de euros após ajustamentos de impostos aqui reconhecidos nesta rubrica (o restante como um aumento de interesses sem controlo).

Na **Empresa** a variação nesta rubrica ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 4.206 milhares de euros, respeita à reserva de fusão pela incorporação da Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A..

### 32. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	<b>Grupo</b>	<b>Empresa</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	407.608	245.777
Aplicação do resultado de 2016	(787.625)	(1.812)
Outros	(71)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(380.087)	243.965
Aplicação do resultado de 2017	(490.259)	(11.311)
Outros	1.001	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(869.344)</u>	<u>232.654</u>

### 33. Interesses sem controlo

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	36.595
Efeito da conversão cambial	(13.263)
Dividendos distribuídos	(15.437)
Variação de participações financeiras (a)	124.791
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	<u>50.973</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	183.660
Efeito da adoção IAS29	145.942
Efeito da conversão cambial	(61.311)
Dividendos distribuídos	(15.663)
Variação de participações financeiras (a)	629
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	<u>32.665</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>285.921</u>

- (a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, decorre das alterações de participações referidas na Nota 4. De salientar os impactos mais significativos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 relativos à venda da participação da Estreito e ao “IPO” da Loma Negra, nos montantes de 12.020 milhares de euros e 115.857 milhares de euros.

Adicionalmente, nesta rubrica, estão registados os interesses sem controlo associados às ações preferenciais da Barra Grande Participações, da Machadinho Participações e da Estreito Participações, as quais possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários, equivalentes a 75% do lucro e/ou reservas distribuídas em cada exercício;

- Ausência de direito de voto (excepto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos);
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação;
- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos;
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do adquirente, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias.

Considerando todas aquelas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, quer da Machadinho, quer da Estreito) adquirem características de instrumento híbrido, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, as referidas componentes foram mensuradas e reconhecidas separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue:

- a) O capital recebido foi classificado como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos (ver acima e Nota 4.1.);
- b) Relativamente às cláusulas de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos naquelas entidades num período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais após esse período, nas condições estabelecidas nos contratos, os valores de perda ou ganho comparados como o valor de mercado na venda dessas ações a terceiros, são classificados como instrumentos financeiros derivados e mensurados pelo seu justo valor à data das demonstrações financeiras (Nota 39).

## 34. Benefícios pós-emprego

### Planos de benefício definido

Existem no Grupo planos de pensões de reforma e de saúde de benefício definido, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos.

A generalidade das responsabilidades decorrentes dos planos de benefícios de reforma foi transferida para fundos de pensões, geridos por entidades independentes e especializadas. A política dos fundos de investimento define os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos, em conformidade com o tipo de Fundo, a natureza dos benefícios abrangidos pelo Plano, as características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, bem como o nível de cobertura das responsabilidades do Fundo.

A política de investimento é revista pelo menos a cada três anos, com a definição de um nível de alocação central para classe de ativo. Relativamente aos Planos de Saúde, não existem Fundos, sendo os valores anualmente suportados pelas empresas.

Os estudos reportados a 31 de dezembro de 2018 e 2017 utilizaram a metodologia denominada por “Unidades de Crédito Projetadas” e assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Taxa técnica atuarial (em moeda local)</b>		
Portugal	-	1,85%
África do Sul	9,98%	10,39%
<b>Taxa de crescimento das pensões</b>		
Portugal	-	1%
<b>Taxa de rendibilidade do fundo</b>		
Portugal	-	1,85%
<b>Taxa de crescimento salarial</b>		
Portugal	-	2%
<b>Tábuas de mortalidade</b>		
Portugal	-	TV88/90
África do Sul	SA 85-90	SA 85-90
<b>Tábua de invalidez</b>		
Portugal	-	EKV 80
<b>Taxa de crescimento nominal dos custos médicos</b>		
Portugal	-	2%
África do Sul	8,02%	8,98%



De acordo com os referidos estudos atuariais, os custos com complementos de pensões de reforma e de saúde dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são como segue:

		Planos de pensões	
		Dezembro 2018	Dezembro 2017
Custo dos serviços correntes		-	277
Custo dos juros		-	1.201
Cortes liquidações		-	(3.836)
Saídas por mutuo acordo		-	(488)
Rendimento esperado dos ativos do fundo		-	(1.107)
Total de custos/(proveitos) com planos de pensões (Nota 10) (a)	(I)	-	(3.953)

		Planos de saúde	
		Dezembro 2018	Dezembro 2017
Custo dos serviços correntes		5	96
Custo dos juros		71	274
Alteração do plano		-	(32)
Total de custos com planos de saúde (Nota 10) (b)	(II)	76	338
Total de custos/(proveitos) com planos de benefício definido	(I) + (II)	76	(3.615)

(a) O total de proveitos, nos planos de pensões, em 31 de dezembro de 2017 respeita a empresas da área de negócios de Portugal e Cabo Verde (Operações descontinuadas).

(b) O total de proveitos, nos planos de saúde, em 31 de dezembro de 2018 respeita a empresas da área de negócios da África do Sul, e em 31 de dezembro de 2017 a empresas da área de negócios da África do Sul, bem como de Portugal e Cabo Verde (Operações descontinuadas).

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 nos valores das responsabilidades projetadas por benefícios definidos e dos correspondentes valores de mercado dos ativos dos fundos pode ser detalhado como segue:

	Planos de pensões		Planos de saúde		Total	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Responsabilidade por benefícios definidos - 1 de janeiro</b>	58.308	72.084	9.590	12.038	67.898	84.122
Transferências	-	(6.826)	-	-	-	(6.826)
Benefícios e prémios pagos	(4.862)	(4.880)	(724)	(772)	(5.586)	(5.651)
Custo dos serviços correntes	107	277	79	96	186	373
Custo dos serviços passados	-	-	-	(32)	-	(32)
Custo dos juros	1.038	1.201	230	274	1.268	1.476
Cortes / Liquidações	-	(3.836)	-	-	-	(3.836)
Saídas por mutuo acordo	-	(488)	-	-	-	(488)
Ganhos e perdas atuariais	2.350	775	2.213	(2.000)	4.563	(1.225)
Diferenças de câmbio	-	-	(76)	(14)	(76)	(14)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(56.941)	-	(10.635)	-	(67.576)	-
<b>Responsabilidade por benefícios definidos - 31 de dezembro</b>	-	58.308	678	9.590	678	67.898
<b>Valor fundo de pensões - 1 de janeiro</b>	51.402	61.394	-	-	51.402	61.394
Transferências	-	(6.826)	-	-	-	(6.826)
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(4.862)	(4.880)	-	-	(4.862)	(4.880)
Rendimento esperado dos ativos do fundo	908	1.107	-	-	908	1.107
Ganhos e perdas atuariais no rendimento dos ativos do fundo	(1.849)	606	-	-	(1.849)	606
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(45.600)	-	-	-	(45.600)	-
<b>Valor fundo de pensões - 31 de dezembro</b>	-	51.402	-	-	-	51.402
<b>Valor líquido - 31 de dezembro</b>	-	6.906	678	9.590	678	16.496

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia abriu a possibilidade de os trabalhadores beneficiários mudarem do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida. Um total de 139 trabalhadores aceitou, o que resultou em transferências entre os fundos (devido ao ajuste entre as responsabilidades) e um ganho de 3.836 milhares de euros.

### Análise de sensibilidade

#### Taxa de desconto

Os impactos da análise de sensibilidade para os planos de saúde, tanto para a taxa de desconto como para a taxa tendencial, são imateriais.

O movimento dos ganhos e perdas atuariais líquidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi como segue:

	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Evolução do exercício:		
Relacionados com as responsabilidades	-	1.225
Relacionados com os ativos dos fundos	-	606
Imposto diferido correspondente	-	474
	-	<u>2.306</u>

Adicionalmente, os ganhos e perdas atuariais incluem os seguintes ajustamentos de experiência:

	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Relacionados com as responsabilidades	-	(1.841)
Relacionados com os ativos dos fundos	-	606

O diferencial entre o valor atual das responsabilidades dos planos de benefícios e o valor de mercado dos ativos do fundo nos últimos cinco exercícios era o seguinte:

Planos de pensões	2018	2017	2016	2015	2014
Valor das responsabilidades	-	58.308	72.084	70.527	73.663
Valor dos fundos	-	(51.402)	(61.394)	(64.069)	(66.246)
Défice	-	6.906	10.690	6.458	7.417
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo corrente				-	-
Passivo não corrente	-	6.922	10.690	6.917	7.417
	-	6.922	10.690	6.917	7.417
Excesso do valor de mercado do fundo	-	(17)	-	(460)	-
Exposição total	-	6.906	10.690	6.458	7.417

Planos de saúde	2018	2017	2016	2015	2014
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo corrente	38	773	903	899	904
Passivo não corrente	639	8.817	11.135	9.190	9.812
Exposição total	678	9.590	12.038	10.088	10.716

O Grupo não tem constituído qualquer fundo autónomo para os planos de saúde. O detalhe dos principais ativos do fundo afetos a planos de pensões, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Ações	-	13%
Obrigações taxa fixa	-	70%
Obrigações taxa variável	-	2%
Fundos de investimento imobiliário, investimento imobiliário, "hedge funds", liquidez e seguros	-	15%
	-	100%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os investimentos imobiliários incluíam um imóvel valorizado por cerca de 5.723 milhares de euros, o qual se encontrava arrendado para utilização no âmbito do Grupo, com uma renda anual de 375 milhares de euros.

#### Planos de contribuição definida

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o **Grupo** incorreu em custos com planos de contribuição definida de 509 milhares de euros e 978 milhares de euros, respetivamente. Na **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os custos com planos de contribuição definida foram de 262 milhares de euros e 17 milhares de euros, respetivamente (Nota 10).

### 35. Passivos contingentes, garantias e compromissos

#### Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos judiciais e reclamações, quer relacionados com produtos e serviços, quer de natureza ambiental, laboral e regulatória. Face às naturezas dos mesmos e provisões constituídas, a expectativa existente é de que, do respetivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da atividade desenvolvida, posição patrimonial e resultado das operações.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor global dos referidos processos não provisionados ascende a 821 milhões de euros (830 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), sendo 9 milhões de euros de contingências relacionadas com o pessoal (7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), 599 milhões de euros de contingências tributárias (604 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), 212 milhões de euros de contingências cíveis e de processos administrativos de outras naturezas (219

milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos, qualificando-se assim como uma possível obrigação.

De entre os referidos passivos contingentes, destacam-se os seguintes:

#### Brasil

##### a) Impostos

As contingências tributárias possíveis, referem-se substancialmente a processos administrativos e judiciais relacionados a: (i) créditos fiscais por suposta dedução indevida da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -CSLL, a título de amortização de goodwill decorrente da aquisição de outras empresas; (ii) cobrança de IRPJ e CSLL, baseada no fato de a empresa não mais oferecer à tributação lucros auferidos no exterior por empresas controladas e coligadas; (iii) cobrança de suposta diferença ou ausência de pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos minerais - CFEM, uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento económico de recursos minerais; (iv) cobrança ilícita do Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS com base no valor da mercadoria sujeita ao regime tributário; (v) créditos fiscais obtidos pela empresa e não aprovados pela Receita Federal ou Estadual; e (vi) multa por declaração de compensação fiscal não aprovada, no valor de 50% do valor não compensado.

##### b) Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE")

O Grupo e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência em andamento no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Em julho de 2015, o tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pelo Grupo no âmbito do processo iniciado em 2007 pelas autoridades de concorrência no Brasil (e também por outras empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação no que se refere à formação de cartel e a imposição de uma multa pecuniária e demais penalidades acessórias. A multa aplicada ao Grupo totalizou aproximadamente 127 milhões de euros (o que corresponde a 241.700 milhares de reais para a InterCement Brasil e 297.820 milhares de reais para a CCB, entretanto fundida), além da obrigação de vender 20% dos ativos de Betão no Brasil, de entre outras penalidades acessórias. Em 31 de dezembro de 2018, a multa aplicada ascendeu a 168 milhões de euros (747 milhões de reais), decorrente da sua atualização financeira.

Após a referida decisão administrativa do CADE se ter tornado definitiva, o Grupo recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, a “concessão da tutela antecipada” para

suspender todas as penalidades aplicadas pelo CADE, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas) até a decisão do julgamento. Tal decisão de concessão da tutela antecipada judicial foi objeto de recurso pelo CADE, o qual foi rejeitado. O processo não teve nenhuma mudança significativa em 2018. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, o risco de perda no tribunal é considerado como possível, e portanto, nenhuma provisão foi registada para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

### Espanha

Como resultado das inspeções fiscais dos anos de 2005 a 2008, foram realizadas liquidações adicionais de aproximadamente 120 milhões de euros. As liquidações adicionais referem-se essencialmente a correções em resultados financeiros líquidos resultantes, principalmente, das interpretações não ajustadas à natureza de algumas transações. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, fomos notificados da decisão proferida pelo tribunal da Audiência Nacional de Espanha sobre os processos judiciais relacionados às referidas inspeções fiscais. A decisão foi favorável ao Grupo na sua quase totalidade. As Autoridades Fiscais interuseram um recurso para o Supremo Tribunal que foi admitido para processo em março de 2018, e que está pendente de resolução. As garantias de cerca de 120 milhões de euros apresentadas no âmbito destes processos continuam em vigor até que a decisão final seja proferida. A Administração acredita que da conclusão dos processos judiciais resultantes das ações em curso, não resultarão encargos significativos para o Grupo. Este entendimento é suportado pelo parecer dos consultores jurídicos e fiscais, que consideram a possibilidade de perda com os processos de 2005 a 2008 como possível (cerca de 86 milhões de euros) a remota (aproximadamente 34 milhões de euros).

Durante o segundo semestre de 2014, as autoridades fiscais espanholas começaram a inspecionar os anos de 2009 a 2012. Os relatórios das autoridades fiscais, mantêm as suas interpretações, tal como para os anos anteriores, resultando numa correção ao rendimento tributável negativo de cerca de 28 milhões de euros, definindo o rendimento tributável negativo do período em cerca de 31 milhões de euros. Em julho de 2017 foi apresentado o relatório das autoridades fiscais, para o ano de 2012, o qual evidencia uma correção do rendimento tributável negativo de aproximadamente 242 milhões de euros. Em agosto de 2017 foi interposto um recurso no Tribunal Económico Administrativo. Em 25 de março de 2019, a Empresa foi notificada da decisão de indeferimento pelo Tribunal Central Administrativo-Económico em relação às reclamações económico-administrativas para os anos de 2009 a 2012. A Empresa recorrerá perante a Audiência Nacional.

Em ambos os casos, os impostos diferidos relacionados com essas perdas não estão registados. Há semelhança dos processos de exercícios anteriores, o Conselho de Administração e os seus consultores jurídicos e fiscais consideram que da conclusão do processo judicial contestando essas correções, não resultará qualquer encargo significativo para o Grupo.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o **Grupo** tinha solicitado a apresentação em benefício de terceiros de garantias, de 391.184 milhares de euros e 435.090 milhares de euros, respetivamente, detalhadas como segue:

	Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Garantias bancárias:</b>		
Por processos fiscais em curso	274.359	308.293
A entidades financiadoras	91.273	94.922
A fornecedores	3.403	2.253
Outros	22.150	29.622
	<u>391.184</u>	<u>435.090</u>

Adicionalmente, no âmbito do processo do CADE foram concedidas garantias reais sobre duas fábricas de cimento na área de negócios do Brasil, visando a suspensão das penalidades impostas, conforme mencionado acima.

Das garantias acima para processos fiscais, 6.922 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respeitam à **Empresa**.

Compromissos

No decurso normal da sua atividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e de bens e serviços relacionados com as operações.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os compromissos mais significativos referem-se a contratos para aquisição de ativos fixos tangíveis e existências bem como para a operação de instalações localizadas em propriedade alheia, eram como segue:

	Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Área de negócio:</b>		
Argentina e Paraguai	196.200	140.456
Brasil	15.317	21.770
Áreas comuns (a)	7.080	8.447
Portugal e Cabo Verde	-	9.260
Egito	13.663	8.687
África do Sul	64	208
	<u>232.324</u>	<u>188.828</u>

(a) Contrato de arrendamento PARMV PROPERTIES, S.A..

(b) Na área de negócios da Argentina, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi estabelecido um novo contrato de energia no valor de € 83,3 milhões (USD 95,47 milhões) por um período de 10 anos e início em julho de 2019. O exercício findo em 31 de dezembro de 2017, incluiu um contrato de energia, no valor de € 77,3 milhões (USD 88,6 milhões), iniciado em 2018 e por um período de 20 anos.

Além dos números acima, de acordo com o contrato celebrado com a Sinoma International Engineering Co. Ltd. para a construção de uma nova fábrica de cimento, a Loma Negra C.I.A.S.A. assumiu compromissos em 31 de dezembro de 2017 no valor total de 277.600 milhares de euros (6.212.214 milhares de ARS). O montante foi dividido em 2.167.648 milhares de ARS, 41.575 milhares de USD e 107.415 milhares de euros. O valor em pesos está sujeito a atualizações periódicas de acordo com fórmula de ajuste de preço, pelo que estes compromissos em 31 de dezembro de 2018, ascendem a 2.506.019 milhares de ARS, 61.417 milhares de USD e 30.905 milhares de euros num total de 6.156.200 milhares de ARS (142.540 milhões de euros).

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Intercement Portugal, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas participadas com as quais mantém uma relação de domínio.

### 36. Provisões

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a classificação das provisões era a seguinte:

	Grupo		Empresa	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Provisões não correntes:</b>				
Provisões para riscos fiscais	17.533	28.256	5.650	10.000
Provisões para recuperação paisagística	15.624	38.637	-	-
Provisões relativas a pessoal	8.495	22.951	418	567
Outras provisões para riscos e encargos	30.633	33.013	31	31
Depósitos judiciais	(2.695)	(3.023)	-	-
	<u>69.591</u>	<u>119.835</u>	<u>6.099</u>	<u>10.598</u>
<b>Provisões correntes:</b>				
Provisões relativas a pessoal	204	2.897	204	200
	<u>69.795</u>	<u>122.731</u>	<u>6.303</u>	<u>10.798</u>



Os depósitos judiciais têm a seguinte composição:

	Grupo	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Pessoal	(1.865)	(2.323)
Fiscais	(788)	(655)
Cíveis e outras	(42)	(45)
Total	<u>(2.695)</u>	<u>(3.023)</u>

As provisões para riscos fiscais destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de liquidações adicionais de impostos, as quais foram objeto de reclamação ou impugnação judicial. O Conselho de Administração, em conjunto com os seus consultores jurídicos e fiscais, entende que a razão, em relação à maioria dos temas em disputa nesses processos, está do lado do Grupo. No entanto, a inexistência de jurisprudência e a complexidade técnica de algumas das matérias contestadas tornam adequada a constituição destas provisões.

As provisões para recuperação paisagística representam a obrigação legal ou construtiva do Grupo na reabilitação das diversas áreas de exploração. A exigibilidade deste passivo depende do período de exploração e do início estabelecido para o começo dos respetivos trabalhos.

As provisões relativas a pessoal respeitam, essencialmente, à estimativa de encargos com as responsabilidades por cessação de emprego e remunerações de longo prazo, das quais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, 622 milhares de euros e 11.877 milhares de euros, respetivamente, dizem respeito a situações de pré-reforma de colaboradores.

As outras provisões para riscos e encargos destinam-se a fazer face a riscos específicos do negócio, decorrentes da atividade normal do Grupo, incluindo os decorrentes de processos litigiosos, bem como provisões para responsabilidades resultantes de participações em empresas associadas.

O movimento ocorrido nas provisões do **Grupo** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões relativas a pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.822	39.954	27.703	8.825	(2.876)	92.428
Efeito da conversão cambial	(1.702)	(3.346)	(2.039)	(2.652)	435	(9.304)
Reforços	13.913	3.024	8.151	30.965	-	56.053
Reversões	(2.564)	-	(2.269)	(1.838)	-	(6.671)
Utilizações	(213)	(995)	(5.698)	(2.287)	(582)	(9.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.256	38.637	25.848	33.013	(3.023)	122.731
Adoção do IAS 29	52	889	487	348	-	1.777
Variação de perímetro	-	-	-	(19)	-	(19)
Efeito da conversão cambial	112	(3.412)	(1.974)	97	320	(4.857)
Reforços	289	11.010	2.340	8.586	-	22.225
Reversões	(5.293)	(16.757)	(4.019)	(6.830)	-	(32.899)
Utilizações	(6.265)	(1.340)	(3.894)	(4.209)	8	(15.701)
Transferências	382	-	5	(322)	-	65
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 5)	-	(13.402)	(10.095)	(31)	-	(23.528)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17.533	15.624	8.699	30.633	(2.695)	69.795

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os reforços de provisões incluíam, essencialmente, o reforço de provisões para recuperação paisagística nas áreas de negócios do Brasil e Argentina.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os reforços em provisões para riscos fiscais e para outros riscos e encargos dizem respeito, essencialmente, a provisões na área de negócios do Egito, relacionadas com o imposto sobre o rendimento dos anos de 2004 a 2014, que estão a ser contestados em tribunais, no montante de 9.765 milhares de euros e à estimativa de juros de mora relacionada com a licença industrial de uma das linhas de produção no Egito, totalizando 20.075 milhares de euros (consultar Notas 12, 13 e 17), respetivamente.

As reversões de provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 decorrem essencialmente da reapreciação do grau de probabilidade de ocorrência de perdas sobre riscos em várias áreas de negócio.

Na **Empresa**, em resultado da revisão efetuada pela Autoridade Tributária, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aos exercícios de 1996 a 2014, foram efetuadas correções aos resultados fiscais e imposto apurados no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (anterior Regime de Tributação pelo Lucro Consolidado, quando aplicável). O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores/advogados, entende que as referidas correções carecem de fundamento, pelo que foram objeto de reclamações graciosas e/ou impugnações judiciais. Ainda assim, e face, nomeadamente, à complexidade técnica de algumas matérias em discussão e, conseqüentemente, à diferente interpretação da lei fiscal que as mesmas

poderão, eventualmente, suscitar, foram constituídas provisões para a maioria dos temas objeto de contestação.

Adicionalmente, é entendimento da Administração que as eventuais responsabilidades pelas liquidações adicionais de imposto relativas a exercícios até ao ano de 2001 (conforme já decidido pelos tribunais competentes com referência ao exercício de 1997), ou por factos tributários relativos a operações ocorridas até àquela data e que possam vir a originar liquidações em exercícios futuros, serão assumidas pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública. Encontram-se ainda em curso alguns processos tributários relativos a essas liquidações adicionais, bem como alguns processos administrativos com vista a que o Fundo de Regularização da Dívida Pública assuma a respetiva responsabilidade.

O movimento ocorrido nas provisões da **Empresa** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para responsabilidades com o pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.000	974	31	11.005
Reforços	36	45	-	81
Utilizações	(36)	(252)	-	(288)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.000	767	31	10.798
Reforços	-	66	-	66
Reversões	(4.309)	-	-	(4.309)
Utilizações	(41)	(212)	-	(253)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.650	622	31	6.303

Os reforços e as reversões de provisões, ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram efetuados por contrapartida de:

	Grupo		Empresa	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Ativos tangíveis:				
Terrenos e recursos naturais	2.170	638	-	-
Resultados do exercício:				
Custos operacionais	7.180	8.861	-	-
Custos com o pessoal	(2.009)	4.525	66	45
Proveitos operacionais	(21.816)	-	-	-
Provisões	2.018	859	-	-
Custos e perdas financeiros	6.079	23.601	-	-
Resultados relativos a empresas associadas (Nota 12)	(128)	527	-	-
Impostos sobre o rendimento (Nota 13)	(4.169)	10.371	(4.309)	36
	(10.674)	49.383	(4.243)	81

Os custos e perdas financeiros dizem respeito essencialmente ao efeito da atualização financeira das provisões, no montante de 48 milhares de euros (2.302 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017) e à estimativa de juros de mora relacionada com o pagamento de uma licença industrial na área de negócios do Egito, no montante de cerca de 5.400 milhares de euros (21.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017) (Nota 12).

### 37. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os empréstimos obtidos no **Grupo** eram como segue:

	Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Passivos não correntes:</b>		
Empréstimos por obrigações	792.905	895.404
Empréstimos bancários	653.380	1.244.117
Outros empréstimos obtidos	58.363	-
	<u>1.504.648</u>	<u>2.139.521</u>
<b>Passivos correntes:</b>		
Empréstimos por obrigações	105.822	105.682
Empréstimos bancários	385.429	467.615
Outros empréstimos obtidos	59	41.843
	<u>491.310</u>	<u>615.140</u>
	<u>1.995.958</u>	<u>2.754.660</u>

#### Empréstimos por obrigações

O detalhe das emissões de empréstimos por obrigações no Grupo, não convertíveis, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, era o seguinte:

Unidade de negócio	Instrumento	Moeda	Data de emissão	Cupão (b)	Maturidade final	Dezembro 2018		Dezembro 2017	
						Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Brasil	Debênture - Brasil (a)	BRL	mar-12	Variável indexada ao CDI	abr-22	49.590	148.919	55.414	221.964
Brasil	Debênture - Brasil	BRL	ago-12	Variável indexada ao CDI	ago-22	56.232	168.863	50.268	201.353
Holdings e Veículos Financeiros	Senior Notes (a) (c)	USD	jul-14	5,75%	jul-24	-	475.124	-	472.087
						<u>105.822</u>	<u>792.905</u>	<u>105.682</u>	<u>895.404</u>

(a) Garantidos em cerca de 680 milhões de euros por Fianças concedidas pela entidade controladora, InterCement Participações, S.A.;

(b) As taxas variáveis contratadas consideram *spreads* até 15% acima do índice.

(c) Em 17 de julho de 2014, a Cimpor Financial Operations, B.V. (Cimpor B.V.), emitiu Senior Notes ("Obrigações") no valor total de 750 milhões de USD com maturidade de 10 anos. As Obrigações foram lançadas com cupão de 5,75% ao ano e foram posteriormente admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Singapura. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 e 2015 foram adquiridas Obrigações no valor nominal de 25.044, 11.100, 108.378 e 54.290 milhares de USD. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo detém Obrigações no valor nominal de 198.812 milhares de USD (173.543 milhares de euros).

### Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os empréstimos bancários no **Grupo** apresentavam a seguinte composição:

Unidade de Negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro (a)	Data de Contratação	Maturidade	Notas	Dezembro 2018		Dezembro 2017	
							Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai/12	Várias	(b) (d)	-	195.696	-	242.217
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variáveis indexada Euribor	fev/12	fev/22	(b) (d)	62.039	144.009	-	205.231
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev/14	fev/19	(b) (d)	-	-	26.739	27.404
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev/14	fev/19	(b) (d)	-	-	80.279	82.047
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev/14	fev/22	(b) (d)	42.261	-	18.026	42.160
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev/14	fev/22	(b) (d)	132.899	-	54.121	126.227
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev/14	fev/24	(b) (d)	-	139.027	60.922	137.253
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai/14	mai/19	(b) (d)	43.645	-	-	41.454
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Fixa	dez/14	out/21	(b) (d)	2.750	19.250	23.609	-
Empresa (*)	Papel Comercial	EUR	Variável	mar/16	mar/20	(b) (d)	-	35.000	15.000	35.000
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	ARS	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(b) (d)	20.445	-	27.983	16.138
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Variáveis indexadas US Libor	Várias	Várias	(b) (d)	44.518	11.318	38.700	41.010
U.N. Brasil	Vários Bilaterais	BRL	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(c)	3.091	59.444	84.138	19.065
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Fixas e variáveis	ago/16	jul/18	(b) (d)	-	-	3.954	-
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	PYG	Fixas	Várias	Várias	(b) (d)	9.943	49.112	4.196	58.432
U.N. Portugal e Cabo Verde	Vários Bilaterais	EUR	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(b) (d)	-	-	10.000	165.000
U.N. Portugal e Cabo Verde	Bilateral	CVE	Variáveis indexada TRIB 3M	Várias	Várias	(b) (d)	-	-	700	2.800
U.N. Portugal e Cabo Verde	Subsidiado	EUR	Sem juros	Várias	Várias	(b) (d)	-	-	69	1.839
U.N. Egipto	Vários Bilaterais	EGP	Variáveis indexadas ao Corridor	Várias	Várias	(b) (d)	23.839	524	19.178	841
							<u>385.429</u>	<u>653.380</u>	<u>467.615</u>	<u>1.244.117</u>

(\*) Considerados no conjunto das empresas incluídas no segmento Holdings, entidades de suporte ao negócio, corporativas e trading (Nota 4). De referir ainda a existência do Papel Comercial na **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nos montantes de 35.000 milhares de euros e 50.000 milhares de euros, respetivamente.

- (a) As taxas variáveis contratadas para os principais financiamentos em dólares e em euros consideram *spreads* entre 2,75% e 4,4%;
- (b) Garantido por Fianças concedidas pelas entidades controladoras Camargo Corrêa, S.A. e InterCement Participações, S.A.;
- (c) Garantido em cerca de 57 milhões de euros por Fianças concedidas pelas entidades controladoras Camargo Corrêa, S.A..
- (d) A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 deve-se, principalmente, à liquidação parcial dos financiamentos, no montante de 446 milhões de euros, em conformidade com o plano Liability Management, já mencionado no relatório anual de 2017. Na persecução deste plano, e devido ao anúncio de pré-pagamento, cerca de 185 milhões de euros são, em 31 de dezembro de 2018, informados como dívida corrente (Nota 48).

Outros empréstimos obtidos

Os outros empréstimos obtidos referem-se às dívidas da Cimpor Trading e Inversiones, S.L. à Intercement Austria Holding GmbH (Nota 47), conforme segue:

Unidade de negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Data de contratação	Taxa de juro	Maturidade	Dezembro 2018	Dezembro 2017
						Não corrente	Corrente
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	fev-14	Variável indexada à Euribor	fev-23	23.099	41.843
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	ago-18	Variável indexada à Euribor	ago-21	35.000	-
						<u>58.099</u>	<u>41.843</u>

No passivo não corrente e corrente, está também incluído nesta rubrica um financiamento, na área de negócios da Africa do Sul, no âmbito de um contrato mútuo para a aquisição de equipamento, no montante de 264 milhares de euros e de 59 milhares de euros, respetivamente.

Os empréstimos não correntes apresentam os seguintes prazos de reembolso em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017:

Ano	Dezembro 2018	Dezembro 2017
2019	-	451.545
2020	262.217	399.051
2021	321.106	358.381
2022	261.151	353.899
Após 2022	660.175	576.645
<u>1.504.648</u>		<u>2.139.521</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	Dezembro 2018		Após cobertura	Dezembro 2017		Após cobertura
	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros
USD	1.193.983	1.042.227	1.042.227	1.656.201	1.380.272	1.138.055
BRL	2.157.967	486.138	486.138	2.509.397	632.201	632.201
EUR	-	363.731	363.731	-	611.918	854.135
ARS	883.014	20.445	20.445	987.350	44.121	44.121
EGP	499.291	24.363	24.363	425.858	20.020	20.020
PYG	403.280.606	59.055	59.055	420.902.830	62.628	62.628
CVE	-	-	-	385.928	3.500	3.500
		<u>1.995.958</u>	<u>1.995.958</u>			<u>2.754.660</u>
						<u>2.754.660</u>

Cartas de conforto e cartas de garantia

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017, as cartas de conforto e as cartas de garantia prestadas no **Grupo** referiam-se a responsabilidades já evidenciadas na posição financeira consolidada de 1.747.763 milhares de euros e 2.440.105 milhares de euros, respetivamente.

### 38. Obrigações decorrentes de contratos de locação

#### Locação operacional

Os contratos de locação operacional em vigor respeitavam, essencialmente, a equipamentos de transporte e de escritório.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos compromissos a pagar em anos futuros (pagamentos mínimos de locação), decorrentes dos contratos em vigor, era como segue:

	Grupo		Empresa	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Até 1 ano	6.327	9.535	53	26
Entre 1 e 5 anos	9.469	11.997	77	39
A mais de 5 anos	72	26	-	-
	<u>15.868</u>	<u>21.558</u>	<u>131</u>	<u>65</u>

O total de custos operacionais do **Grupo** com contratos de locação operacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ascendeu a 9.459 milhares de euros e 12.941 milhares de euros, respetivamente.

Os contratos de locação operacional da **Empresa** respeitam a equipamentos de transporte e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram reconhecidos custos no montante de 47 milhares de euros e 25 milhares de euros, respetivamente.

### 39. Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de dezembro de 2017 estavam contratados instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio, os quais foram liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	Outros ativos				Outros passivos			
	Correntes		Não correntes		Correntes		Não correntes	
	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Derivados embutidos (operações na "Barra Grande", "Machadinho" e "Estreito")	-	-	3.362	6.690	-	-	303	-
Coberturas de cash-flow - Swaps de taxa de juro e câmbio	-	3.856	-	-	-	-	-	16.589
	<u>-</u>	<u>3.856</u>	<u>3.362</u>	<u>6.690</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>303</u>	<u>16.589</u>

No quadro abaixo detalha-se o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados passíveis de serem qualificados como de cobertura de *cash-flow* em 31 de dezembro de 2017:

Tipo de cobertura	Nacional	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico		Justo valor	
						Dezembro 2018	Dezembro 2017
Cash-flow	USD 292.000.000	Cross Currency Swap	jan/22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(a)	-	(12.733)
Cash-flow	USD 102.200.000	Cross Currency Swap	jan/23	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(a)	-	-
						-	(12.733)

(a) Instrumentos financeiros derivados liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo sido pago o montante de 22.508 milhares de euros (Nota 46). De acordo com a IFRS 9, o montante remanescente, sem impostos, acumulado até dezembro de 2018 e 2017, registrado como "Outros rendimentos e gastos reconhecidos", no montante de aproximadamente 7 milhões de euros e 18 milhões de euros, respetivamente, é transferido para resultados à medida que os fluxos cobertos sejam realizados. No exercício de 31 de dezembro de 2018, o montante reclassificado ascendeu a cerca de 11 milhões de euros;

#### Derivados não qualificados como cobertura - *trading*

A carteira de instrumentos financeiros derivados não qualificados como cobertura é constituída por três derivados contratados no contexto das operações de alienação das participações na “Barra Grande”, “Machadinho” e “Estreito”, sendo o respetivo justo valor em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, de 3.059 milhares de euros (ativo) e 6.690 milhares de euros (ativo), respetivamente.

## 40. Gestão de riscos financeiros

### Princípios gerais

O Grupo, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposto a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juro;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de contraparte.



Por risco financeiro, entende-se, justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial do Grupo.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Numa outra vertente, é também preocupação do Grupo que os processos de gestão dos referidos riscos dêem resposta não só às necessidades de informação internas como também às exigências externas (entidades reguladoras, mercados financeiros e demais *stakeholders*).

Por regra, o Grupo não assume posições especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por única finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais o Grupo se encontra, inevitavelmente, exposto.

A respetiva cobertura, no caso dos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, pode implicar a contratação, no mercado *over-the-counter* (por razões de flexibilidade) de instrumentos financeiros derivados, envolvendo um número limitado de contrapartes com as quais o Grupo já tem um forte envolvimento. Estas operações são, normalmente, realizadas com entidades financeiras com as quais se assinaram previamente contratos nos termos da International Swaps e Derivatives Association (ISDA), em conformidade com as normas internacionais.

Toda a gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pelo Departamento de Finanças e Tesouraria Corporativa, sob a orientação do Conselho de Administração e, em particular, do Administrador do pelouro (cujo acordo prévio é necessário à realização de qualquer operação).

#### Risco de taxa de juro

A exposição do Grupo ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, quer tenham sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, o Grupo enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Para a cobertura deste tipo de riscos, e de acordo com as expectativas do Grupo quanto à evolução das taxas de mercado, podem ser contratados *swaps* de taxa de juro.

#### Exposição a riscos de taxa de juros e a taxas variáveis e fixas

O Grupo está exposto a taxas de juro variáveis e taxas de inflação, relacionadas principalmente com as alterações dos diversos índices aos quais os diversos financiamentos estão vinculados, conforme segue:

	12.31.2018	12.31.2017
Ativo:		
CDI	35.744	38.607
SELIC	-	36.460
Total	35.744	75.067
Passivo:		
IGP-M	6.539	6.937
CDI	483.435	630.798
EURIBOR	342.028	461.402
LIBOR	566.958	662.014
TJLP	-	4.452
Outros	36.461	40.865
Total	1.435.421	1.806.468

A 31 de dezembro de 2018, a dívida do Grupo por tipo de taxa de juro, considerando já os instrumentos financeiros derivados, entre taxa variável e taxa fixa, está distribuída desta forma:

	Dez-18	Dez-17
Taxa variável	72%	66%
Taxa fixa	28%	34%

#### Risco de taxa de câmbio

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio decorre das moedas funcionais em diversas geografias serem distintas da moeda de consolidação, bem como da existência de transações, em particular financiamentos, em moedas diferentes das moedas funcionais.

Os efeitos cambiais derivados da integração das demonstrações financeiras locais nas contas consolidadas do Grupo podem ser acautelados através da cobertura do valor dos investimentos líquidos realizados naqueles países. Essas operações não têm ocorrido tendo em conta a falta de

profundidade de alguns mercados e por se considerar que o seu custo (diferença entre as taxas de juro locais e as da moeda de referência do Grupo) é, em regra, excessivo face ao nível dos riscos envolvidos.

Quando efetuada, a cobertura do risco de taxa de câmbio é-o, normalmente, através da contratação de *swaps* e *forwards*, com maturidades, em princípio, equivalentes a do instrumento de dívida que serve como lastro para a cobertura.

O Grupo não efetua operações sobre taxas de câmbio que não se adequem à cobertura de posições já existentes ou contratadas.

O facto de o Grupo operar em países com um diferencial de taxas de juros substancial face à moeda de consolidação, faz com se procurem estratégias de *hedge* natural. É nesta lógica que se procura aumentar a dívida nas Unidades de Negócio de forma a obter uma maior correspondência entre ativos e passivos, reduzindo deste modo a exposição global do Grupo.

O Grupo possui em 2017, na sua carteira de derivados, instrumentos de cobertura que ajudam a gerir a exposição cambial do Grupo, nomeadamente *Cross-Currency-Swap*, mediante as quais, em termos práticos, se transforma um passivo em USD em dívida contratada em Euros (Nota 39). Estes instrumentos financeiros derivados de cobertura foram liquidados no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Exposição ao risco cambial

O Grupo possui ativos e passivos em moedas diferentes de suas próprias moedas funcionais (principalmente dólar), e os seus resultados financeiros podem ser significativamente afetados pela variação das taxas de câmbio.

Os principais grupos de contas expostos ao risco cambial são conforme descrito a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
<b>Ativo:</b>		
Caixa, bancos e títulos negociáveis	82.805	766.959
Clientes e adiantamentos a fornecedores	4.859	7.379
Partes relacionadas (a)	367.936	379.591
Outras dívidas de terceiros	4.656	3.552
<b>Ativo exposto</b>	460.256	1.157.481
<b>Passivo:</b>		
Juros e empréstimos	1.067.011	1.155.280
Fornecedores e adiantamento de clientes	106.747	32.981
Partes relacionadas (a)	425.805	430.052
Outras dívidas a terceiros	442	233
<b>Passivo exposto</b>	1.600.005	1.618.546

(a) Trata-se de saldos entre as empresas relacionadas, com exposição cambial em pelo menos uma das empresas, considerando que têm diferentes moedas funcionais. Os saldos (ativos e passivos) são eliminados durante a consolidação, no entanto, o impacto de ganho ou perda não é totalmente eliminado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais instrumentos de dívida, considerando já os instrumentos financeiros derivados, estavam denominados nas seguintes moedas:

	Dez-18	Dez-17
USD	52%	41%
BRL	24%	23%
EUR	18%	31%
Outros	5%	5%

A apresentação de caixa, bancos e títulos negociáveis por moedas e exposições cambiais relacionadas são as seguintes:

Moeda funcional	Divisa	2018		2017	
		Valor em divisa	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros
ARS	USD	22.888	19.979	54.402	45.338
BRL	USD	104	91	143	119
PYG	USD	903	788	444	370
EGP	USD	1.196	1.044	2.587	2.156
EUR	USD	67.641	59.044	862.191	718.547
MZN	USD	160	139	90	75
ARS	BRL	8	2	10	2
PYG	BRL	1	0	1	0
ARS	EUR	12	12	15	15
PYG	EUR	9	9	28	28
EGP	EUR	211	211	32	32
MZN	EUR	1.285	1.285	142	142
EUR	EGP	2.730	133	2.731	128
ARS	PYG	4.918	1	6.155	1
MZN	ZAR	1.093	66	45	3
Montante exposto a risco cambial			82.805		766.959
BRL	BRL	180.612	40.688	328.275	82.703
EUR	EUR	25.734	25.734	136.318	136.318
ARS	ARS	1.378.090	31.908	2.031.925	90.799
MZN	MZN	787.200	11.201	689.770	9.837
EGP	EGP	367.965	17.955	317.394	14.921
PYG	PYG	84.543.494	12.380	30.133.107	4.484
ZAR	ZAR	547.205	33.271	703.797	47.696
CVE	CVE	-	-	317.392	2.878
Montante em moeda funcional			173.137		389.638
			<u>255.942</u>		<u>1.156.596</u>

#### Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades do Grupo como também fazer face a eventuais operações de caráter extraordinário.

Os processos de refinanciamento, desde 2016, permitiram uma melhoria no perfil da dívida, reduzindo o custo médio da dívida, garantindo um nível significativo de liquidez e a concentração de operações significativas de refinanciamento apenas após 2019.

O Grupo está atualmente a trabalhar com os seus credores para refinar o seu perfil de dívida, visando um plano de amortizações mais reduzido nos próximos anos, esperando-se também a recuperação do Brasil da sua recente crise financeira.

### Risco de crédito

A perceção do risco de crédito que o mercado tem relativamente ao Grupo, no tocante a operações de financiamento, reflete-se naturalmente no nível dos custos financeiros associados a tais operações. A influência do Grupo nesta matéria é apenas subsidiária, consubstanciando-se na prática de uma gestão prudente e equilibrada, de forma a minimizar a probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades.

A solvabilidade do Grupo encontra-se, também, refletida no rácio de Leverage (Net Debt / EBITDA), o qual se encontra fixado em 4,5. Sublinhe-se que, contratualmente a medição deste *covenant* não é feita ao nível do Grupo, mas sim ao nível acima na *InterCement Participações S.A.*. Relativamente a 31 de dezembro de 2018, o Grupo acordou com as instituições financeiras com as quais se encontram contratados os empréstimos bancários um aumento daquele parâmetro de 4,5 para 5,5 (rácio Net Debt versus EBITDA), retornando a 4,5 nos próximos períodos.

Em 31 de dezembro de 2018, as referidas condições foram cumpridas relativamente aos diversos empréstimos bancários, voltando o *covenant* a ser medido de novo nas demonstrações financeiras de 2019. De referir que, o referido *covenant* é ainda aplicável aos empréstimos obrigacionistas. No caso específico das Senior Notes, o parâmetro de 4,5 não foi renegociado, não tendo sido cumprido em 31 de dezembro de 2018. Nos termos do referido contrato, o incumprimento daquele *covenant* não se traduz numa aceleração da dívida, decorrendo do mesmo a sujeição do Grupo a determinados condicionalismos, como sejam:

- i) Limite de emissão de nova dívida até 500 milhões de USD, desde que não sejam utilizadas para refinarciar a dívida existente;
- ii) Restrições a determinados pagamentos, como dividendos aos acionistas acima do valor mínimo legal;
- iii) Limite de dividendos de 25 milhões de USD por ano, cumulativamente, para os acionistas preferenciais após a emissão das Senior Notes (julho / 2014).

Além do *Covenant Financeiro* (Net Debt/Ebitda), o Grupo também está sujeito a algumas outras cláusulas restritivas, como por exemplo, “*Change of control*” e “*Cross acceleration*”.

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Empresa e as suas associadas a concentrações de risco de crédito consistem principalmente em investimentos de curto prazo e créditos comerciais. A Empresa e suas associadas mantêm contas bancárias e investimentos de curto prazo com instituições financeiras aprovadas pela Administração, e realizam as operações de venda somente de acordo com critérios de aprovação de crédito, minimizando os riscos padrão.

### Risco de contraparte

No estabelecimento de relações contratuais de diversa ordem com entidades terceiras, o Grupo assume riscos que decorrem da probabilidade de incumprimento ou, num cenário extremo, de *default* de uma contraparte.

O Grupo procura limitar a sua exposição a este risco – tanto na realização de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria como na contratação de instrumentos derivados – mediante uma seleção rigorosa das contrapartes, baseada nas respetivas notações de *rating* e tomando em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Com a informação atualmente disponível, não são expectáveis quaisquer prejuízos por incumprimento.

### Análises de sensibilidade

A exposição ao risco de taxa de juro tem como consequência a variabilidade dos resultados financeiros do Grupo. Os resultados de uma análise de sensibilidade da exposição em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

a) Análise de sensibilidade — Taxas de juros com índice Euribor, US LIBOR e CDI

Uma deslocação paralela de +/- 1% na curva de taxas de juro, com todos os outros pressupostos constantes, representaria, para o exercício, um aumento de custos financeiros (antes de impostos) de aproximadamente 3 milhões de euros na dívida em Euros indexada a taxa variável, de 6 milhões de dólares na dívida a taxa variável em USD e de 5 milhões de euros na dívida a taxa variável em reais, conforme quadro abaixo:

Indexante	Moeda	Saldo	1%	2%	3%
Euribor	EUR	342.028	3.420	6.841	10.261
US Libor	USD	567.103	5.671	11.342	17.013
CDI	BRL	483.435	4.834	9.669	14.503

Adicionalmente, no caso das taxas indexadas em BRL, outros 3 cenários foram simulados: manutenção das taxas de fim do ano e dois cenários de subida de taxas, em 25% e 50%, tendo-se também levado em consideração o facto de existirem importantes montantes investidos o que levou a simular o impacto que a queda de taxas teria nestas aplicações (CDI e Selic – Ativo).

Os resultados obtidos para as posições ativas e passivas são os seguintes:

	Saldo	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<b>Aplicações financeiras:</b>					
CDI	35.744	Queda do índice	2.309	1.732	1.155
SELIC	-	Queda do índice	-	-	-
<b>Empréstimos e obrigações:</b>					
IGP-M	6.539	Aumento do índice	226	283	339
CDI	483.435	Aumento do índice	31.231	39.039	46.847
TJLP	-	Aumento do índice	-	-	-

## b) Taxas de câmbio

Na componente de dívida e tendo em conta a distribuição por moeda, os riscos de taxa de câmbio existentes materializam-se na volatilidade potencial das taxas de câmbio e do seu impacto nos resultados financeiros consolidados.

Tendo em conta o perfil dos ativos e passivos financeiros das empresas do Grupo (incluindo saldos intragrupo), e considerando já os instrumentos financeiros derivados, em 31 de dezembro de 2018, os impactos mais relevantes nos resultados financeiros seriam os seguintes:

Montante em USD	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-18)		Desvalorização USD			Valorização USD	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
-970.260	EUR	1,1456	Efeito em EUR	-84.694	-42.347	-	42.347	84.694
-63.037	ARS	37,70	Efeito em ARS	-237.649	-118.825	-	118.825	237.649
			Efeito em EUR	-6.114	-2.896	-	2.620	5.002
1.218	PYG	5.960,94	Efeito em PYG	725.863	362.932	-	-362.932	-725.863
			Efeito em EUR	118	56	-	-51	-97
-153.662	BRL	3,87	Efeito em BRL	-59.541	-29.770	-	29.770	59.541
			Efeito em EUR	-14.903	-7.060	-	6.387	12.194
85.613	ZAR	14	Efeito em ZAR	122.909	61.455	-	-61.455	-122.909
			Efeito em EUR	8.303	3.933	-	-3.559	-6.794
-1.893	EGP	17,89	Efeito em EGP	-3.386	-1.693	-	1.693	3.386
			Efeito em EUR	-184	-87	-	79	150
-125.230	MZN	61,35	Efeito em MZN	-768.274	-384.137	-	384.137	768.274
			Efeito em EUR	-12.146	-5.753	-	5.205	9.938

Montante em EUR	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-18)		Desvalorização EUR			Valorização EUR	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
-33.130	ZAR	16,45	Efeito em ZAR	54.488	27.244	-	-27.244	-54.488
			Efeito em EUR	3.213	1.522	-	-1.377	-2.629

Montante em EGP	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-18)		Desvalorização EGP			Valorização EGP	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
42.211	EUR	20,494	Efeito em EUR	206	103	-	-103	-206



#### 41. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2018		2017		2018	2017
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Empresas subsidiárias, associadas e participadas (Nota 47) (*)	7.090	-	12.932	-	39.760	42.274
Outros acionistas	123	-	178	-	84	84
Fornecedores de investimentos	41.244	8.963	17.800	5.143	103.639	103.513
Outros credores	33.142	29.859	46.119	17.048	88	8
	<u>81.599</u>	<u>38.822</u>	<u>77.028</u>	<u>22.191</u>	<u>143.572</u>	<u>145.880</u>

(\*) A referência às empresas subsidiárias é aplicável apenas na perspetiva da Empresa.

O saldo em Fornecedores de investimentos da Empresa é explicado pela aquisição de 9,48% da participação na Cimpor Trading e Inversiones, S.L. à Cimpor Indústria de Cimentos, S.A. (Nota 47) em 31 de dezembro de 2017.

#### 42. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2018		2017		2018	2017
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Juros a pagar	39.771	-	62.223	-	860	1.178
Remunerações a liquidar	10.088	-	20.190	-	666	276
Instrumentos financeiros derivados (Notas 39 e 45)	-	303	-	16.589	-	-
Subsídios ao investimento	-	170	-	204	-	-
Outros acréscimos de custos e proveitos diferidos	39.896	-	41.146	-	384	767
	<u>89.754</u>	<u>473</u>	<u>123.560</u>	<u>16.793</u>	<u>1.910</u>	<u>2.221</u>

Decorrente do acordo de vendas das operações de Portugal e Cabo Verde, os correspondentes Outros passivos correntes e não correntes, no montante de 10.121 milhares de euros, foram reclassificados para a rubrica “Ativos não correntes detidos para venda” (Nota 5).

#### 43. Fornecedores e adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores, conta corrente	137.019	203.862	2.846	336
Fornecedores, faturas em receção e conferência	31.416	31.639	8	1.170
Fornecedores, títulos a pagar	19.844	11.210	-	-
Adiantamentos de clientes	12.530	18.210	-	-
	<u>200.809</u>	<u>264.920</u>	<u>2.854</u>	<u>1.506</u>

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos de fornecedores e adiantamentos de clientes relativos ao segmento Portugal e Cabo Verde, no montante de 56.390 milhares de euros, foram reclassificados para a rubrica “Ativos não correntes e operações descontinuadas” (Nota 5).

#### 44. Licenças de emissão de CO<sub>2</sub>

No âmbito da transposição da Diretiva nº 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, para as ordens jurídicas internas, foram aprovadas pelo governo de Portugal as listas de instalações existentes participantes no comércio de emissões e as respetivas atribuições de licenças de emissão.

Para o período de 2013 a 2020 foram consideradas quatro instalações em Portugal tendo-lhe sido atribuídas anualmente licenças de emissão correspondentes, no final do ano de 2020, a um total de 25.887.686 toneladas de CO<sub>2</sub>, sendo que no primeiro ano foram atribuídas 3.468.143 toneladas de CO<sub>2</sub>, gradualmente diminuídas nos anos seguintes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram atribuídas 3.141.567 toneladas de CO<sub>2</sub>.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram alienadas licenças de emissão correspondentes a 1.065.000 toneladas de CO<sub>2</sub> e a 750.000 toneladas de CO<sub>2</sub>, das quais resultaram num ganho líquido de 11.092 e 4.041 milhares de euros, respectivamente, registados nos Resultados operacionais do Segmento “Portugal e Cabo Verde” (Nota 7).

## 45. Ativos e passivos financeiros no âmbito da IFRS 9

As políticas contabilísticas previstas na IFRS 9 para os instrumentos financeiros foram aplicadas no Grupo aos seguintes itens:

2018	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros detidos para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
<b>Ativos:</b>					
Caixa, bancos e títulos negociáveis	240.444	-	-	15.498	255.942
Clientes e adiantamentos a fornecedores	87.437	-	-	-	87.437
Outros investimentos	-	1.859	-	1	1.860
Outras dívidas de terceiros não correntes	34.926	-	-	-	34.926
Outras dívidas de terceiros correntes	15.876	-	-	-	15.876
Outros ativos não correntes	-	-	-	3.362	3.362
Outros ativos correntes	1.647	-	-	-	1.647
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>380.329</b>	<b>1.859</b>	<b>-</b>	<b>18.861</b>	<b>401.049</b>
<b>Passivos:</b>					
Empréstimos não correntes	-	-	1.504.648	-	1.504.648
Empréstimos correntes	-	-	491.310	-	491.310
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	200.809	-	200.809
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	38.822	-	38.822
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	81.599	-	81.599
Outros passivos não correntes	-	-	-	303	303
Outros passivos correntes	-	-	89.754	-	89.754
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.406.943</b>	<b>303</b>	<b>2.407.246</b>

2017	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros detidos para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
<b>Ativos:</b>					
Caixa, bancos e títulos negociáveis	1.104.342	-	-	52.254	1.156.596
Clientes e adiantamentos a fornecedores	94.208	-	-	-	94.208
Outros investimentos	-	706	-	2.053	2.759
Outras dívidas de terceiros não correntes	21.816	-	-	-	21.816
Outras dívidas de terceiros correntes	22.586	-	-	-	22.586
Outros ativos não correntes	-	-	-	6.690	6.690
Outros ativos correntes	1.794	-	-	3.856	5.650
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>1.244.746</b>	<b>706</b>	<b>-</b>	<b>64.853</b>	<b>1.310.305</b>
<b>Passivos:</b>					
Empréstimos não correntes	-	-	2.139.521	-	2.139.521
Empréstimos correntes	-	-	615.140	-	615.140
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	264.920	-	264.920
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	22.191	-	22.191
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	77.028	-	77.028
Outros passivos não correntes	-	-	(0)	16.589	16.589
Outros passivos correntes	-	-	123.560	-	123.560
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.242.359</b>	<b>16.589</b>	<b>3.258.948</b>

Estimativa de justo valor - ativos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2018, de acordo com os respetivos níveis de hierarquia de justo valor:

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos:</b>				
Ativos financeiros ao justo valor	Caixa, bancos e títulos negociáveis	15.498	-	-
Ativos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	-	3.362
Ativos financeiros ao justo valor	Outros investimentos	1	-	-
<b>Passivos:</b>				
Passivos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	303	-

Estimativa de justo valor – ativos e passivos que não estão ao justo valor

A mensuração do justo valor dos instrumentos financeiros derivados baseia-se em parâmetros extraídos de base de dados de agências de informação externas, sendo os resultados obtidos confrontados com as correspondentes avaliações efetuadas pelas contrapartes.

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado nas Notas 37 e 40, a maioria encontra-se contratada a taxas de juro variável com margens que se estimam serem próximas das que seriam possíveis ser contratadas em 31 de dezembro de 2018. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado, com exceção das Senior Notes emitidas pela Cimpor B.V. e de dívida contraída nas áreas de negócio do Brasil, cujo efeito da valorização ao justo valor, face ao respetivo contabilístico é o seguinte:

	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Justo valor	842.763	1.012.404
Valor contabilístico	918.202	1.019.187

Na Empresa, as disposições da IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes itens:

2018	Disponibilidades, empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros detidos para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
<b>Ativos:</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.250	-	-	2.250
Cientes e adiantamentos a fornecedores	6.576	-	-	6.576
Outros investimentos	-	103	-	103
Outras dívidas de terceiros correntes	10.402	-	-	10.402
Outros ativos correntes	1.209	-	-	1.209
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>20.437</b>	<b>103</b>	<b>-</b>	<b>20.541</b>
<b>Passivos:</b>				
Empréstimos não correntes	-	-	35.000	35.000
Empréstimos correntes	-	-	-	-
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	2.854	2.854
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	143.572	143.572
Outros passivos correntes	-	-	1.910	1.910
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>183.337</b>	<b>183.337</b>

2017	Disponibilidades, empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros detidos para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
<b>Ativos:</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	155	-	-	155
Cientes e adiantamentos a fornecedores	769	-	-	769
Outros investimentos	-	87	-	87
Outras dívidas de terceiros não correntes	6.000	-	-	6.000
Outras dívidas de terceiros correntes	1.011	-	-	1.011
Outros ativos correntes	467	-	-	467
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>8.402</b>	<b>87</b>	<b>-</b>	<b>8.489</b>
<b>Passivos:</b>				
Empréstimos não correntes	-	-	35.000	35.000
Empréstimos correntes	-	-	15.000	15.000
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	1.506	1.506
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	145.880	145.880
Outros passivos correntes	-	-	2.221	2.221
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>199.606</b>	<b>199.606</b>

#### 46. Notas às demonstrações de fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, caixa e equivalentes de caixa para efeitos da apresentação dos fluxos de caixa, tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2018	2017	2018	2017
Numerário	1.086	1.029	3	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	128.836	865.947	2.248	155
Depósitos a prazo	94.571	119.305	-	-
Títulos negociáveis	15.951	108.188	-	-
	<u>240.444</u>	<u>1.094.469</u>	<u>2.250</u>	<u>155</u>
Caixa, bancos e títulos negociáveis em ativos das operações em descontinuação (Nota 5)	58.700	-	-	-
	<u>299.144</u>	<u>1.094.469</u>	<u>2.250</u>	<u>155</u>

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria, títulos de dívida pública, certificados de depósito e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A rubrica de Caixa, bancos e títulos negociáveis nas demonstrações das posições financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 inclui, adicionalmente, um montante de 15.498 milhares de euros e 62.127 milhares de euros, respetivamente, correspondentes a títulos negociáveis que não cumprem integralmente com os requisitos necessários para reconhecimento como caixa e equivalentes na demonstração de fluxos de caixa.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 há a salientar no **Grupo**, de entre os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento ocorridos, os seguintes:

##### Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de recebimento de clientes está influenciada por acordos de cessão de crédito estabelecidos com as partes relacionadas, CCSA Finance Ltd., e a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A., nos montantes de aproximadamente 21.567 milhares de euros e 23.816 milhares de euros, respetivamente (Nota 47).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de recebimento de clientes foi influenciada por acordos de cessão de crédito estabelecidos com as partes relacionadas, Camargo Corrêa, S.A. e a CCSA Finance Ltd., no montante de aproximadamente 51.557 milhares de euros (Nota 47) e com instituições financeiras, no montante de 8.124 milhares de euros.

Atividades de investimento2018:

A rubrica de recebimentos de fundos exclusivos e outros investimentos refere-se ao resgate de fundos exclusivos na área de negócios do Brasil no montante de 28.198 milhares de euros e ao resgate de aplicações financeiras na subsidiária Cimpor Trading e Inversiones, S.L., no montante de 24.707 milhares de euros.

A rubrica de outros recebimentos refere-se essencialmente ao reembolso obtido na área de negócios do Brasil, de um empréstimo concedido à InterCement Participações S.A. num montante de 1.025 milhares de euros (4.090 milhares de reais) (Nota 47).

A rubrica de pagamento de fundos exclusivos e outros investimentos refere-se a uma aplicação de tesouraria, no montante 9.074 milhares de euros, encontrando-se registado em títulos negociáveis.

2017:

A rubrica de recebimentos de fundos exclusivos e outros investimentos refere-se ao resgate de fundos exclusivos na área de negócios do Brasil no montante de 32.653 milhares de euros e ao reembolso das unidades de participação da Luso Carbon pelo montante de 696 milhares de euros.

A rubrica de pagamento de fundos exclusivos e outros investimentos refere-se: i) à constituição de um depósito a prazo a mais de doze meses que não cumpre integralmente com os requisitos necessários para reconhecimento como caixa e equivalentes, no montante 25.140 milhares de euros, encontrando-se registado em títulos negociáveis; ii) às aplicações nos fundos exclusivos na área de negócios do Brasil no montante de 19.850 milhares de euros.

A rubrica de outros recebimentos refere-se essencialmente ao reembolso obtido na área de negócios do Brasil, de um empréstimo concedido à InterCement Áustria Holding GmbH num montante de 10 milhões de USD (8.879 milhões de euros) (Nota 47).

Atividades de financiamento2018:

A rubrica de recebimentos de empréstimos inclui: i) Na Cimpor Trading e Inversiones, S.L, um empréstimo contratado com a InterCement Austria Holding no montante de 35 milhões de euros (Notas 37 e 47) e, adicionalmente, foi contraído um novo financiamento no montante de 22 milhões de euros; ii) na área de negócios da Argentina e Paraguai, a contratação de um financiamento no montante de 15 milhões de USD (12 milhões de euros).

A rubrica de aumento de capital e prestações acessórias diz respeito ao recebimento de 79 milhares de euros de accionistas minoritários, no âmbito do aumento de capital da Empresa (Nota 28).

Os recebimentos relativos à alienação de interesses sem controlo respeita à alienação de participações na área de negócios do Brasil nas energéticas Barra Grande (1,02%) e Machadinho (1,15%), no montante de 26 milhões de BRL (6 milhões de euros) e 23 milhões de BRL (5 milhões de euros), respetivamente.

A rubrica de pagamentos de empréstimos refere-se essencialmente: i) à liquidação parcial dos financiamentos, no montante de 446 milhões de euros, em conformidade com o plano Liability Management, já mencionado no relatório anual de 2017 (Nota 37, alínea d)); ii) à operação de recompra de obrigações emitidas no montante líquido de desconto de 23 milhões de USD (19 milhões de euros) (Nota 37); iii) na área de negócios do Brasil, a amortização parcial dos empréstimos obrigacionistas, no montante de 220 milhões de BRL (51 milhões de euros), referente à 2ª emissão da 1ª e 2ª séries; e iv) na Cimpor Trading e Inversiones, S.L., a amortização de um financiamento no montante de 24 milhões de euros e, adicionalmente, a amortização parcial de um empréstimo contraído com a InterCement Austria Holding no montante de 19 milhões de euros, num montante total contratado de 42 milhões de euros (Nota 47).

A rubrica de outros recebimentos de atividades de financiamento diz respeito, essencialmente: i) à liquidação da carteira de instrumentos financeiros derivados no montante de 22.508 milhares de euros (Nota 39); e ii) ao pagamento de dividendos aos interesses sem controlo, em particular pela InterCement Brasil, S.A. à Barra Grande, Machadinho e Estreito, no montante 20.835 milhares de BRL (4.841 milhares de euros), 37.599 milhares de BRL (8.736 milhares de euros) e 24.498 milhares de BRL (5.692 milhares de euros), respetivamente.

#### 2017:

A rubrica de recebimentos de empréstimos inclui: i) na área de negócios de Portugal e Cabo Verde, a contratação de um financiamento, no montante de 100 milhões de euros; ii) na área de negócios da Argentina e Paraguai, a contratação de um financiamento no montante de 65 milhões de USD (59 milhões de euros), adicionalmente na Yguazu Cements, S.A. foram contraídos dois novos empréstimos, no montante total de 423.000 milhões de PYG, equivalente a cerca 66 milhões de euros.

A rubrica de pagamentos de empréstimos inclui: i) a amortização de 726.900 milhares de euros, correspondente a três empréstimos contratados com a InterCement Áustria Holding GmbH (Nota 47), e a operação de recompra de obrigações emitidas no montante de 11 milhões de USD (9 milhões de euros) (Nota 37); ii) a pré-amortizações parciais, nos montantes de 132 milhões de USD (cerca de 110 milhões de euros) e 100 milhões de euros; iii) na área de negócios do Brasil, a amortização parcial dos empréstimos obrigacionistas, no montante de 220 milhões de BRL (61 milhões de euros), referente à 1ª e 2ª emissão da 2ª série e à amortização parcial de 200 milhões de BRL (55 milhões de euros), do empréstimo obrigacionista com o CCB, adicionalmente foi também pré-amortizado parcialmente, um financiamento, no montante aproximado, de 122 milhões de BRL (37 milhões de euros); iv) na área de negócios da Argentina e Paraguai, a amortização do financiamento no montante de 55 milhões de USD



(cerca de 44 milhões de euros), adicionalmente foi efetuada a liquidação antecipada de cerca de 69 milhões de USD (67 milhões de euros) de um financiamento, no montante inicialmente contratado de 100 milhões de USD, através da negociação de nova dívida em PYG; v) amortização parcial, em 22 milhões de USD (21 milhões de euros), da Tranche A, do Syndicated Loan.

A rubrica de recebimentos prestações acessórias diz respeito ao recebimento de 700 milhões de euros da Intercement Austria Holding GmbH (Nota 47).

Os recebimentos relativos à alienação de interesses sem controlo respeitam: i) ao recebimento proveniente da operação no “IPO” da Loma Negra, no montante de 876.317 milhares de euros (Nota introdutória) e ii) ao recebimento proveniente da venda da participação na Estreito no montante de cerca de 78 milhões de euros (290 milhões de reais) (Nota 4).

A rubrica de outros recebimentos de atividades de financiamento diz respeito à liquidação dos instrumentos financeiros derivados qualificados como de cobertura, no montante de 209 milhões de euros.

A rubrica de outros pagamentos de atividades de financiamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, inclui: i) pagamento de dividendos aos interesses sem controlo, em particular pela Intercement Brasil, S.A. à Barra Grande e Machadinho, no montante 27.921 milhares de BRL (7.146 milhares de euros) e 23.911 milhares de BRL (6.120 milhares de euros), respetivamente e ii) a liquidação de um instrumento financeiro derivado não qualificado como cobertura, no montante de 15 milhões de BRL (cerca de 5 milhões de euros).

Na **Empresa**, de entre os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, destacam-se os seguintes:

#### Recebimentos de investimentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de recebimentos de investimentos financeiros diz respeito ao recebimento de 770 milhares de euros, referente à alienação da participação na Nova Cimpor Serviços, S.A., bem como ao recebimento de 1.500 milhares de euros, referente à alienação da participação da CTA, ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de recebimentos de investimentos financeiros diz respeito ao recebimento de 60.274 milhares de euros, referente à redução de capital efetuada pela Cimpor Portugal, SGPS, S.A..

Recebimentos de dividendos

	2018	2017
Cement Services Company - S.A.E.	65	-
Cimpor Financial Operations BV	-	2.685
Cimpor Egypt for Cement	-	1
	<u>65</u>	<u>2.686</u>

Financiamentos concedidos

	2018	2017
	Valores recebidos no exercício	Valores recebidos no exercício
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	6.000	2.300
	<u>6.000</u>	<u>2.300</u>

Financiamentos obtidos

	2018		2017
	Valores recebidos no exercício	Valores pagos no exercício	Valores recebidos no exercício
Caue Austria Holding GMBH	17.500	-	-
Cimpor - Industria de Cimentos, S.A.	8.200	-	-
Betão Liz, S.A.	8.000	8.000	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	-	40.000
	<u>33.700</u>	<u>8.000</u>	<u>40.000</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de pagamentos de empréstimos obtidos dizem respeito à subscrição e reembolso de papel comercial no montante líquido de 15 milhões de euros.

De referir ainda nas atividades de financiamento, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o recebimento de prestações suplementares de capital, no montante de 700.000 milhares de euros, os quais seriam utilizados no aumento de capital ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 28).

Outras informações

Considerou-se no movimento líquido de Imposto sobre o Rendimento a totalidade dos pagamentos efetuados por conta do grupo fiscal.

#### 47. Partes relacionadas

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente Nota.

Os termos ou condições praticadas entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e as transações nos exercícios findos naquelas datas entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhados abaixo:

	Empresas associadas e outras		Grupo Mover e seus controladores	
	2018	2017	2018	2017
<b>Ativos:</b>				
Clientes e adiantamentos a fornecedores	40	3	127	17
Outros dívidas de terceiros (Nota 22)	711	616	10.851	7.142
	<b>751</b>	<b>619</b>	<b>10.978</b>	<b>7.159</b>
<b>Passivos:</b>				
Provisões	-	-	306	481
Fornecedores	1.354	1.291	3.439	757
Outros empréstimos obtidos (Nota 37)	-	-	58.099	41.843
Outras dívidas a terceiros (Nota 41)	269	4.166	6.821	8.944
Outros passivos correntes	-	-	382	4.650
	<b>1.623</b>	<b>5.457</b>	<b>69.047</b>	<b>56.675</b>
<b>Transações:</b>				
Compras e fornecimentos e serviços externos	(10.195)	(11.939)	(10.264)	(8.657)
Vendas e prestação de serviços	5.953	3.403	613	3.579
Outros custos operacionais	(27)	-	(32)	-
Outros proveitos operacionais	123	170	11	-
Custos e proveitos financeiros, líquidos	(0)	-	(1.073)	(14.974)
	<b>(4.147)</b>	<b>(8.365)</b>	<b>(10.747)</b>	<b>(20.052)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são de salientar as seguintes transações com as empresas controladoras da Mover, realizadas de acordo com as condições relevantes de mercado:

- Foram realizados acordos de cessão de crédito entre várias empresas do Grupo, a CCSA Finance Ltda. e a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A., no montante de 21.567 milhares de euros e 23.816 milhares de euros, respetivamente (Nota 46);
- Aumento de capital realizado pela InterCement Áustria Holding GmbH, através da conversão das prestações acessórias sob o regime das prestações suplementares de capital, no montante de 700 milhões de euros realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 46);

- Recebimento de um empréstimo concedido pela InterCement Áustria Holding GmbH, através no montante de 35 milhões de euros (Notas 37 e 46).
- Reembolso de um empréstimo concedido à InterCement Participações S.A. num montante de 4.090 milhares de BRL (1.025 milhares de euros) (Nota 46).
- A amortização parcial de um empréstimo contraído com a InterCement Austria Holding no montante de 19 milhões de euros, num montante total contratado de 42 milhões de euros (Nota 46).
- Alienação da participação financeira na Cimpor Imobiliária e a sua subsidiária moçambicana, Imopar, à InterCement Áustria Holding GmbH pelo valor de 8.626 milhares de euros (Nota 5).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, são de salientar as seguintes transações com as empresas controladoras da Mover, realizadas de acordo com as condições relevantes de mercado:

- Durante o primeiro semestre de 2017, ocorreu a aquisição, a duas empresas controladoras - Administradora PMV Ltda. e Participações Morro Vermelho S/A, de 100% da participação financeira na CECC Incorporadora e Administradora de Bens, Ltda. no montante de 14.642 milhares de euros (Nota 5), entidade detentora de um terreno em São Paulo onde está instalada uma central de betão do Grupo o qual se encontrava arrendado;
- Foram realizados acordos de cessão de crédito entre várias empresas do Grupo, a Camargo Corrêa, S.A. e a CCSA Finance Ltd., no montante de, aproximadamente, 51.557 milhares de euros (Nota 46);
- Na área de negócios do Brasil, várias propriedades foram vendidas à Participações Morro Vermelho, S.A. pelo montante de 7.259 milhares de euros (26.310 milhares de BRL), e na área de negócios de Portugal e Cabo Verde várias propriedades foram vendidas à PARMV Properties – Empreendimentos S.A., no montante de 3.465 milhares de euros;
- O saldo a pagar à InterCement Áustria Holding GmbH, de cerca 727 milhões de euros, correspondente a três empréstimos, existente em 31 de dezembro de 2016, foi amortizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 46);
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a empresa recebeu da InterCement Áustria Holding GmbH, prestações acessórias de capital, sob o regime das prestações suplementares, no montante de 700 milhões de euros (Nota 46).
- O reembolso de um empréstimo concedido à InterCement Áustria Holding GmbH num montante de 10 milhões de USD (8.879 milhões de euros) (Nota 46).

- De salientar ainda o facto de que diversos empréstimos são garantidos por entidades controladoras da Empresa, conforme evidenciado na Nota 37.

#### Benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e da Alta Direção

Os benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Intercement Portugal, S.A. e aos membros da Alta Direção do Grupo e da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram os seguintes:

#### No Grupo:

	2018		2017	
	Componente fixa	Componente variável	Componente fixa	Componente variável
Conselho de Administração				
Administradores executivos	38	-	296	-
Administradores não executivos	560	-	536	-
	598	-	833	-
Alta Direção	-	-	2.622	659
	598	-	3.455	659
Benefícios de curto prazo	598	-	3.422	659
Benefícios pós-emprego	-	-	32	-
	598	-	3.455	659

#### Na Empresa:

	Empresa			
	2018		2017	
	Componente fixa	Componente variável	Componente fixa	Componente variável
Conselho de Administração				
Administradores executivos	38	-	296	-
Administradores não executivos	560	-	536	-
	598	-	833	-
Benefícios de curto prazo	598	-	833	-
	598	-	833	-

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e as transações nos exercícios findos naquelas datas entre a **Empresa** e as partes relacionadas, foram como segue:

Saldos

	2018				Acionistas do grupo, contas a pagar (Notas 41 e 42)
	Cientes, conta corrente	Outras dívidas de terceiros (Nota 22)	Outros ativos correntes	Fornecedores, conta corrente (Nota 43)	
<u>Subsidiárias:</u>					
Agrepor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	5	3	-	-	1
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	156	-	-	-
Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.	-	-	-	-	-
Betão Liz, S.A.	10	1	-	-	47
Caue Austria Holding GMBH	-	-	-	-	31.037
Cement Services Company, S.A.E.	-	99	-	-	-
Cement Trading Activities - Comercio Internacional, S.A.	-	2	-	-	-
Clarga - Argamassas Secas, S.A.	1	-	-	-	-
Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda.	8	-	-	-	-
Cimentos de Moçambique, SARL	70	920	-	-	1
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	426	19	-	-	111.713
Cimpor Imobiliária, S.A.	-	-	-	340	2
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	2	-	-	-
Cimpor Reinsurance, S.A.	-	86	-	-	-
Cimpor Trading e Inversiones, S.A.	1.156	2.141	86	-	3
Cinac - Cimentos de Nacala, S.A.	-	216	-	-	-
Ibera - Indústria de Betão, S.A.	-	1	-	-	-
Imopar - Imobiliária de Moçambique, S.A.	-	11	-	-	-
Intercement Austria Holding GMBH	-	-	-	-	1
Intercement Brasil, S.A.	377	-	157	-	-
Loma Negra C.I.A.S.A.	4.395	-	-	-	-
Natal Portland Cement Company Limited	-	406	-	-	-
Nova Cimpor - Serviços Portugal, S.A.	123	2.893	-	85	9
Sacopor - Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.	-	-	-	-	2
	<b>6.571</b>	<b>6.955</b>	<b>243</b>	<b>426</b>	<b>142.815</b>

Adicionalmente, as outras dívidas de terceiros incluem o montante de 3.060 milhares de euros relativos ao imposto sobre o rendimento a pagar ao Estado por conta das suas subsidiárias incluídas no RETGS.

	2017			Acionistas do grupo, contas a pagar (Notas 41 e 42)
	Cientes, conta corrente	Outras dívidas de terceiros (Nota 22)	Fornecedores, conta corrente (Nota 43)	
<u>Subsidiárias:</u>				
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	2	-	-
Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.	-	9	-	-
Cement Services Company, S.A.E.	-	160	-	-
Cement Trading Activities - Comercio Internacional, S.A.	-	-	-	1
Cimentos de Moçambique, SARL	-	1	-	-
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	308	-	-	104.275
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	461	496	1.170	88
Cimpor Reinsurance, S.A.	-	66	-	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	6.602	-	40.131
Cimpor Trading e Inversiones, S.A.	-	-	-	2.040
Imopar, SARL	-	10	-	-
Sacopor - Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.	-	-	-	2
	<b>769</b>	<b>7.346</b>	<b>1.170</b>	<b>146.538</b>

As Outras dívidas de terceiros da Cimpor Portugal, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017 incluem financiamentos concedidos nos montantes de 6.000 milhares de euros, os quais vencem juros a taxas normais de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Acionistas do grupo, contas a pagar” inclui: i) o montante remanescente a liquidar à Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A. referente à aquisição de 9,48% do capital da Cimpor Trading e Inversiones, S.L. e ii) na Cimpor Portugal, SGPS, S.A. apoios de tesouraria obtidos no montante total de 40.000 milhares de euros.

**Transações:**

	2018					
	Fornecimentos e serviços externos	Outros custos operacionais	Prestações de serviços	Outros proveitos operacionais	Juros suportados (Nota 12)	Juros obtidos (Nota 12)
Agrepor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	-	-	50	22	-	-
Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.	-	-	-	160	-	-
Betão Liz, S.A.	2	-	102	77	81	-
Cauê Austria Holding GMBH	-	-	-	-	22	-
Ciarga - Argamassas Secas, S.A.	-	-	15	10	-	-
Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda.	-	-	65	11	-	-
Cimentos de Moçambique, SARL	-	-	70	-	-	-
Cimpor Cabo Verde, S.A.	-	-	2	-	-	-
Cimpor Imobiliária, S.A.	277	2	-	-	-	-
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	110	-	4.250	126	81	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	-	-	-	339	43
Cimpor Trading e Inversiones, S.A.	-	-	2.960	3	-	-
Cement Trading Activities - Comercio Internacional, S.A.	-	-	-	34	-	-
Ibera - Industria de Betão, S.A.	-	-	-	3	-	-
Inter cement Austria Holding GMBH	1	-	-	11	-	-
Inter cement Brasil, S.A.	-	32	377	-	-	-
Loma Negra C.I.A.S.A.	430	-	5.813	-	-	-
Natal Portland Cement Company Limited	-	-	-	186	-	-
Nova Cimpor - Serviços Portugal, S.A.	832	-	580	1.445	-	-
	<b>1.652</b>	<b>34</b>	<b>14.283</b>	<b>2.086</b>	<b>522</b>	<b>43</b>

	2017				
	Fornecimentos e serviços externos	Prestações de serviços	Outros proveitos operacionais	Juros suportados (Nota 12)	Juros obtidos (Nota 12)
Amreyah Cimpor Cement Company	-	-	9	-	-
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	1.033	750	20	-	-
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	-	2.250	1	-	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	-	-	131	240
	<b>1.033</b>	<b>3.000</b>	<b>30</b>	<b>131</b>	<b>240</b>

**48. Eventos subsequentes**

Em 17 de janeiro de 2019, foi concluída a venda de operações em Portugal e Cabo Verde à “Ordu Yardimlasma Kurumu” (Grupo OYAK) da Turquia, mediante a assinatura do correspondente acordo final e após a obtenção da autorização por parte das autoridades de concorrência. O preço de referência acordado ascende a 707 milhões de euros, estabelecendo-se que o preço final da transação será determinado considerando a dívida líquida à data de fecho da transação, os saldos com partes relacionadas e com as mudanças no fundo de manuseio desde 30 de junho de 2018, processo que permanece em curso a esta data.

Até à data, a Empresa já recebeu um montante de cerca de 676 milhões de euros, tendo sido esses recursos utilizados principalmente para reduzir o nível de endividamento do Grupo, de acordo com o Plano de Gestão de Passivos, sendo que até à data, foram liquidados financiamentos no montante de 410 milhões de euros, incluindo a dívida nas entidades vendidas.

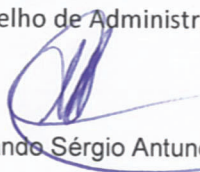
49. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 7 de junho de 2019, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas agendada para 26 de junho de 2019.



Paulo Sérgio de Oliveira Diniz

O Conselho de Administração



Armando Sérgio Antunes da Silva



Paulo Eduardo Nigro